



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE



DOUGLAS ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DO REGISTRO DA CERÂMICA DOS POVOS TERENA COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Campo Grande/MS

2021

DOUGLAS ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DO REGISTRO DA CERÂMICA DOS POVOS TERENA COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC, área de concentração Formação de Professores, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande/MS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Nascimento Figueira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Léia Teixeira Lacerda

**Campo Grande/MS
2021**

S579a Silva, Douglas Alves da
Análise do registro da cerâmica dos povos Terena como
patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul/ Douglas Alves da
Silva. – Campo Grande, MS: UEMS, 2021.
121 p.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Educação –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.
Orientadora: Prof.^a Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira
Coorientadora: Prof.^a Dra. Léia Teixeira Lacerda

1. Terena 2. Indígenas 3. Cultura 4. Patrimônio Cultural 5.
Educação I. Figueira, Kátia Cristina Nascimento II. Lacerda,
Léia Teixeira III. Título

CDD 23. ed. – 305.89839098171

DOUGLAS ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DO REGISTRO DA CERÂMICA DOS POVOS TERENA COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC, área de concentração Formação de Professores, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande/MS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Nascimento Figueira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Léia Teixeira Lacerda

Aprovado em 25/10/2021

BANCA DE EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Nascimento Figueira (UEMS – Presidenta)

Prof.^a Dr.^a Léia Teixeira Lacerda (UEMS – Coorientadora)

Prof.^a Dr.^a Nedina Roseli Martins Stein (UEMS – Titular Interno)

Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin (UFMS – Titular Externo)

Prof.^a Dr.^a Carla Villamaina Centeno (UEMS – Suplente Interno)

Prof. Dr. Giovani José da Silva (UNIFAP – Suplente Externo)

**Campo Grande/MS
2021**

Para minhas meninas, Tatiana e Isabela, que são meu porto seguro neste mundo.
Aos meus pais e aos meus mestres, que me proporcionaram trilhar meus caminhos.
Aos meus alunos.
Aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, a dona Dirce e o seu Valdinho, que sempre me estimularam a estudar e valorizar a educação.

Agradeço minha esposa Tatiana e minha filha Isabela, por compreenderem meus momentos de ausência e imersão na pesquisa.

Agradeço minhas orientadoras, professoras Kátia e Léia, pelo aprendizado proporcionado.

Agradeço ao meu grande mestre Paulão, pelo aprendizado e amizade.

Agradeço ao corpo técnico e docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, (ProfEduc/UEMS), em especial às professoras Bartolina Ramalho Catanante, Carla Villamaina Centeno, Celi Correa Neres, Erika Porceli Alaniz, Nedina Roseli Martins Stein.

Aos amigos da Graduação em História da UFMS, dezoito anos de boas amizades.

Aos colegas do ProfEduc/UEMS, turma 2019-2021, em especial, aqueles com quem dividi não apenas os momentos de pesquisa e estudos, mas também a “procrastinação” das interações e momentos mais descontraídos e preocupações do período turbulento pelo qual passamos.

Aos Terena de Mato Grosso do Sul.

À Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, pelos subsídios documentais que balizaram esta pesquisa, em especial à Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural, à Gerência de Artesanato e ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, estendendo este agradecimento aos técnicos desta instituição.

Ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul PIBAP/UEMS, Mestrado Profissional em Educação – ProfEduc/UEMS (Unidade Campo Grande/MS), pelo fomento à pesquisa.

Por fim, agradeço ao ensino público, universal e gratuito, que proporciona o alcance nacional da educação brasileira, desde a educação infantil até o ensino superior, rompendo as barreiras que se formam, apesar dos pesares, proporcionando assim a aprendizagem e a pesquisa de qualidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a análise do registro patrimonial da cerâmica Terena, visando colaborar com a salvaguarda do patrimônio cultural indígena de Mato Grosso do Sul, por meio da análise do processo de registro do conhecimento tradicional, identificando o modo de fazer a cerâmica pelas artesãs da etnia Terena que vivem no estado, bem como no que diz respeito à história deste grupo social e aos conceitos de cultura, representatividade, patrimônio cultural e educação patrimonial. Na abordagem sobre os aspectos históricos relativos aos Terena no território do atual Mato Grosso do Sul, apresentamos os relatos de naturalistas, aventureiros e viajantes que tiveram contato com este grupo étnico entre os séculos XVI e XIX, como Cabeza de Vaca (1985), Schmidel (2001), Azara (1850) e Taunay (1931), além de estudos etnológicos e antropológicos realizados por Baldus (1950) e Oliveira (1959, 1976) e de pesquisas nas áreas de história, antropologia e sociologia empreendidas por Bittencourt e Ladeira (2006), Sebastião (2018), Esselin (2011), Mussi (2006), Oliveira e Pereira (2007), e Vargas (2003, 2007). A abordagem dos conceitos de cultura e de representação baseiam-se em Burke (1978, 2008), Chartier (2002, 2011), Thompson (1998) e Williams (2003). O embasamento teórico sobre patrimônio cultural é fundamentado em Abreu (2007), Choay (2006) e Nora (1993), e o da educação patrimonial em Horta (2005), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Silveira e Bezerra (2007), aos quais somamos publicações institucionais, além da análise documental da legislação nacional vigente para esta área. É também realizada uma análise detalhada do processo de registro do modo de fazer a cerâmica Terena como patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul, conduzido pela Fundação de Cultura de MS e do relatório final produzido pelo antropólogo Wallace de Deus Barbosa. Com os resultados obtidos, pretendemos proporcionar subsídios de apoio aos professores e professoras da disciplina de História da Educação Básica. Defendemos esta proposta haja vista a representatividade numérica dos Terena em Mato Grosso do Sul e a proximidade de sua cultura e seu artesanato tradicional com a sociedade sul-mato-grossense, artesanato este, no caso da cerâmica, reconhecido estadualmente como patrimônio cultural, o qual pode também ser encontrado em muitos municípios desse estado, trazendo proximidade da temática aos alunos. A metodologia utilizada nesta pesquisa envolve pesquisa bibliográfica e de documentos oficiais (Processo de Registro da Cerâmica Terena como Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul), assim como da legislação vigente tanto sobre o tema central, quanto dos conceitos que aqui serão abordados (educação para as relações étnico-raciais, cultura, patrimônio cultural, educação patrimonial).

Palavras-chave: Terena, Indígenas, Cultura, Patrimônio Cultural, Educação

ABSTRACT

The present work has as object the analysis of the patrimonial registry of the Terena ceramics, aiming to collaborate with the safeguard of the indigenous cultural patrimony of Mato Grosso do Sul, through the analysis of the traditional knowledge registry process, identifying the way to make the ceramics by artisans from the Terena ethnic group who live in the state, as well as with regard to the history of this social group and the concepts of culture, representation, cultural heritage and heritage education. With the approach to the historical aspects of the Terena in the territory of present-day Mato Grosso do Sul, we present the reports of naturalists, adventurers and travelers who had contact with this ethnic group between the 16th and 19th centuries, such as Cabeza de Vaca (1985), Schmidel (2001), Azara (1850) and Taunay (1931), in addition to ethnological and anthropological studies carried out by Baldus (1950) and Oliveira (1959, 1976) and research in the areas of history, anthropology and sociology undertaken by Bittencourt and Ladeira (2006), Sebastião (2018), Esselin (2011), Mussi (2006), Oliveira and Pereira (2007), and Vargas (2003, 2007). The approach to the concepts of culture and representation is based on Burke (1978, 2008), Chartier (2002, 2011), Thompson (1998) and Williams (2003). The theoretical embasment on cultural heritage is based on Abreu (2007), Choay (2006) and Nora (1993), and heritage education on Horta (2005), Horta, Grunberg and Monteiro (1999), Silveira and Bezerra (2007), to which we added institutional publications, in addition to document analysis of the national legislation in force in this area. A detailed analysis of the process of registering the way of making Terena ceramics as cultural heritage of Mato Grosso do Sul is also carried out, conducted by the Fundação de Cultura de MS and the final report produced by the anthropologist Wallace de Deus Barbosa. With the results obtained, we intend to provide subsidies to support teachers in the subject of History of Basic Education. We defend this proposal in view of the numerical representation of the Terena in Mato Grosso do Sul and the proximity of their culture and their traditional handicraft with the Mato Grosso do Sul society, a handicraft which, in the case of ceramics, is recognized statewide as cultural heritage, which it can also be found in many municipalities in this state, bringing the theme to the students. The methodology used in this research involves bibliographic research and official documents (Registration Process of Terena Pottery as Cultural Heritage of Mato Grosso do Sul), as well as current legislation on both the central theme and the concepts that will be addressed here (education for ethnic-racial relations, culture, cultural heritage, heritage education).

Keywords: Terena, Indigenous, Culture, Cultural Heritage, Education

LISTA DE SIGLAS

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena (Subordinado à SESAI)

DID – Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN

EMBRATUR – (até 1991) Empresa Brasileira de Turismo, (após 1991) Instituto Brasileiro de Turismo

FCMS – Fundação de Cultura de MS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GT – Grupo de Trabalho

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (atual IPHAN)

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCH – Programa de Cidades Históricas

SECTUR – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande/MS

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena (ligada ao Ministério da Saúde)

SETASS – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN)

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (posteriormente SPI, atual FUNAI)

SPI – Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI)

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios com as maiores populações indígenas, por situação do domicílio (Estado de Mato Grosso do Sul – 2010)	21
Tabela 2	Municípios com as maiores proporções de populações indígenas, por situação do domicílio (Estado de Mato Grosso do Sul – 2010)	22
Tabela 3	População indígena Terena em Mato Grosso do Sul classificada como aldeada (exceto Campo Grande)	23
Tabela 4	Terras indígenas Terena em Mato Grosso do Sul	49
Tabela 5	Terras indígenas Terena em Mato Grosso do Sul ocupadas em conjunto com outras etnias	50

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Mapa População Indígena em Mato Grosso do Sul	21
Imagem 2	Mapa “Possíveis deslocamentos”	32
Imagem 3	Mapa localização das terras indígenas em Mato Grosso do Sul	52
Imagem 4	Detalhe Mapa localização das terras indígenas em Mato Grosso do Sul	53
Imagem 5	Vasos de Cerâmica Terena de variados tamanhos expostos à venda no Centro Referencial da Cultura Terena	89
Imagem 6	Peças de Cerâmica Terena zoomórficas expostas à venda no Centro Referencial de Cultura Terena	90
Imagem 7	Variedade de peças de Cerâmica Terena expostas à venda na Casa do Artesão	90
Imagem 8	Artesãs Terena extraíndo o barro nos bancos de argila	91
Imagem 9	Artesãs Terena armazenando o barro para transporte	92
Imagem 10	Artesãs Terena peneirando e socando o pó cerâmico a ser adicionado à argila	93
Imagem 11	Artesãs Terena confeccionando as peças	93
Imagem 12	Artesãs Terena confeccionando as peças	94
Imagem 13	Artesãs Terena confeccionando as peças	94
Imagem 14	Artesãs Terena confeccionando as peças	95
Imagem 15	Artesã Terena realizando o acabamento em um pote com a Mô-poi	95
Imagem 16	Artesãs Terena preparando e aplicando a tintura do barro vermelho sobre as peças	96
Imagem 17	Artesãs Terena realizando a pintura final nas peças	97
Imagem 18	Artesãs Terena carregando lenha e preparando a queima das peças	97
Imagem 19	Artesãs Terena preparando e iniciando a queima das peças	98
Imagem 20	Artesãs Terena realizando a queima das peças	98
Imagem 21	Artesãs Terena retirando as peças após a queima	98
Imagem 22	Peças de Cerâmica Terena com cores preta e vermelha produzidas por Rosenir Batista e expostas à venda na Casa do Artesão	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – OS INDÍGENAS TERENA EM MATO GROSSO DO SUL	20
1.1 - Os “Tempos Antigos” – migração e estabelecimento Terena em Mato Grosso do Sul	30
1.2 - Os “Tempos de Servidão” – expropriação territorial, exploração e a participação Terena na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	40
1.3 - Os “Tempos Atuais” – a atual situação dos Terena em Mato Grosso do Sul	44
1.4 - Tempo de Despertar: educação, cultura, trabalho e relações com a comunidade envolvente	54
2 – CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	59
3 – O PROCESSO DE REGISTRO DO MODO DE FAZER A CERÂMICA TERENA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL	83
3.1 - A confecção da cerâmica Terena	90
3.2 - Oficialização do Registro do Bem Imaterial como Patrimônio Cultural e a evolução da atividade ceramista entre os Terena de Mato Grosso do Sul	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	120

INTRODUÇÃO

A pluralidade cultural de uma sociedade pode ser vista como um dos aspectos que denotam a relevância no processo de formação de sua identidade. Partindo deste pressuposto e pensando na ocupação territorial do Brasil e, mais especificamente, na do estado de Mato Grosso do Sul, é pertinente observar o entendimento de que os povos indígenas tiveram e ainda tem fundamental importância na construção da identidade cultural do povo brasileiro. Segundo Urquiza:

Mato Grosso do Sul é o segundo estado do Brasil com a maior quantidade de indígenas (15%) e, por outro lado, possui somente 0,06% de terras demarcadas. Nesses últimos anos foi possível constatar o violento avanço das frentes de colonização, tendo como consequência imediata a perda, por parte dos povos indígenas, de seus territórios nacionais. (URQUIZA, 2020, p. 81).

As riquezas de suas histórias e as pluralidades culturais e étnicas resistem, apesar das dificuldades pelas quais ainda passam os indígenas em âmbito estadual e nacional. Danças, músicas, cerimônias rituais, pinturas corporais, cerâmica, artesanato, línguas, além dos costumes, do modo de fazer seus artefatos, entre outros aspectos, variam de etnia para etnia, sendo algo único de cada cultura e que deve ser salvaguardado para a posteridade, dado a sua relevância na formação identitária do sul-mato-grossense.

Além disso, observando-se a característica regionalista proposta nesta pesquisa, verificamos a necessidade de uma pesquisa que aborde os povos indígenas tradicionais presentes no estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando desta forma, o seu destaque, presença e importância na formação da identidade histórico-cultural do sul-mato-grossense.

Porém, também há necessidade de se produzir e difundir novas informações, as quais podem e devem agregar às já disponibilizadas por meio de materiais didáticos e paradidáticos, colaborando assim com o processo de ensino-aprendizagem, visando com isso, difundir essas tradições há muito tempo criadas (HOBBSAWN, 2015, p. 07-11), procurando consolidá-las no imaginário popular dos não indígenas e fortalecê-las nas novas gerações indígenas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007, a qual reconhece a igualdade dos povos indígenas em relação aos não indígenas, ao mesmo tempo em que confere o direito

desses grupos de se considerarem diferentes, respeitados pela sua diversidade enquanto “patrimônio comum da humanidade” (2007, p. 3). No que se refere ao Patrimônio Cultural e os conhecimentos tradicionais, a Declaração enfatiza em seu 31º artigo que:

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais.
2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos. (ONU, 2007, p. 16).

Em reconhecimento à importância histórica das etnias que forjaram a cultura brasileira e, tensionaram por meio de demandas da sociedade civil, o Estado brasileiro em sua legislação educacional vigente, estabelecida por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996), que na redação de seu artigo 26-A torna obrigatório o estudo da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas no âmbito da educação básica.

A Constituição Federal, Carta Magna de 1988, salienta a relevância do patrimônio cultural brasileiro, discriminando-o em seu Artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Com isso, entendemos que o patrimônio cultural de uma sociedade, seja ele material ou imaterial, pode ser considerado um dos maiores expoentes de sua formação

identitária, e, partindo deste pressuposto e pensando na ocupação territorial do Brasil e, mais especificamente, na do estado de Mato Grosso do Sul, reforçamos a relevância da pluralidade cultural indígena na construção da identidade cultural do povo brasileiro.

Nesta unidade da federação, é possível constatar que há uma pluralidade cultural latente, tanto pelo fato de estabelecer a fronteira internacional com dois países – Paraguai e Bolívia, ou pela divisa interestadual com cinco estados – Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, somadas ainda às influências diversas de outros países ou estados por meio de fluxos migratórios, ou, como também procura abordar o presente trabalho, por meio da influência dos povos tradicionais já radicados nesta região, antes da chegada dos colonizadores, bem como dos reminiscentes do período pós-colonização.

Ao analisarmos de forma conjunta o destaque do Artigo 26-A da LDB, o Artigo 216 da Constituição Federal e o Artigo 31 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, somando-os à já citada diversidade étnica e representatividade populacional indígena em Mato Grosso do Sul, juntamente com a sua riqueza cultural relevante na formação da identidade cultural do sul-mato-grossense, consideramos que seria significativa uma análise do patrimônio cultural dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul registrado pelo governo estadual, a qual, aliada ao processo de ensino-aprendizagem, como ferramenta deste, colaboraria para o cumprimento da citada LDB.

Dados os limites temporais do Programa de Mestrado estabelecemos como recorte desse estudo a etnia Terena, por considerar sua representatividade populacional¹ em Mato Grosso do Sul, em sua pluralidade cultural já citada. Assim, analisamos neste trabalho aspectos históricos e culturais dos Terena, reconhecendo a relevância tanto da etnia estudada na formação identitária do povo sul-mato-grossense, colaborando assim para a salvaguarda da cultura da etnia Terena ao propiciar o seu acesso como ferramenta pedagógica que colabora com o processo de ensino-aprendizagem, em cumprimento ao já mencionado Artigo 26-A da LDB.

Para tanto, buscamos analisar o processo de registro do conhecimento tradicional das artesãs indígenas Terena na fabricação de sua cerâmica. A cerâmica tradicional dos indígenas Terena é reconhecida e registrada como Patrimônio Cultural de Mato Grosso do

¹ Segundo os dados atualizados fornecidos pelo DSEI/SESAI (Painel SIASI – Junho/2019), a população indígena presente no estado de Mato Grosso do Sul está estimada em 80.459 pessoas, destas, aproximadamente 23.920 pessoas são da etnia Terena classificados pelo órgão como aldeados. Segundo o levantamento citado, não foi possível estimar quantos dos 3.148 indígenas residentes na capital do estado, Campo Grande, são da etnia Terena, conforme poderemos observar na Tabela 3.

Sul, sendo o primeiro Bem Imaterial registrado pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

É preocupante a aproximação da sociedade envolvente nos territórios indígenas, em especial aquela que interfere no modo de vida dos mesmos, no que se refere a não preservação dos conhecimentos tradicionais. É de suma importância a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas, patrimônio esse inclusive reconhecido por sua importância em nível mundial pela UNESCO (2006) em sua Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, bem como pela já citada Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007).

No campo das políticas públicas, em 2012, o Ministério da Cultura publicou o Plano Setorial para as Culturas Indígenas, assunto àquela época tratado em sua Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. O Plano Setorial, vinculado ao Plano Nacional de Cultura, previa ações voltadas para a “proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas indígenas” (BRASIL, 2012, p. 7) e deveria ter ampla participação de entidades governamentais e não governamentais, buscando atender demandas que se fizessem necessárias.

Atualmente, no entanto, o Brasil deixou de ter em sua estrutura governamental um Ministério que atenda as demandas da Cultura, a qual ficou relegada a uma Secretaria subordinada ao Ministério da Cidadania, sendo posteriormente incorporada, ainda sem autonomia, à estrutura do Ministério do Turismo², demonstrando um passo retrocedente na autonomia administrativa e burocrática que já está repercutindo nas políticas na área cultural pelo país.

Meu interesse pela temática abordada vem se estruturando já há algum tempo, tanto por estudos da temática indígena e cultural, quanto pela temática regional. Durante os anos de graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), além dos estudos acerca das origens e da organização cultural e social do estado de Mato Grosso do Sul, tive acesso às primeiras discussões aprofundadas acerca da temática antropológica, a qual passa por um amadurecimento com a pós-graduação em Culturas e História dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul que realizei também na UFMS.

No período em que cursei História na UFMS, recorro das disciplinas eu abordaram diferentes aspectos da ocupação territorial de Mato Grosso do Sul conduzidas pelo

² O Ministério da Cultura foi incorporado como Secretaria Especial de Cultura ao Ministério da Cidadania por meio da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, posteriormente foi integrado ao Ministério do Turismo por meio da Medida Provisória nº 1.058 de 27 de julho de 2021, situação que permanece até o momento em que este trabalho foi escrito.

professor Paulo Marcos Esselin. Também me recordo das abordagens antropológicas conduzidas pelo professor Levi Marques Pereira, mostrando a ótica antropológica das relações sociais entre indígenas e não indígenas, como se constituem as relações de alteridade e estreita fronteira entre o Eu e o Outro.

Ainda durante a graduação, iniciei minha carreira docente na Escola Tia Olívia (por coincidência, a mesma instituição em que iniciei meus estudos de alfabetização). Foi lá o meu “batismo docente”, lá lecionei a disciplina de história pela primeira vez, sendo que aquela instituição faz parte do desmembramento de terras da família dos fundadores de Campo Grande segundo a história local, os descendentes de José Antônio Pereira. A escola, ligada à Fundação Olívia Pereira de Souza, por esta ligação com a família Pereira, costumava estimular a abordagem da temática regional.

Mais tarde, ao iniciar minha atuação na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande na Escola Municipal Bernardo Franco Baís, participei de duas edições de importante projeto de educação patrimonial da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande em parceria com a extinta Fundação Municipal de Cultura (hoje SECTUR), que estimulava a cultura e a história regional, abordando lugares de memória, costumes, relações sociais, entre outros. Deste período, dou destaque para uma edição que me proporcionou levar os estudantes a entrevistar comerciantes que fazem parte do Mercado Municipal de Campo Grande, conhecido como Mercado.

Na especialização, estudei sobre a luta e resistência dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, enfatizando os estudos sobre a vida de uma das maiores lideranças indígena do século passado, o Guarani Kaiowá Marçal de Souza Tupã-Y, brutalmente assassinado em 1983, em um crime que prescreveu sem condenados, apesar da repercussão internacional que teve, justificada pela pífia repercussão nacional verificada, pesquisa esta que resultou em meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Marçal de Souza Tupã-Y: uma voz que nunca se calará” (SILVA, 2015), orientado pela professora Valéria Calderoni.

Ao tempo em que pesquisava sobre a vida e a trajetória de Marçal de Souza, havia tomado posse como professor efetivo na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y, localizada no bairro Los Angeles que homenageia esta importante liderança indígena de nosso estado, algo que colaborou para que eu optasse por estudar sua impressionante vida de lutas pelo seu povo.

Assim, me aproximava cada vez mais da temática cultural, dos locais de memória, da educação patrimonial e da temática indígena. Corriqueiramente levava os estudantes aos espaços culturais, principalmente no Memorial da Cultura e da Cidadania Apolônio de

Carvalho, que centraliza até hoje espaços culturais abertos ao público³. Apresentei este espaço aos estudantes tanto da Escola Municipal Bernardo Franco Baís, quanto da Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y, além de estudantes da Escola Municipal Prof. Vanderlei Rosa de Oliveira e Escola Estadual Prof.^a Ada Teixeira dos Santos Pereira, onde também atuei como docente.

Além dessas ações, buscando driblar a falta de estrutura logística para apresentar aos estudantes os espaços de memória, busquei levar esses espaços até eles, tratando cada vez mais de temas voltados ao patrimônio e a cultura, com destaque à identidade cultural, o que considero ser de grande valia para a aproximação dos educandos a alguns conteúdos que lhes serão apresentados em sala de aula. Trabalhos nas escolas voltados à educação patrimonial, estabelecimento de parcerias com palestras nas escolas e valorização de espaços culturais sobre o ensino de história, culminaram no ano de 2017 em novo desafio profissional enquanto Historiador do Arquivo Público Estadual de MS, a convite do professor Caciano Silva Lima, Gerente de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de MS.

Nesta importante entidade técnica, uma das responsáveis pela salvaguarda da história e da memória documental do Mato Grosso do Sul, ligada à Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultural do estado, tenho desenvolvido ações voltadas à educação patrimonial, atuando direta e indiretamente em processos de tombamentos e registros patrimoniais, representando ainda a Fundação de Cultura em Grupos Técnicos, Conselhos e Comissões voltadas a este setor e respondendo ainda pelo Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso do Sul.

Ainda nesta função, ocorre a aproximação com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a População Indígena de MS, em reuniões e ações voltadas à temática indígena, com destaque para planejamento e execução de ações em conjunto com a Silvana Dias de Souza de Albuquerque (Silvana Terena) e a Benilda Vergílio (Benilda Kadiwéu). Muitas dessas ações foram organizadas também em conjunto com Katienka Klain e com a equipe da Gerência de Artesanato da Fundação de Cultura, graças à qual pude também me aproximar da vivência e da realidade das artesãs e dos artesãos do estado.

Minha atuação enquanto Historiador do Arquivo Público Estadual de MS me deu a

³ O Memorial da Cultura e da Cidadania Apolônio de Carvalho é um edifício que abriga a estrutura burocrática da pasta da cultura do estado de Mato Grosso do Sul, além de unidades culturais abertas ao público, sendo elas: Arquivo Público Estadual de MS, Biblioteca Pública Dr. Isaias Paim, Centro Referencial do Artesanato de MS, Museu da Imagem e do Som (MIS) e Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq/UFMS).

oportunidade de tratar do levantamento de fontes e do acompanhamento em pesquisas na temática regionalística. Como o Arquivo é uma unidade ligada à Fundação de Cultura, a atuação técnica me levou também a participar, organizar e idealizar ações de formação e salvaguarda do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que participei direta e indiretamente do processo de registro dos bens imateriais reconhecidos como patrimônio cultural do estado, em conjunto com os demais técnicos da Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural, desde o ano de 2017.

Tomei então conhecimento do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, frequentando o programa inicialmente enquanto aluno especial da disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil, conduzida pelas professoras Léia Teixeira Lacerda e Bartolina Ramalho Catanante. Nesta disciplina, após leituras e debates, associados às demais ações realizadas profissionalmente na Fundação de Cultura de MS, cheguei ao objeto de pesquisa e à temática ora abordada.

Em um primeiro momento, ambiciosamente, como costumam ser as ideias, entre outras coisas, pensava em produzir um levantamento que mapeasse a atuação das artesãs Terena presentes em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Tempo, logística e prazos não permitiriam essa empreitada, algo que foi desde o meu ingresso no programa apontado pelas minhas orientadoras, professoras Kátia Cristina Nascimento Figueira e Léia Teixeira Lacerda.

Desta forma, neste trabalho, realizamos o levantamento e análise bibliográfica e documental referente ao registro do modo de produção tradicional da cerâmica realizado pelas artesãs Terena, contextualizando metodologicamente os conceitos de cultura, patrimônio cultural e educação patrimonial, para fins de utilização didática destes dados por meio de material expositivo.

Assim, consideramos que pesquisas que abordem a temática já descrita podem colaborar para reduzir a carência de estudos observada anteriormente, trazendo este importante debate para a academia e estimulando novas e relevantes discussões na área, as quais, por sua vez, tendem a levar a novas pesquisas e publicações científicas.

Isso, em tese, poderia colaborar para que uma discussão inicial, que realizamos nesta pesquisa, direcionada ao patrimônio cultural povos indígenas da etnia Terena, possa se expandir em outras etnias e localidades de Mato Grosso do Sul, o que, assim esperamos, tenha significância no processo de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos indígenas, com a disponibilização dos resultados obtidos para sua utilização como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, no tocante ao cumprimento do artigo 26-

A da LDB.

O trabalho foi organizado em três capítulos, ao qual foi acrescentado um apêndice onde apresentamos a Proposta de Intervenção. No primeiro capítulo, contextualizamos historicamente a trajetória dos indígenas Terena em Mato Grosso do Sul. Este capítulo foi subdividido em quatro subitens que descrevem períodos importantes para a história dessa etnia: os “Tempos Antigos”, momento em que abordamos a migração, a passagem pela região do Chaco, relações interétnicas por meio dos primeiros contatos com os colonizadores europeus e estabelecimento dos Terena em Mato Grosso do Sul; nos “Tempos de Servidão”, tratamos da expropriação territorial e exploração da mão-de-obra dos Terena, bem como sua participação na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; nos “Tempos Atuais” buscamos apresentar a atual situação desta etnia em Mato Grosso do Sul, suas relações sociais, culturais e de trabalho; e por fim, tratamos do chamado “Tempo de Despertar”, em que abordamos a atuação dos Terena na educação e cultura, bem como suas relações atuais com a sociedade envolvente e a conquista de novos espaços sociais.

No segundo Capítulo, buscamos contextualizar e discutir as temáticas e conceitos relativos ao aprofundamento no tema central deste trabalho – a cultura Terena. Para tanto, promovemos a imersão nos teóricos que tratam dos conceitos de cultura, patrimônio cultural e educação patrimonial. Como pretendemos que este trabalho dê origem a um material de apoio ao processo de ensino e de aprendizagem na educação básica (objetivando principalmente o docente da disciplina de História), buscamos tratar esse capítulo sob a perspectiva da história.

O terceiro capítulo analisa o processo de registro do modo de fazer a cerâmica Terena pelas indígenas Terena como Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Para tal, analisamos toda a documentação disponibilizada pela Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de MS, bem como o Relatório de Atividades sobre o “Projeto Cerâmica Terena” produzido no ano de 2003 pelo Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa, Antropólogo. Essa documentação possibilitou o reconhecimento e registro desse conhecimento tradicional como Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul.

Como forma de ilustrar todo o processo de confecção das peças de cerâmica pelas artesãs Terena, utilizamos fotografias feitas pelo fotógrafo Francisco Moreira da Costa, fotógrafo do IPHAN que acompanhou o Antropólogo Wallace de Deus Barbosa e a equipe da Fundação de Cultura de MS nas aldeias visitadas para aquele levantamento. As fotografias foram utilizadas para a confecção de catálogo de exposição e para registro do

Inventário Nacional de Referências Culturais. Além dessas fotografias, foram também utilizadas outras disponibilizadas por Rejane Benetti Gomes (Gerência de Artesanato/FCMS), além daquelas do acervo do autor.

Ao final do trabalho, apresentamos uma Proposta de Intervenção, exigência do Programa de Mestrado Profissional em Educação (ProfEduc/UEMS). Na proposta, pretendemos disponibilizar subsídios aos docentes da disciplina de história para a abordagem da temática étnico-racial, bem como nos estudos sobre a presença dos Terena, a cultura e o patrimônio cultural sul-mato-grossense.

1 - OS INDÍGENAS TERENA EM MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo apresentamos os aspectos históricos relativos aos Terena presentes em Mato Grosso do Sul, tratando desde suas origens, processo migratório, chegada e estabelecimento em Mato Grosso do Sul, relações com a sociedade envolvente, bem como de sua mitologia e cultura.

O texto está estruturado a partir da análise bibliográfica de relatos memorialísticos e pesquisas desenvolvidas por Cabeza de Vaca (1985), Schmidel (2001), Azara (1850), Castelnau (2000), Taunay (1931), Baldus (1950), Viveiros (1958), Oliveira (1959 e 1976), Corrêa (1999), Bittencourt e Ladeira (2000), Miranda (2006), Mussi (2006), Oliveira e Pereira (2007), Esselin (2011), Vargas (2003 e 2011), Ximenes (2011), Oliveira (2013), Richard e Combès (2015), Sebastião (2018).

Esses estudos são relevantes para se compreender a inserção e a representatividade indígena dos Terena na formação histórica e cultural de Mato Grosso do Sul, bem como a sua participação como agentes ativos da constituição da identidade cultural deste estado em que essa etnia tem numerosa presença.

Quando nos referimos à formação cultural e identitária do estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se a massiva presença indígena. A unidade da federação em questão tem em sua composição demográfica com a presença da segunda maior população indígena presente no Brasil (URQUIZA, 2020), concentrando 56% da população indígena presente na região Centro-Oeste⁴.

De acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, em Mato Grosso do Sul a presença indígena é estimada em 73.295 pessoas, correspondendo a um percentual de cerca de 3% do quadro geral da população deste estado e 9% do total da população autodeclarada indígena no Brasil (CENSO/IBGE, 2010).

A proporção destes dados em Mato Grosso do Sul pode ser observada na Tabela 1, que indica os dez municípios sul-mato-grossenses com maiores populações indígenas e seus respectivos quantitativos, ilustrado também na Imagem 1 que ilustra a densidade dos núcleos populacionais indígenas presentes no referido estado:

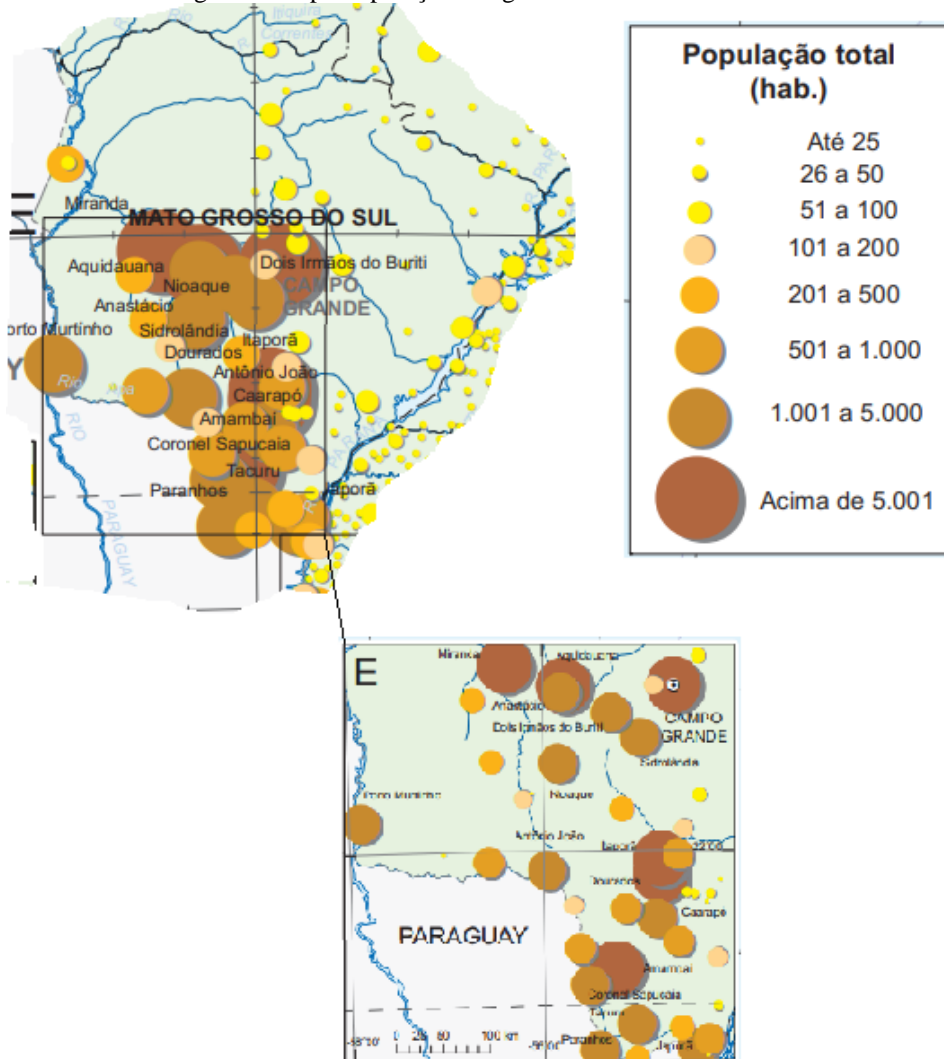
⁴ Dados obtidos no site da FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?start=5#>, acesso em 20 de outubro de 2020)

Tabela 1: Municípios com as maiores populações indígenas, por situação do domicílio (Estado de Mato Grosso do Sul – 2010)

	Total		Urbano		Rural	
	Município	POP	Município	POP	Município	POP
1	Amambai	7.225	Campo Grande	5.657	Amambai	7.158
2	Dourados	6.830	Aquidauana	1.405	Dourados	6.142
3	Miranda	6.475	Anastácio	1.249	Miranda	6.140
4	Campo Grande	5.898	Sidrolândia	1.203	Itaporã	5.059
5	Aquidauana	5.714	Dourados	688	Paranhos	4.378
6	Itaporã	5.095	Antônio João	576	Aquidauana	4.309
7	Paranhos	4.404	Miranda	335	Caarapó	4.277
8	Caarapó	4.370	Nioaque	230	Japorã	3.816
9	Japorã	3.822	Bonito	207	Tacuru	3.611
10	Tacuru	3.637	Bodoquena	198	Coronel Sapucaia	2.572

Fonte: Site da FUNAI (<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>), acesso em 20 de outubro de 2020.

Imagem 1: Mapa População Indígena em Mato Grosso do Sul



Fonte: Recorte do Mapa “População Indígena 2010” – CENSO IBGE/2010. Este recorte foi feito pelo autor (original disponível em https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/mapas/pop_indigena_tot_2010.pdf, acesso em 20 de outubro de 2020)

Estes dados demonstram uma elevada concentração de indígenas nas cidades sul-mato-grossenses, com grupos consideráveis tanto em números gerais, quanto distintivamente subdivididos em população urbana e rural. Podemos observar que Campo Grande, capital do estado, figura com a quarta maior população estadual em números absolutos, no entanto quando tratamos da população urbana, este é o município com maior população indígena. Já o município de Amambai, no interior do estado, possui a maior população em números absolutos, fato que se repete quando falamos na população rural.

Os municípios de Dourados, Miranda, Aquidauana, Itaporã, Paranhos, Caarapó, Japorã e Tacuru, ao lado dos já citados Campo Grande e Amambai, completam a lista dos municípios com maior concentração de habitantes indígenas de acordo com o último CENSO realizado no ano de 2010. Estes dados populacionais são apresentados pelo IBGE, na Tabela 2, no que se refere aos municípios sul-mato-grossenses com maiores proporções de população indígena entre a população total do respectivo município:

Tabela 2: Municípios com as maiores proporções de populações indígenas, por situação do domicílio (Estado de Mato Grosso do Sul – 2010)

	Total		Urbano		Rural	
	Município	%	Município	%	Município	%
1	Japorã	49,4	Antônio João	8,4	Paranhos	71,9
2	Paranhos	35,7	Anastácio	6,3	Itaporã	66,8
3	Tacuru	35,6	Sidrolândia	4,3	Coronel Sapucaia	66,7
4	Miranda	25,3	Aquidauana	3,9	Miranda	61,2
5	Itaporã	24,4	Bodoquena	3,4	Japorã	60,3
6	Amambai	20,8	Nioaque	3,3	Amambai	57,9
7	Coronel Sapucaia	18,4	Aral Moreira	2,5	Caarapó	57,3
8	Dois Irmãos do Buriti	17,9	Miranda	2,2	Tacuru	56,0
9	Caarapó	17,0	Iguatemi	1,7	Aquidauana	44,5
10	Douradina	16,1	Juti	1,5	Douradina	41,2

Fonte: Site da FUNAI (<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>), acesso em 20 de outubro de 2020.

Essa estimativa do IBGE, no entanto, encontra-se desatualizada, por conta da não realização do censo previsto para ocorrer no ano de 2020 devido à pandemia do Novo Coronavírus que chegou ao território nacional naquele ano⁵. Somado a este fato, temos ainda os cortes de orçamento promovidos pelo governo federal que, infelizmente, tendem a inviabilizar a realização do censo pelo órgão no ano de 2021⁶.

⁵ COVID-19 (CO – corona, VI – vírus; D – Doença, 19 – 2019, ano de surgimento) é o nome dado pela Organização Mundial da Saúde para a doença causada pela Sars-Cov-2 (*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* - Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2), também chamada de Novo Coronavírus ou apenas Coronavírus. Este vírus tem seus primeiros registros em 2019, chegando em 2020 a uma escala pandêmica que aflige o mundo até a data em que este trabalho era escrito (Informações obtidas no site da OMS - <https://www.who.int/>, acesso em 10/04/2021).

⁶ Conforme noticiado no site do IBGE em 23/3/2021 o orçamento do IBGE, inicialmente estimado em R\$ 2 bilhões, teve um corte de R\$ 1,76 bilhão, inviabilizando grande parte das ações do órgão, com destaque para o Censo (GUERRA, RIOS-NETO, 2021).

Tabela 3: População indígena Terena em Mato Grosso do Sul classificada como aldeada (exceto Campo Grande)

POLO	ALDEIA/ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	
Amambai	Amambai	Amambai	8	
	Limão Verde		1	
	Acampamento Kurussuambá	Coronel Sapucaia	1	
Antônio João	Campestre	Antônio João	1	
	Lima Campo	Ponta Porã	1	
Aquidauana	Água Branca	Aquidauana	650	
	Bananal		1151	
	Colônia Nova		215	
	Córrego Seco		175	
	Imbirussú		170	
	Lagoinha		585	
	Morrinhos		272	
	Ypeguê		1058	
	Buritizinho		245	
	Limão Verde		1011	
	Água Branca Nioaque	Nioaque	278	
	Brejão		450	
	Cabeceira		340	
	Taboquinha		355	
	Aldeinha	Anastácio	420	
Bodoquena	Alves de Barros	Porto Murtinho	1	
Bonito	Acampamento Cerro Y	Guia Lopes da Laguna	3	
Caarapó	Taquara	Juti	1	
Corumbá	Uberaba	Corumbá	1	
Dourados	Acampamento Boderon	Dourados	17	
	Acampamento Itanhaum		1	
	Acampamento Muda MS		3	
	Acampamento Nhuverá		2	
	Acampamento Picadinha		13	
	Acampamentos		3	
	Bororó		184	
	Jaguapirú		3568	
	Panambizinho		4	
	Porto Cambira		7	
		Panambi	Douradina	4
Iguatemi	Cerrito	Eldorado	1	
Miranda	Argola	Miranda	749	
	Babaçu		747	
	Cachoeirinha		1789	
	Lagoinha		179	
	Lalima		1707	
	Mãe Terra		325	
	Moreira		1273	
	Morrinho		382	
	Passarinho		1429	
Sidrolândia	Água Azul	Dois Irmãos do Buriti	337	
	Barreirinho		139	
	Buriti		804	
	Nova Buriti		260	
	Olho Dagua		264	
	Oliveira		160	
	Recanto	277		
		Córrego do Meio	Sidrolândia	614
	Dez de Maio	125		
	Lagoinha	318		
	Nova Tereré	145		
	Tereré	696		
Tacuru	Sassoró	Tacuru	1	
Total de indígenas Terena em Mato Grosso do Sul (exceto Campo Grande)			23920	

Fonte: Tabela formulada pelo autor com dados obtidos junto à DSEI/MS – SESAI – Ministério da Saúde (Painel SIASI, Junho/2019. Dados sujeitos a alterações devido população flutuante, constando somente população aldeada. Sem a população indígena total de Campo Grande, informada em 3.148 pessoas)

Para suprir a ausência desses dados, buscamos informações mais atualizadas sobre a população indígena presente em nosso estado, as quais puderam ser localizadas junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul (DSEI/MS). O DSEI/MS é um dos trinta e quatro Distritos Sanitários que, regionalmente, integram a estrutura nacional da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde.

Os dados atualizados fornecidos pelo DSEI/SESAI estimam a população indígena presente no estado de Mato Grosso do Sul em 80.459 pessoas⁷, sendo aproximadamente 23.920 pessoas da etnia Terena classificados pelo órgão como aldeados. Não foi possível estimar quantos dos 3.148 indígenas residentes em Campo Grande são da etnia Terena, conforme observamos na Tabela 3.

Esta população é multicultural e multiétnica, com diversas etnias indígenas presentes no território sul-mato-grossense. Entre estes, destacam-se: Kaiowá, Guarani (Ñandeva), Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kinikinau, Atikum e Camba⁸. Neste trabalho, nos deteremos aos Terena estabelecidos em Mato Grosso do Sul.

[...] Os Terena, linguisticamente vinculados à família Aruak, são conhecidos como um povo proveniente das regiões do Chaco e Pantanal, chamadas na língua Terena de *Êxiva*, área que abrange parte dos atuais territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. (OLIVEIRA, 2013, p. 25).

Os quatro troncos ou famílias linguísticas presentes no Brasil no período da chegada dos colonizadores europeus eram os Aruak, os Karib, os Jê e os Tupi-Guarani. Os Aruak, aos quais os Terena têm ligação direta, de acordo com Bittencourt e Ladeira, designa uma série de “povos que habitavam principalmente as Guianas, região próxima ao norte do Brasil e algumas ilhas da América Central, na região das Antilhas” (2000, p. 12). Mussi registra em sua pesquisa a expansão e distribuição dos indígenas do tronco Aruak pelo continente americano, os quais poderiam ser encontrados até na região das Bahamas (2006, p. 69-71).

Assim, conforme Bittencourt e Ladeira, podemos afirmar que as várias etnias vinculadas a este tronco linguístico habitavam não apenas o Brasil, mas também outros países da América do Sul e Central. Essa presença é expressiva no Brasil e as etnias são

⁷ Dados obtidos junto à DSEI/MS – SISA/Ministério da Saúde. Para o montante da população total foram utilizados tivemos como fonte a tabela do “Painel SIASI, NOVEMBRO - 2019 - Levantamento Demográfico para atualização População Indígena. População flutuante. Dados sujeitos a alterações”

⁸ Utilizaremos as grafias “Kaiowá”, “Ñandeva”, “Kadiwéu”, “Kinikinau”, “Atikum” e “Camba”, salvo em citações dos autores.

subdivididas em grupos de acordo com a região habitada, dos quais destacam-se (idem, p. 14-18):

- Região norte do Rio Amazonas, afluente do Rio Negro: *Boníwa do Içana, Wakerana, Baníwa, Taríana, Íuemi (Taríana), Baré, Mondawáka, Yabaáno, Wapixana e Palikur*;
- Região sul do Rio Amazonas, sudoeste do estado do Acre: *Apurinã (ou Ipurinã), Kámpa, Maxinéri e Maniteréni*;
- Região oeste do estado do Mato Grosso: *Paresi e Salumã*;
- Região do alto do Rio Xingu: *Mehináku, Waura e Yaulapití*;
- Região mais meridional: *Terena*.

Além destes, também se destaca a presença de grupos Aruak em países que fazem fronteira com Mato Grosso do Sul: *Moxo e Choné* na Bolívia e *Guaná* no Paraguai.

Os Terena, assim como outros povos espalhados pelo mundo, tem sua própria mitologia que retrata como seus antepassados narram suas origens. A mitologia Terena, passada de geração à geração por meio da oralidade e a tradição dessa etnia, nos é apresentada em duas versões por Bittencourt e Ladeira. A primeira é um relato dos professores da Aldeia Cachoeirinha de 1995:

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai e nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos terenas. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco.

Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso pois todos esses povos deram gargalhada, a partir daí eles começaram a se comunicar e falaram para Oreka Yuvakae que estavam com muito frio. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 22-23, grifo do autor).

Há ainda uma segunda versão na mesma obra, a qual cita pesquisa realizada pelo antropólogo Herbert Baldus em 1947, que denominava os Terena com a variante “Tereno”, segundo o mesmo, presente na época (BALDUS, 1950, p. 218). Esta versão foi coletada entre os Terena que habitavam o estado de São Paulo, desde a transferência de um pequeno

grupo proveniente do atual Mato Grosso do Sul para um posto indígena daquele estado. A versão a seguir coletada por Herbert Baldus foi a ele repassada em Terena por Antonio Lulu Kaliketé e traduzida para a língua portuguesa por Ladislau Haháoti:

Diz que antigamente não havia gente. Bem-te-vi, *vítuka*, descobriu onde havia gente debaixo do brejo. Bem-te-vi marcou o lugar aos *Orekajuvakái* que eram dois homens e estes tiraram a gente do buraco.

Antigamente, *Orekajuvakái* eram um só e quando moço a sua mãe ficou brava, pois *Orekajuvakái* não queria ir junto com ela à roça, foi à roça, tirou foice e cortou com ela *Orekajuvakái* em dois pedaços. O pedaço da cintura para cima ficou gente, e a outra metade gente também.

Antes de tirar a gente do buraco, *Orekajuvakái* mandaram tirar fogo, *iukú*. Pensaram quem tirar fogo. Foi o tico-tico, *xavokóg*. Ele foi e não achou o fogo. Depois foi o coelho, *kanóu*. Levou vara verde de ingá e achou o fogo que estava rodeado dos donos *Tokeóre*. Enfiou o ramo no borralho, estourou aquele ramo, o *Tokeóre* esparramou com aquele estouro que deu no fogo, *kanóu* aproveitou e tirou e correu. Achou um pau deitado e oco e entrou com o fogo na vara e se bateu o nariz até sair sangue. Esfregou o nariz na ponta da vara e enleou um pedaço de sua própria tripa no pau, colocou-o para *Tokeóre* ver. Aí *Tokeóre* foi embora. Disse: Já o matamos, pois viam sangue. *Kanóu* saiu do pau e foi queimar o capim velho jogando fogo onde passou. *Tokeóre* ficou triste e disse: Tomaram nosso fogo.

Orekajuvakái está sempre ao nosso favor, disse o Tereno.

O *kanóu* chegou onde estava os *Orekajuvakái* e foram fazendo grande fogueira. Aí *Orekajuvakái* tiraram a gente do buraco. Gente levantou os braços e *Orekajuvakái* neles os agarraram. Toda gente era nu e tinha frio e *Orekajuvakái* chamaram para ficar perto do fogo. Era gente de toda raça.

Orekajuvakái sempre pensaram como fazer falar esta gente. Mandaram-na entrar em fileira um atrás do outro. *Orekajuvakái* chamaram lobinho, *okué*, para fazer rir agente. Lobinho fez toda macacada, mordeu no próprio rabo, mas não conseguiu fazer rir. *Orekajuvakái* chamaram sapinho, aquele vermelho, *kalaláke*. Este andou como sempre anda e a gente começou a dar risada. Sapinho passou ida e volta ao longo da fila três vezes. Aí a gente começou afalar e dar risada.

[...] (BALDUS, 1950, p. 218-219, grifo do autor)

Como podemos observar, guardadas as devidas proporções, tanto a mitologia registrada por Bittencourt e Ladeira em 1995 na Aldeia Cachoeirinha quanto aquela descrita por Baldus em 1947 possuem vários personagens, elementos e acontecimentos recorrentes, apesar da diferença do local em que foram produzidas, bem como do espaço temporal entre uma entrevista e outra, de quase meio século. As diferenças encontradas podem estar relacionadas, tanto aos interlocutores, ao tempo e à própria passagem deste último quando tratamos de narrativas memorialísticas.

Há registros de outras versões, segundo Oliveira, as quais seriam apenas variações surgidas com o tempo (1959 p. 35-36). No entanto, o pesquisador registra a importância da

divisão de Orekajuvakái em duas metades, da versão apontada por Baldus na divisão social entre os Terena. Em um dos mitos registrado por Oliveira com um ancião Terena na Aldeia Cachoeirinha, Orekajuvakái é renomeado como Yurikoyuvakái e teria um irmão – Taipuyukê:

De acordo com um velho informante Terêna, “Yurikoyuvakái tinha um irmão Taipuyukê, um pouco inferior a êle; um dia começaram a cortar nuvem para matar todos porque não queriam que nós vivêssemos. Mas quanto mais cortavam, mais a nuvem crescia. Então os dois largaram de cortar porque se cansaram. E cada um seguiu seu caminho”. (OLIVEIRA, 1959, p. 36).

Esta dualidade – Yurikoyuvakái e Taipuyukê – teria relação direta com a dualidade social estabelecida entre os Sukirikionó, os quais eram vistos como “‘mansos’, cordatos e calmos” ou apenas como representantes da “maturidade, séria e tranquila” e os Xumonó, vistos como “‘bravos’, provocadores e violentos” ou ainda como representantes da “juventude, irrequieta e brincalhona”, o que, somado à convivência deste pesquisador com os Terena, o levou a ver uma certa estratificação social onde os Sukirikionó seriam “considerados ligeiramente superiores aos Xumonó” (OLIVEIRA, 1959, p. 35-36).

Nessa perspectiva tanto Sukirikionó e Xumonó, eram integrantes do grupo tribal dominante, o qual era subdividido em dois – os Naati, “chefes e suas parentelas”, e os Waherê-Txané, “os homens comuns”. Além destes, ainda existia o grupo dos Kauti (os cativos), que não pertenciam ao grupo dominante (OLIVEIRA, 1959, p. 34).

Com isso, a dualidade Sukirikioró e Xumonó representam as metades e a dualidade Naati e Waherê-Txané que representam a camada social. Com isto, as relações matrimoniais encontradas pelo pesquisador entre os Terena só permitiam matrimônios entre membros de uma mesma camada social que pertencessem a uma mesma metade e, no caso dos Kauti, que pertenciam a culturas diferentes, só lhes era permitido o matrimônio entre membros de uma mesma etnia.

Segundo o autor, posteriormente, estabeleceu-se uma nova organização das regras de matrimônios, que passaram a deixar a obrigatoriedade da relação camada/metade, e adotando a “herança patrilinear”, onde casamentos entre membros de camadas e metades diferentes são permitidas e a camada e metade seria repassada pelo pai, sendo que a exceção são os casamentos fora da aldeia, pois é nos “matrimônios intertribais ou interétnicos é que o filho ou filha segue a linha materna, evidentemente no caso do pai não ser Terêna”, para que assim o filho ou filha possa se declarar Terena (OLIVEIRA, 1959, p.

38).

Uma hipótese apontada por Oliveira (1959) para a quebra da relação hierárquica dos matrimônios é a ascensão dos Xuna-Xati.

Xuna-Xati era, em suma, o **matador**, o guerreiro que se destacava no campo de batalha matando um adversário. Contam os Terêna que depois de matar o inimigo, o guerreiro punha o pé sobre o seu peito e tocava uma buzina, anunciando seu feito ao mesmo tempo que reclamava o título de Xuna-Xati. (OLIVEIRA, 1959, p. 39-40, grifo do autor).

Era entre o grupo dos Xuna-Xati que eram escolhidos os Chefes de Guerra. Além disso, com o título de Xuna-Xati também passavam a ser permitidos a esses guerreiros o casamento fora das relações de camada e metade, colaborando assim para o fim da exclusividade de relacionamentos endogâmicos (OLIVEIRA, 1959, p. 39-41). Cabe ressaltar ainda que, mesmo no período em que os matrimônios só eram permitidos entre membros de uma mesma camada e mesma metade, no entanto, havia a proibição de matrimônios entre parentes próximos:

Examinando-se o sistema de parentesco, verificamos que fica vedado ao grupo o casamento consanguíneo. Não é permitido nem o casamento entre primos, sejam paralelos ou cruzados, nem o casamento tios sobrinhos. Sendo os filhos (as) dos irmãos e irmãs dos pais considerados irmãos, também as relações sexuais entre eles passam a ser consideradas incestuosas. (OLIVEIRA, 1959, p. 41).

Ao se deslocar do campo mitológico, Mussi nos alerta sobre a escassez de documentação na historiografia brasileira relativas aos períodos mais antigos da história dos Terena, o que prejudica uma análise mais complexa que atenda aos critérios relacionados à ordem cronológica dos acontecimentos (2006, p. 68), dificuldade que também é apontada por Oliveira, segundo o qual “dados de valor etnológico, anteriores ao século XIX, praticamente não existem” (1959, p. 33). Importante ressaltar também que na consulta de fontes historiográficas e memorialísticas, estes podem aparecer também como grupo integrante dos Chané – também encontrados com a grafia “Txané” – ou dos Guaná:

Subdividem-se os *chanés* em quatro ramificações: os *terenas* que constituem três quintos da população aborígine da região, os *laianas*, os *kinikináus* e os *guanás* ou *chooronós*. [...] É a língua idêntica para todos estes grupos, salvo quanto a algumas alterações que entretanto lhes não impedem a fácil compreensão recíproca. (TAUNAY, 1931, p. 16, grifo do autor).

Em pesquisas acadêmicas mais recentes, também são vistos como descendentes destes grupos:

Com o advento do processo de conquista e colonização ibérica e luso-brasileira dessas terras, a partir do século XVI, muitos povos indígenas tiveram sua população e seus territórios drasticamente diminuídos. Foi isso o que aconteceu com os antigos Guaná e Chané, povos linguisticamente Aruak, dos quais os atuais Terena descendem. (OLIVEIRA, 2013, p. 25).

Como integrantes do grupo Guaná-Chané, de acordo com Oliveira e Pereira:

De um modo geral as fontes históricas informam que até fins do século XIX os Guaná-Chané estavam organizados e se distinguiam em vários grupos étnicos, a saber: Terena (ou Etenoé), Echoaladi, Kinikinau e Laiana. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 7).

No entanto, este tipo de junção das etnias era algo próprio ao olhar dos sertanistas e memorialistas que as observavam e registravam, como se fossem apenas um grupo e não parte de um grupo, não sendo aparentemente a visão de pertencimento verificada por Taunay no grupo Terena presente em Miranda, em sua observação da proximidade daqueles com indígenas instalados na área do Chaco:

Além da tendencia manifesta que os terenas têm de fugir para as bandas do Chaco boliviano, reunindo-se a outros da mesma tribu, que vivem com os enimas, em sua língua existem palavras demonstrando a presença dos guanás no districto, foi devida a uma grande migração. Como que abrange esta denominação, de uma das tribus da nação chané, a todas as mais, porque na zoa de Miranda conhecem-se todos os índios chanés por guanás. Entretanto perguntando eu, certo dia, a um terena se era guaná respondeu-me: *Acó chooronó chané cuané téreno enómone*; guaná não, chané ou terena na verdade (litt). (TAUNAY, 1931, p. 47, grifo do autor).

Sobre a observação feita por Taunay (1931) sobre a similaridade linguística deste grupo, esta tem relação direta com seu tronco Aruak. Para Taunay:

Os Terenas, segundo nos pareceu, usam do idioma com mais propriedade e perfeição. Os verbos neste dialecto são mais regularmente formados, apesar do capricho que, em geral, preside à sua conjugação, as analogias mais frequentes, as phrases mais completas.

É por esta razão que os brancos do districto aprendem de preferencia a maneira de falar dos terenas a quem com maior facilidade compreendem. (TAUNAY, 1931, p. 49).

De acordo com Bittencourt e Ladeira, a família linguística Aruak é a matriz da língua falada atualmente por indígenas das etnias Terena, Laiana e Kinikinau, as quais guardam, no entanto diferenças entre elas. As mesmas pesquisadoras ainda ressaltam a importância da linguagem para compreensão da origem desta etnia, as diferenças entre línguas faladas por etnias proveniente de um mesmo tronco linguístico, como no exemplo entre Terena, Laiana e Kinikinau, também pode ser encontrada numa mesma língua falada em localidades diferentes, o que, para as autoras, nos faz “perceber que cada povo recebe várias influências no contato com outras populações” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 12) o que pode levar a alterações na língua, seja com adições de novas palavras ou novos significados, os quais acabam refletindo também essas mudanças de localidades:

Desta forma, apesar da língua ser a mesma, os Terena de Cachoeirinha, por exemplo, falam de um modo diferente dos Terena de Taunay e, da mesma forma, a língua portuguesa falada pelos gaúchos é diferente da língua portuguesa falada pelos pernambucanos ou pelos habitantes de Portugal. Podemos saber, então, pela fala, o lugar de origem daquela pessoa. Podemos também identificar se um Terena é de Cachoeirinha, de Ipegue, de Bananal ou de outras aldeias. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 12).

1.1 - Os “Tempos Antigos” – migração e estabelecimento Terena em Mato Grosso do Sul

Para Bittencourt e Ladeira (2000), a história dos Terena de Mato Grosso do Sul pode ser dividida em três grandes “Tempos”, os quais organizam e definem períodos destacados como pelas pesquisadoras como sendo “três grandes momentos em sua história”, sendo estes divididos em **Tempos Antigos**, **Tempos de Servidão** e **Tempos Atuais** (p. 24-25).

Desta forma, os **Tempos Antigos**, compõem o período de migrações e estabelecimento em territórios hoje correspondentes ao atual estado de Mato Grosso do Sul, onde firmam alianças com outras etnias indígenas e com os colonizadores europeus. Desta forma, os Terena que até então estavam presentes na região do Chaco paraguaio, por eles chamada de *Êxiva*, procederam em migração via Rio Paraguai, se fixando no atual estado de Mato Grosso do Sul:

Este período foi longo, durando muitos anos, com migrações que foram feitas em todo o decorrer do século XVIII. Foi um período em que os Terena ocuparam um território vasto, dedicando-se à agricultura e estabeleceram alianças importantes com os Guaicuru e com os portugueses. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 26).

De acordo com Ximenes (2011, p. 27) e Vargas (2003, p. 39-40), o Chaco está localizado na região central da América do Sul, se estendendo por territórios que atualmente correspondem ao Paraguai, Bolívia e Argentina, ocupando ainda a porção sul do Pantanal no Brasil, alcançando uma área que pode chegar a cerca de 850.000 km². Para Vargas, o Chaco estabelece seus limites:

[...] com os pampas ao sul do rio Salado, com a região andina a oeste, com o planalto de Chiquitos e Velascos a noroeste e com os rios Paraguai e Paraná. No Brasil, onde atualmente encontra-se o estado de Mato Grosso do Sul, região alagadiça, estende-se até pouco abaixo da cidade de Miranda, formando o pantanal sul-mato-grossense. (VARGAS, 2003, p. 40).

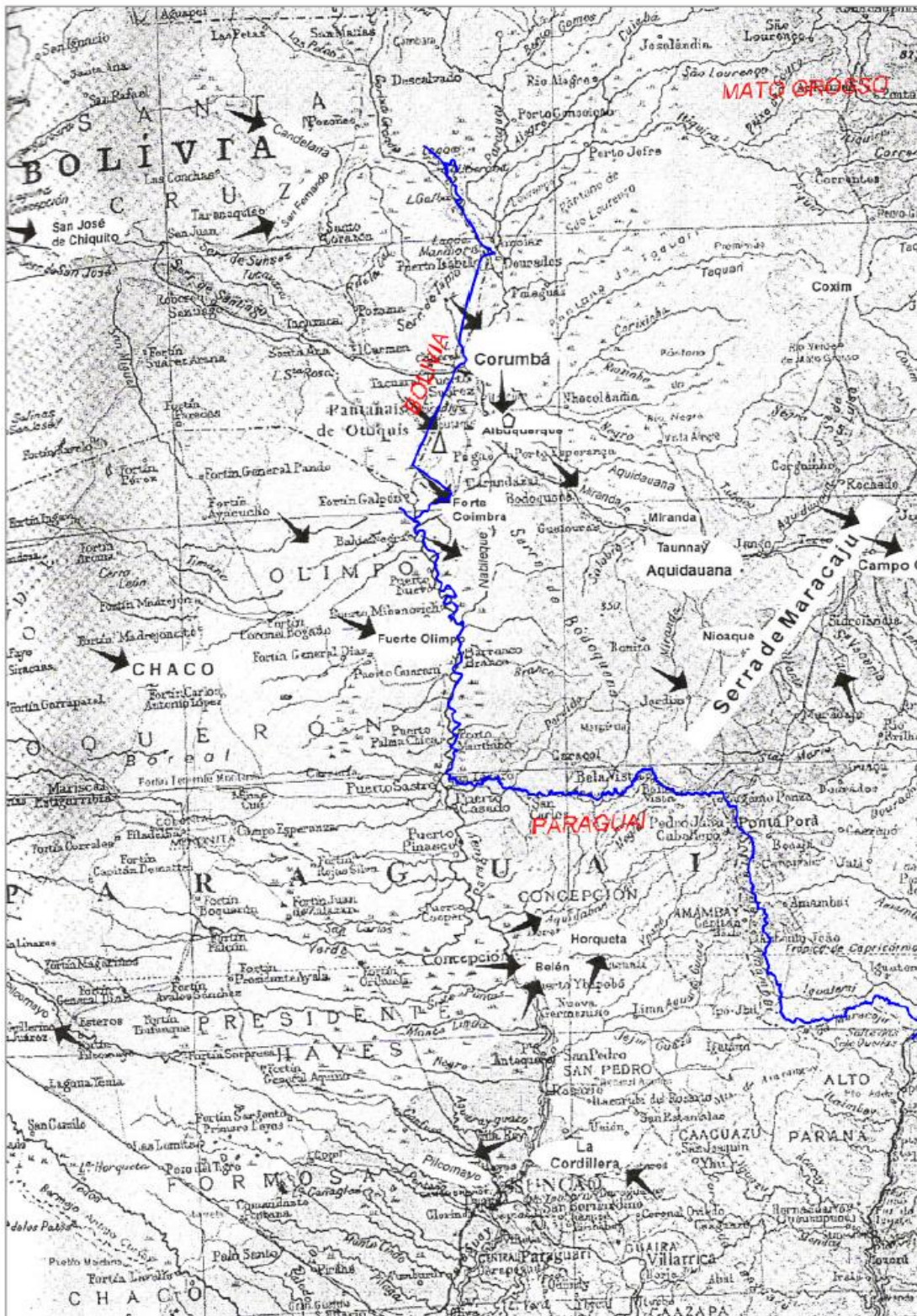
A mesma autora afirma ainda ser possível deduzir, de acordo com os relatos dos cronistas quinhentistas, que os Guaná habitavam a região do Chaco “há pelo menos cinco séculos, devido ao domínio que os Guaná exerciam sobre o ambiente e os povos autóctones” (VARGAS, 2003, p. 40). Relativamente à delimitação da área do Chaco com a do Pantanal, Ximenes afirma que, apesar das distinções que existem entre essas áreas:

[...] os pesquisadores admitem que não é fácil delimitar as duas áreas, ainda mais considerando que nenhuma delas é homogênea, e que ambas têm características semelhantes entre si. No período colonial esta definição ainda não existia, visto que os critérios usados nas ciências naturais certamente não eram aplicados de forma sistemática entre os séculos XV e XIX. Além da indefinição quanto aos parâmetros naturais, havia imprecisão quanto aos limites políticos no território hoje dividido entre Chaco e Pantanal. (XIMENES, 2011, p. 30).

Estes deslocamentos territoriais dos Terena citados por Mussi marcam sua história, e, segundo a pesquisadora, tais deslocamentos independiam de “vontade intrínseca do grupo e do desejo de mudança” (MUSSI, 2006, p. 67-68), refletindo mais a necessidade de sobrevivência dos Terena enquanto grupo étnico. Esta prática era comum no tronco Aruak, principalmente em decorrência do crescimento populacional do grupo e da consequente busca por espaços adequados a suprir a moradia e alimentação destes os quais já tinham na

agricultura, além da caça e da pesca, a base alimentar de subsistência, sendo ainda ressaltada por Mussi a preferência que eles tinham por terras mais adequadas à prática do plantio (idem, p. 71-73).

Imagem 2: Mapa “Possíveis deslocamentos”



Fonte: Mapa “Possíveis deslocamentos” (MUSSI, 2006, p. 82).

Os primeiros contatos registrados por exploradores e aventureiros europeus com os Terena provavelmente devem ter ocorrido por meio da ocupação espanhola da região do Chaco, após suas entradas pelo estuário do Rio da Prata e navegação nos rios que compõem aquela importante bacia hidrográfica, registros esses que podem ser observados nos relatos de viagens feitos por exploradores como Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1985) e Ulrich Schmidel (2001), os quais estiveram na citada região ainda nos primeiros 50 anos do início da ocupação europeia no continente americano. Mais adiante, já nos séculos XVIII e XIX, citamos também os relatos feitos por Felix Azara (1850) e por Francis Castelnau (2000).

Em sua obra “Naufrágios e Comentários” de 1555, o aventureiro e conquistador espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca traz relatos de alguns dos primeiros encontros registrados entre os indígenas das regiões centro-sul do Brasil e seus vizinhos, principalmente o Paraguai, região na qual nos concentramos aqui. Cabeza de Vaca foi *Adelantado*, Governador e Capitão Geral do Rio da Prata durante um período do primeiro século de ocupação ibérica no continente americano (CABEZA DE VACA, 1985, p. 145-146).

Esta obra é dividida em duas partes, sendo a parte “Naufrágios” referente a acontecimentos ocorridos na expedição espanhola que chegou pelo mar do Caribe, passando pelas ilhas de Santo Domingo e Cuba, entrando na região atualmente correspondente aos Estados Unidos da América pela Flórida, percorrendo o litoral até o atual estado do Texas, chegando por fim ao Golfo do México.

Já a parte “Comentários” trata de sua expedição como Governador do Rio da Prata pela região do cone sul do continente sul-americano, chegou em 1541 em Santa Catarina, partindo para Assunção no mês de março, lá chegando quatro meses depois, se deparando com a escravização de indígenas, a qual foi por proibida, um dos motivos que levaram a sua prisão pelos opositoristas em 1544 e deportação de volta para a Espanha, onde seria posteriormente julgado e condenado ao degredo na África (CABEZA DE VACA, 1985, p. 289-311; SCHMIDEL, 2001, p. 222-231; AZARA, 1859, p. 309-310)

Nessa parte da obra de Cabeza de Vaca (e por meio da escrita de Pero Hernandez, seu escriba e secretário particular) – que podemos ler os primeiros relatos que fazem menção aos Chané (*Chaneses*), grupo ao qual os Terena estavam inseridos, como já dito anteriormente, bem como a vários outros grupos indígenas que habitavam esta região.

Nos “Comentários” de Cabeza de Vaca, localizamos alguns dos primeiros registros de contatos com os Chané ainda no primeiro século de ocupação e conquista

européia no território que hoje correspondem ao Brasil e ao Paraguai, bem como à Argentina e ao Uruguai. Cabeza de Vaca assim nos apresenta o relato de um indígena Chané de aproximadamente 50 anos de idade, com o qual teve contato em área nas proximidades da região chaquenha:

De estos indios chaneses se quiso el gobernador informar de las cosas de la tierra adentro y de las poblaciones de ella, y cuántos días habría de camino dentre aquel puerto do los Reyes hasta llegar a la primera población. El principal de los indios chaneses, que sería de edad de cincuenta años, dijo que cuando García los trujo de su tierra vinieron con él por tierras de los indios mayaes y salieron a tierra de los guaraníes, donde mataran los indios que traía, y que este indio chanés y otros de su generación, que se escaparon, se vinieron huyendo por la ribera del Paraguay arriba, hasta llegar al pueblo de estos sacocias,

[...]

Fue preguntado qué pueblos de indios hay en su tierra y de otras generaciones, y qué otros mantimientos tienen, y que con qué armas pelean. Dijo que en su tierra los de su generación tienen un solo principal que los manda a todos, y de todos es obedecido, y que hay muchos pueblos de muchas gentes de los de su generación, que tienen guerra con los indios que llaman chimeneos y con otras generaciones de indios que se llaman carcaraes, y que otras muchas gentes hay en la tierra, que tienen grandes pueblos, que se llaman gorgotoquies y payzuñoses y estarapecocias y candirees, que tienen sus principales, y todos tienen guerra unos con otros, y pelean con arcos y flechas, y todos generalmente son labradores y criadores, que siembran maíz y mandiocas y batatas y mandubias en mucha abundancia, y crían patos e galinas como los de España; crían ovejas grandes, y todas las generaciones tienen guerras unos con otros, y los indios contratan arcos y flechas y mantas y otras cosas por arcos y flechas, y por mujeres que les dan por ellos. (CABEZA DE VACA, 1985, p. 250-251).

No relato de Cabeza de Vaca podemos observar um pouco das relações dos Chané com outros grupos indígenas e com a ocupação espanhola, demonstrando já que aquela etnia empreendia migrações para buscar novos territórios, seja por conta de conflitos ou ainda, como já observado em Mussi, em busca de terras agricultáveis que melhor suprissem as necessidades do grupo, sendo este já apresentados por Cabeza de Vaca tanto como guerreiros, como quanto agricultores.

Alguns desses pontos também estão presentes em “*Viaje al Rio de La Plata: (1534-1554)*”, onde vemos os relatos de viagem de Ulrich Schmidel. Esse aventureiro bávaro integrou a expedição do *Adelantado* Pedro de Mendonza, que em 1536 fundou Buenos Aires.

Após a partida de um adoecido Pedro de Mendonça (e sua morte no trajeto) em 1537, a região ficou sob o comendo interino de Domingo Martinez de Irala (o qual viria a

ser opositor de Cabeza de Vaca). Neste período (1540) os colonizadores abandonam e despovoam Buenos Aires, partindo para Assunção, no atual Paraguai, que passava então a ser a nova sede do empreendimento colonizatório espanhol.

Com a indicação de novo Adelantado pela Coroa espanhola – Cabeza de Vaca – o qual chega em Assunção em 1542, assumindo o comando da região. Partidário de Irala durante o governo de Cabeza de Vaca, Schmidel permaneceu na região após a deportação de Cabeza de Vaca para a Espanha.

Félix Azara (1850) em sua obra “*Viajes por la America del Sur...*” nos traz também um grande relato da região no período de 1789 até 1801. Este engenheiro militar e naturalista espanhol participou de uma comissão demarcadora de limites entre as possessões ibéricas, chegando ao continente americano em 1782, sendo posteriormente designado para atuar na região fronteiriça do atual Paraguai.

Azara registra em seus escritos a apresentação de variadas características e detalhes relativos aos povos indígenas da região chaqueña. Sobre os Guaná, Azara assim discorre:

Ademas ellos reconocen en esta nacion ocho ordas diferentes llamadas, Layana, Ethelenoe ó Quinquinao, Chabarana ó Choroana, ó Tchoaladi, Caynaconoe, Nigotisibue, Yunaeno, Taiy y Yamoco. Tales son los nombres que les dan los indios salvajes, que viven á las cercanias, cuando se les pregunta sobre los Guanás: y si se les pregunta si son naciones diferentes, responden que sí; porque no saben lo que es ser una nacion y creen que casa horda forma una distinta. (AZARA, 1850, p. 202).

Assim, o autor apresenta a pluralidade de etnias (chamadas por ele de “hordas”) que compunham o grupo Guaná. *Ethelenoe* ou *Eтеленoe* (grafia apontada por Oliveira e Pereira, 2007, p. 7) era a forma como eram designados os indígenas pertencentes ao grupo que atualmente corresponde à etnia Terena. Mais à frente, Azara localiza geograficamente os Guaná:

A la época de la llegada de los primeros españoles ella habitaba el Chaco entre los 20 y 22 grados de latitud: en este punto permaneció hasta 1673, en que una gran parte de la nacion fué à establecerse al Este del rio Paraguay, al Norte del Trópico; en el pais llamado entonces Provincia de Itatí, despues ella se ha estendido hácia el Sur. En dich tiempo los españoles la dividian en seis hordas principales. (AZARA, 1850, p. 203).

E, continuando, assim estima a população de cada grupo pertencente aos Guaná:

La Layana ó Equaachigo habita hoi hácia los 24 grados de latitud al Norte del rio Jesuy en el paraje nombrado Lima, y se compone de 1,800 salvajes. La Cavaraná ó Echoaladi acaba de colocarse á los 26.°11' de latitud en el territorio del pueblo Caazapá, y puede llegar á dos mil indios. La Equiniquinao que tiene como 600 individuos está dividida: una parte habita el Chaco hácia los 21°56' de latitud á 8 leguas del rio Paraguay, el resto est´incorporado con los Mbayás. La Ethelena puede tener tres mil individuos: parte de ellos viven en el Chaco, cerca de los Equiniquinao, y los otros al Este del rio Paraguay, en el paralelo de 21 grados sobre una cadena de pequeñas montañas, que ellos nombran Echatiyá al Esté de otra cdena ó cuchilla llamada Nogoná. La horda nombrada Nequeeactemic apenas se compone de 300 salvajes con tres caciques, y habita a una jornada al Poniente del rio Paraguay hácia los 21.°32' de latitud: ella est´dividida en cuatro tolderias. La última es la Echoroaná, que puede llegar a tener 600 personas: ella está incorporada con los Mbayás, y vive con ellos al Este del rio Paraguay, sobre las alturas situadas hacia los 21 grados. (AZARA, 1850, p. 203).

Desta forma o autor localiza e estima a população total em aproximadamente 8.300 pessoas, apesar de pontuar que algumas pessoas chegaram a calcular essa população em até 20 mil pessoas, o que ele considera uma estimativa elevada. Mesmo assim, continua Azara, a população Guaná seria ali a segunda população mais numerosa, só perdendo em números para os Guarani (1850, p. 203).

Posteriormente a Azara temos o relato de Francis Castelnau. Esse expedicionário francês enviado ao Brasil no século XIX percorreu o território nacional partindo do Rio de Janeiro em 17 de junho de 1843 até sair do Mato Grosso e entrar na região da Bolívia em 22 de junho de 1845. Suas observações e testemunhos relativos ao Brasil do período do Segundo Reinado foram publicados no livro “Expedição às Regiões Centrais da América do Sul”.

Nesta obra, Castelnau apresenta algumas particularidades das pessoas e da região percorrida no Brasil. Sobre os Guaná, Castelnau relata sobre o trabalho destes em engenhos de cana-de-açúcar (2000, p. 357), falando ainda sobre um grupo residente na área do atual Mato Grosso do Sul:

Há, na imediata vizinhança de Albuquerque um outro aldeamento, que pertence aos Guanás ou Uanás. Compõe-se de sessenta casas dispostas em quadrado e contíguas umas às outras, de modo que cada quadrilátero forma uma só construção. No meio do quadrado ergue-se uma cruz. As casas, de paredes, de barro e teto de palha, são entretanto bem feitas; copiam na forma a dos brasileiros e contém razoável mobiliário, como sejam camas feitas de um couro esticado entre paus, cabaças, utensílios de tecelagem, armas, etc. Os Guanás são trabalhadores e ocupam-se da

agricultura; plantam cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, feijão, banana, milho, cará e batata-doce; constroem engenhocas para moer cana, fabricam rapadura e destilam aguardente em alambiques de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. Fabricam também vasilhas de barro. As mulheres fiam o algodão, com que fazem lindos ponchos, tingidos com anil e cúrcuma. (CASTELNAU, 2000, p. 368).

Nestes apontamentos de Castelnau, podemos verificar a forma como os Guaná que habitavam a área das imediações de Albuquerque organizavam suas habitações, bem como sua produção agrícola e ainda registro de produção artesanal de vasilhas de barro (cerâmica), de tecidos de algodão e de vestuários. Essa produção é novamente citada pelo autor em relato sobre sua visita aos Terena de Miranda:

Essa gente é bastante industriosa; cria muito gado e possui cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também bastante algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos, para vender aos brasileiros. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro. (CASTELNAU, 2000, p. 400).

Richard e Combès também ressaltam que esse grupo étnico já era conhecido dos europeus desde os primeiros anos da colonização, pois,

Foi possível conhecê-los graças às expedições empreendidas “Chaco adentro” pelos espanhóis de Assunção e, também, pelos documentos referentes à primeira cidade de Santa Cruz de la Sierra, nas planícies de Chiquitos, na Bolívia. (RICHARD; COMBÈS, 2015, p. 233).

Outros contatos dos Terena com os colonizadores espanhóis e portugueses, fazem menção às expedições enviadas por esses europeus que atravessavam o Chaco rumo às terras do Peru entre os anos de 1740 e 1750, pois, segundo Mussi:

[...] o Chaco constituía uma área extensa formada por florestas secas, montanhas rochosas e grandes pântanos, não dispendo de quase nada para atrair os conquistadores espanhóis” que nesta época estavam mais interessados na busca e acumulação de metais preciosos, típicos do mercantilismo da época, fazendo com que o Chaco fosse no período apenas parte do caminho para as terras que os exploradores buscavam. (MUSSI, 2006, p. 76).

Para a referida autora, com o estabelecimento do Tratado de Madri (1750) e a reorganização das fronteiras dos impérios colonizatórios português e espanhol, intensificam-se as ocupações de áreas hoje correspondentes a fronteiras entre o Brasil e

seus vizinhos de colonização hispânica. Desta forma, fortificações passam a ser construídas, as quais também acabam servindo de ligação com os indígenas.

Mussi registra a aproximação dos Terena destes fortes, ainda do lado espanhol, citando a relação dos Terena com a guarnição presente no Forte Bordón (posteriormente renomeado Forte Olimpo), com os quais promoviam trocas de informações sobre grupos rivais e abastecimentos de alimentos de maneira esporádica, sem no entanto, segundo a autora, estabelecer relações estáveis e duradouras com os colonizadores espanhóis ali presentes (2006, p. 77).

Neste sentido, a autora destaca as relações dos Terena com os missionários jesuítas, sendo que, segundo a autora, a conversão religiosa deste grupo indígena, acabava esbarrando na constante renovação de suas “estratégias de atuação, conforme era conveniente para o grupo (idem, p. 77-78).

No que se referem às motivações para os deslocamentos constantes dos Terena, mas ainda falando das relações de conveniência para o grupo, Mussi nos aponta aquelas existentes entre estes e os Mbayá-Guaicuru. Essas relações também nos são apresentadas por Schmidel, o qual compara esta relação com a relação de suserania e vassalagem da idade média:

Después de esto volvimos a marchar hasta una nación llamada Zchennte (Chané), son vasallos o súbditos de los antedichos mayaies (mbayá), como en esta tierra (Baviera) los paisanos son siervos de sus señores. Nosotros encontramos en este camino muchos rastros sembrados con trigo turco (maíz), raíces, y otras frutas más, allí se tiene esta comida año redondo; cuando se recoge una cosecha, ya está la otra madura también, y cuando esta misma también está recogida, ya tienen una otra en berza. Con esto en todo tiempo del año están en vísperas de la mies. Entonces llegamos a un pequeño pueblo que pertenecía a los zchenne (chané) y cuando nos vieron todos huyeron de allí. (SCHMIDEL, 2001, p. 252).

Esses relatos de viajantes que fazem menção à relação interétnica entre os Guaná/Chané e os Guaicuru/Mbayá devem ser observados com muita cautela por parte do pesquisador, pois essa observação pode se mostrar imprecisa e eurocêntrica, afinal os europeus não conheciam as variadas formas de organização social e relações que existiam no continente americano e que eram utilizadas no período da ocupação territorial pelos conquistadores europeus.

Desta forma, esses relatos remetem às relações sociais que eram conhecidas na Europa e com as quais os europeus estavam acostumados, motivos que os levaram, por exemplo, a comparar as relações sociais existentes entre os Guaná e os Guaicuru como

escravidão, como escravidão “doce” ou ainda como vassalagem. Essas relações são definidas na etnografia brasileira como aliança ou simbiose (XIMENES, 2011; OLIVEIRA, 1976; RICHARD; COMBÈS, 2015).

Ainda segundo Ximenes, esta aliança ocorria em muitas instâncias: a troca, por meio da qual os Guaná forneciam gêneros alimentícios e tecidos de algodão para os Mbayá Guaicuru, recebendo de volta instrumentos de metal como facas e machados que estes conseguiam junto aos portugueses e espanhóis; os matrimônios interétnicos; o uso dos cavalos por parte dos Terena, assim como a busca por novas alianças.

Assim, a aliança entre essas etnias “consolidou a supremacia Guaicuru no Chaco”, sendo citado como exemplo disso a assinatura de um “Tratado de Paz e Amizade, selado entre a Coroa portuguesa e os Mbayá-Guaicuru em 1791, na cidade de Vila Bela” tal acordo tornou possível a “fundação de fortes e povoações no território indígena” (2011, p. 36).

Os Terena, como já registrado, desenvolviam boas práticas agrícolas e se relacionavam periodicamente com os Guaicuru por volta de 1800, segundo Mussi, em “alianças amistosas de caráter político, reivindicatório e esporádico” (2006, p. 78-79). Estas relações entre Terenas e Guaicurus ocorriam de forma esporádica, com tempos em que havia harmonia e outros marcados por conflitos, sendo que neste último caso, acabava favorecendo deslocamentos e buscas por novos territórios (OLIVEIRA, 1976, p. 35; XIMENES, 2011, p. 35-36).

Com base nesta atuação dos Terena, que misturava política, alianças e reivindicações, conseguem por volta de 1807 conquistar assentamentos em territórios do Rio Apa, em regiões nas proximidades de Corumbá (campos de São Domingo e Sajutá, terras de Coimbra, estância de Tevego), atuando em contrapartida na espionagem aos portugueses até a região de Miranda. Esse grupo Terena permanece na região do Paraguai até aproximadamente 1841, quando são forçados a deixarem suas terras por conta de acusações relativas a saques que em geral eram feitos em parceria com os Guaicuru.

É citado ainda outro grupo, mais próximo aos colonizadores portugueses, sendo que este grupo “chegou a constituir uma só aldeia com cerca de 2.600 a 2.800” indígenas das etnias Terena, Layana e Kinikinau na região de Miranda por volta de 1845 (MUSSI, 2006, p. 81).

1.2 - Os “Tempos de Servidão” – expropriação territorial, exploração e a participação Terena na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

No início do século XIX, segundo Esselin, grupos indígenas Terena eram tradicionalmente agricultores, ainda “eram livres e economicamente autônomos”, se relacionavam com religiosos que promoviam a catequização e também com os soldados presentes nos fortes instalados na faixa de fronteira, absorvendo novas técnicas de cultivo e ferramentas, e as incorporando em seu grupo, “ao ponto de se tornarem responsáveis pela produção de hortifrutigranjeiros de alguns núcleos populacionais do Pantanal sul de Mato Grosso como Miranda e Corumbá” (2011, p. 191-192).

No entanto, o mesmo autor nos adverte:

Com o processo de colonização do Pantanal sul, os pioneiros foram expropriando os indígenas de suas terras e de todo o seu gado e submetendo-os violentamente. Aqueles que não foram mortos internaram-se pelo interior em busca de segurança, os que ficaram foram submetidos e transformados em força de trabalho. Nesse processo de expropriação, foram surgindo imensos latifúndios que concentravam milhares de cabeças de gado. Por volta de 1860, já havia algumas substanciais propriedades e, à frente delas, os primeiros colonizadores que se tornaram importantes figuras na economia e política de Mato Grosso. (ESSELIN, 2011, p. 192)

As investigações desse autor registram um importante estudo sobre o processo de ocupação do território do Pantanal sul-mato-grossense entre os anos de 1830 a 1910, baseando-se na relevância da pecuária bovina na região. A obra ressalta a presença do gado bovino desde sua introdução no período colonial e sua propagação na região pantaneira, bem como das relações sociais, políticas e econômicas advindas da pecuária, inclusive da relação envolvendo os indígenas presentes na região, inclusive os Terena.

A cobiça destes colonos por terras agricultáveis tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e o processo de expropriação destas e a consequente submissão dos indígenas a condições de trabalho degradantes, encaminha os Terena para o segundo período citado por Bittencourt e Ladeira (2000).

Após este estabelecimento territorial e de alianças, como já citamos acima, os Terena começam a perder seus territórios. No mesmo período ocorre o conflito bélico mais sangrento da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, conflito este que envolveu diretamente um bloco – Tríplice Aliança – formado por Brasil, Argentina e Uruguai contra o vizinho Paraguai, que acabou resultando em enorme saldo de mortes para

ambos os lados e na consolidação das atuais fronteiras geopolíticas dos países envolvidos.

Oliveira e Pereira nos apontam registros de participação indígena tanto do lado do Paraguai (Payaguá e outros grupos), quanto do lado brasileiro, que contou com a “participação de segmentos das populações Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Terena que apoiaram o exército imperial” (2007, p. 3) contra as forças paraguaias que invadiram a área atualmente correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, indígenas como os Terena e os Guaicuru firmaram aliança com o governo imperial com possível pretensão de defesa e manutenção territorial, no entanto, com o final da guerra os Terena perdem muito do território anteriormente ocupado, apesar de sua participação ao lado dos vitoriosos, pois os Terena haviam apoiado e lutado em defesa dos interesses do governo imperial, recebendo em troca “o espólio de suas terras” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 16-17). Este foi o período denominado **Tempos de Servidão**:

[...] O momento mais significativo da vida dos Terena foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esta guerra, na qual participaram muitos países – Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai – envolveu também os escravos de origem africana e povos indígenas habitantes das regiões próximas ao rio Paraguai. Os Terena e Guaicuru aliaram-se aos brasileiros e lutaram para preservar seu território.

Após a Guerra do Paraguai, muitas mudanças aconteceram na região e, para os Terena, ela significou a perda da maior parte do seu território, que passou a ser disputado pelos proprietários de terras brancos, que chegavam cada vez mais para plantar e criar gado. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 26, grifo do autor).

A participação Terena é reconhecida e abordada por muitos autores que tratam tanto da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai quanto por autores que tratam da causa indígena, principalmente pela aliança feita entre os Terena e o governo imperial brasileiro na época, que culminou na participação ativa desses indígenas com a promessa não cumprida por parte do império brasileiro no que se refere à manutenção e defesa de seus territórios em litígio pelo período beligerante, algo que não se concretizou graças à usurpação de suas terras por não indígenas após o final da Guerra.

Corrêa registra a expressiva presença dos Terena em aldeamentos na região de Miranda no período que antecede à Guerra da Tríplice Aliança, os quais chegavam à população estimada em “mais de três mil pessoas”, muitos dos quais neste período já atuavam “como trabalhadores nas fazendas, além de cultivarem produtos para consumo, venda e troca” (CORRÊA, 1999, p. 149).

Visconde de Taunay, ao retratar a evacuação de Miranda no início da Guerra, ressalta que os moradores daquela localidade se retiraram sem impor resistência aos paraguaios, deixando armamentos que foram saqueados pelos indígenas “terenas, laiano, guanás, kinikináus, guaycurús, caduéos, beaquiéos”, os quais se armaram antes da chegada dos invasores, se retirando também de Miranda, primeiramente se reagrupando em Porto Canuto e depois rumando para a Serra de Maracaju (TAUNAY, 1931, p. 32-36).

Com o advento da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, iniciada em fins de 1864, os Guaná-Chané passaram, como dito amiúde, por uma abrupta situação de mudança. A invasão paraguaia no sul da província de Mato Grosso forçou um processo de diáspora ou dispersão territorial de muitas famílias terena estabelecidas em aldeias na região de Miranda. Uma das rotas de fuga foi em direção da Serra de Maracaju, fato este também descrito por Taunay (1940:37): “Dentro em breve nos Morros se concentravam todos os dispersos da zona de Miranda. Em fins de 1865, ali se achavam em lugar seguro, onde o inimigo não se aventurava a aparecer”. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 11).

Ainda durante o período do conflito, segundo Oliveira e Pereira, era prática comum entre os Terena a realização de migrações das aldeias maiores e mais conhecidas para outras mais afastadas, menores e de caminho desconhecido. O texto dos autores trata de localidades estabelecidas àquela época na região da Serra de Maracaju, atuais municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, região que, segundo os autores, já era ocupada pelos Terena antes do início da Guerra:

Naquela área existiam pequenos núcleos de população Guaná-Chané em período anterior à guerra. Com o advento do conflito bélico eles passam a receber sucessivas levadas migratórias provenientes da região do Pantanal, cuja rota de fuga acompanhou os cursos d’água permanentes, como córregos da bacia do Buriti, que, como explicado antes, nascem na região serrana e deságuam em rios da planície pantaneira.

[...]

É consenso entre historiadores e antropólogos que a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança representou um profundo golpe para as formações sociais das populações s Guaná-Chané. O principal transtorno provocado pela guerra foi a destruição das grandes aldeias e a consequente desterritorialização da maior parte da população que nelas vivia. Esta situação impôs sérias limitações à produção da vida material e ao exercício de formas de sociabilidade. Entretanto, os efeitos da guerra teriam sido mais traumáticos se os indígenas não pudessem contar, naquele momento, com o apoio que receberam da população das pequenas aldeias, transformadas em aldeias refúgios, principalmente para mulheres, crianças, velhos e doentes. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 11-12).

Neste período do fim da guerra, certo inimigo invisível também vinha se alastrando na área do conflito: uma epidemia de varíola. Conforme nos afirma Corrêa, na retomada de Corumbá em 13 de junho de 1967, constatou-se que varíola já se alastrava pela região há meses, dessa forma, após a retomada, “os mortos brasileiros foram enterrados e os paraguaios jogados no rio Paraguai”, sendo enviado um mensageiro de barco rumo à Cuiabá para informar essa vitória, o qual, já contaminado pela varíola, viajou subindo o Pantanal, deixando “um rastro da doença por onde passou, morrendo logo após chegar à capital”, epidemia esta que acabou também atingindo a população indígena, sendo relatado pelo mesmo que populações foram dizimadas pela doença (CORRÊA, 1999, p. 151-152).

Com o fim da guerra, a destruição causada pelas batalhas ocorridas durante o conflito alcançaram várias localidades da faixa de fronteira que compõem o atual Estado de Mato Grosso do Sul, como Miranda, Nioaque e Corumbá (ESSELIN, 2011, p. 237-238). Os Terena, em retorno às suas terras também acabam encontrando destruição em seus territórios, além disso, encontram também a ocupação destas terras por “fazendeiros e militares desmobilizados do exército brasileiro” (ESSELIN, 2011, p. 245) que usurparam suas terras com a anuência ou indiferença do governo imperial. Desta forma,

As fazendas, que haviam até então resistido aos reveses da natureza e à disputa pela posse de terra com os indígenas, foram abandonadas, com seus campos e suas sedes destruídas, seus rebanhos dispersos os saqueados. Por outro lado, a população indígena, que desde a presença dos primeiros europeus na região havia conseguido resistir aos massacres provocados por esta etapa da conquista, teve como saldo suas tribos dispersas e dizimadas. (CORRÊA, 1999, p. 153).

A usurpação de terras está ligada também à destruição de repartições públicas, que fez com que muitos documentos também se perdessem, como as escrituras de posse de terras, o que colaborou para que muitos soldados que lutaram na guerra e resolveram se fixar no estado, usurpassem terras que não tinham comprovação de proprietários, alegando grandes porções de terras “lhes pertencia e que os documentos comprobatórios haviam sido destruídos pelas tropas invasoras” (ESSELIN, 2011, p. 239).

Algumas pessoas ainda regressaram a suas terras de origem, posteriormente com suas famílias e se fixando no território atualmente correspondente ao Mato Grosso do Sul, “onde abundavam a terra devoluta e o bovino selvagem” (idem, p. 240), todos estes fatos acabam consolidando o já citado processo de expropriação das terras dos indígenas, já iniciado antes mesmo da guerra, os quais, sem território suficiente para sua subsistência,

acabam conduzidos às condições de vida e de trabalho extremamente exploratórias que vão marcar este período da história Terena.

Após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança o contato dos grupos Guaná-Chané com as frentes de expansão econômica impôs a eles um acelerado processo de desterritorialização. Eles perderam os espaços nos quais radicavam suas aldeias de acordo com suas distintividades étnicas. A partir daí passaram a viver como famílias agregadas de fazendas que se instalaram na região, na condição por eles denominada de “cativeiro” e regionalmente conhecida como “camaradagem”. Esta situação impôs a diluição dos signos de diferenciação étnica entre diferentes grupos Guaná-Chané, fazendo emergir a categoria englobante denominada terena. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 7).

1.3 - Os “Tempos Atuais” – a atual situação dos Terena em Mato Grosso do Sul

O último período apontado por Bittencourt e Ladeira ocorre após a perda de territórios e trata da demarcação das reservas indígenas “iniciado com a chegada da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas chefiadas por Rondon, e continua até o presente” (2000, p. 26) sendo designado como **Tempos Atuais** na linha do tempo traçada por Bittencourt e Ladeira (idem, p. 24-25), aparentemente para fins de melhor entendimento da temporalidade exposta, pois, mais à frente, ao detalhar o período as próprias pesquisadoras afirmam:

Essa época, do começo deste século até os dias de hoje, é marcada por uma maior proximidade com a população branca, os purutuyé, com mudanças nos hábitos e costumes terenas. Os Terena têm sido obrigados a se submeter a trabalhos para os proprietários de terras particulares. Este momento ainda está sendo vivido pelos Terena, que estão fazendo sua história, buscando maior autonomia enquanto povo, e mais direitos como cidadãos brasileiros. Este período não possui ainda um título. Cada criança ou jovem Terena pode denominá-lo como desejar. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 26).

Desta forma o período dos Tempos Atuais seria na verdade um período contemporâneo ainda não designado, cabendo aos indígenas Terena o designar da melhor forma que entenderem. No entanto, o que fica muito bem compreendido nas citações acima é que este período, como reflexo dos resultados da grande perda territorial observada nos Tempos de Servidão, é marcado ao mesmo tempo pela disputa territorial e busca de reconhecimento de territórios tradicionais em favor dos indígenas, bem como, na submissão destes aos trabalhos vinculados a proprietários de terras que antes lhes pertenciam. A luta

por territórios, por dignidade e por legislações que lhe tragam maior reconhecimento e autonomia segue aos indígenas, e neste caso, não apenas aos da etnia Terena.

[...] no pós-guerra eles passaram por um acelerado processo de desterritorialização, haja vista que perderam grande parte do espaço físico ocupado por suas aldeias para os fazendeiros que passaram a se estabelecer na região. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 3).

Com o término da guerra, muitas famílias permaneceram na Serra de Maracaju, redefinindo as redes de alianças, uma vez que contraíram novos vínculos entre si e com as famílias que lá estavam estabelecidas antes delas. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 16).

A área de terras apontada por Oliveira e Pereira (2007, p. 17) em seus estudos – ampliação da Terra Indígena Buriti dos atuais 2.090 para 17.200 hectares – a qual, apesar de laudo oficial da FUNAI de 2001, e de perícia realizada para a Justiça Federal pelos autores do estudo citado em 2003, segue em litígio até os dias atuais, pois caso venha a finalmente ter seu reconhecimento como território tradicional indígena, isso faria com que estas voltassem a ser de propriedade do governo federal:

Para não perderem suas terras os proprietários contestaram, na esfera da Justiça Federal, o laudo administrativo do Governo Federal e solicitaram uma perícia técnica para reavaliar os procedimentos de identificação que caracterizaram a área como terra indígena. Os estudos periciais confirmaram tratar-se de uma terra indígena, mas mesmo assim um juiz federal deu ganho de causa, em primeira instância, para os fazendeiros. O Ministério Público Federal e a FUNAI recorreram à instância superior no Tribunal Regional da Justiça Federal, em São Paulo, e lograram a reversão da decisão tomada em Mato Grosso do Sul. Tudo indica que a decisão final somente será definida no Supremo Tribunal Federal, instância máxima de decisão judicial no país. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 17).

Com isso, observa-se a constante luta por manutenção e recuperação de territórios tradicionais, os quais seguem em litígio, o passo de que os Terena, de maneira geral, ocupam uma área territorial atualmente insuficiente para sua subsistência e manutenção das práticas culturais daquela comunidade, vivendo cercados por gado e plantações de fazendeiros que ocupam suas terras em disputa, nas quais acabam tendo que buscar emprego para prover a sobrevivência do grupo, apesar das condições desfavoráveis de trabalho, análogas à escravidão (OLIVEIRA, 2013, p. 27). Vale ressaltar que, ao pontuarmos esse fato, estamos analisando a totalidade dos territórios que se encontram ocupados pelos Terena no estado de Mato Grosso do Sul.

Essa luta gera um verdadeiro círculo vicioso: tem poucas terras para sobrevivência, por isso se prestam a trabalhos degradantes (que pouco lhes supre a subsistência) fora de suas terras, as quais ficam desprotegidas e propensas a novas invasões de terras.

Assim, Oliveira e Pereira nos trazem a triste analogia que bem representa a “recompensa” recebida do governo brasileiro pelos Terena que participaram da guerra ao lado do Brasil:

Uma liderança de 85 anos de idade, quando inquirida sobre qual teria sido a recompensa que os Terena receberam por participarem da guerra, atuando ao lado do exército brasileiro e assegurando os atuais limites territoriais do Brasil, disse que eles receberam do governo imperial apenas três botinas por prestarem tão relevante trabalho ao país: “duas no pé e uma na bunda”. Esta é uma avaliação que remete à idéia de reciprocidade negativa: os Terena participaram da resistência contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso e no pós-guerra, contudo, eles receberam em contrapartida o espólio de suas terras. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 17).

Desta forma, é possível constatar que apesar da participação Terena no conflito, esta além de não gerar a manutenção dos territórios anteriormente ocupados, ocasionou na verdade a perda deste e a não conquista de novos espaços até os dias atuais.

Vargas (2003) analisa que a decisão dos Terena em participar do conflito, foi uma escolha que remetia a uma solução para conflitos entre estes e os fazendeiros da região, “além de representar a defesa de seus territórios” (p. 52), afinal, estes territórios lhes são necessários para “sua reprodução física e cultural” (p. 31).

Ainda sobre esse assunto, verifica-se que as reivindicações territoriais por parte dos Terena começam já no período pós-Guerra, remetendo a territórios ancestralmente ocupados por esse grupo indígena, sendo que a mesma pesquisadora dá destaque aos territórios ocupados em períodos anteriores à Guerra e, perdidos posteriormente, apesar da participação Terena na defesa do território brasileiro (VARGAS, 2003, p. 57). Tal reivindicação

[...] foi motivada em função de sua participação ativa no conflito ao lado dos brasileiros, defendendo os seus territórios, bem como os interesses do governo, acreditando que esta razão lhes conferiria e garantiria o seu direito de posse sobre os antigos territórios que ocupavam. A partir deste princípio, os índios Terena passaram a reivindicar, do governo brasileiro novamente a posse sobre os mesmos. Os títulos de *capitão* concedidos durante esse conflito para *agradar* esses índios, passaram a ter um outro

significado, ou melhor, os Terena deram um ressignificado para esse título, porque revestidos dele, pensavam em poder exigir a posse sobre os seus antigos territórios. (VARGAS, 2003, p. 57).

A participação indígena teve grande relevância no conflito, onde se verificou a transformação das sociedades indígenas da região em litígio bélico em verdadeiras “fronteiras vivas em defesa dos territórios brasileiros, tendo suas aldeias destruídas e sendo obrigadas a deixa-las e a se proteger dos ataques paraguaias como os demais indivíduos também fizeram” (VARGAS, 2003, p. 50-51)

Assim, os Terena continuam com a atuação reivindicatória observada desde os primeiros contatos com os colonizadores, conforme observado por Mussi (2006, p. 77-78), entrando em “processo de retomada e disputa judicial pela posse de uma área maior de suas terras, buscando recuperar parte do território que ocupavam na época guerra e mesmo durante as primeiras décadas do século XX” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 18), demonstrando que este é um caminho que estão historicamente disposto a seguir para garantir, além da sobrevivência, a manutenção de seu grupo étnico e de sua cultura.

Verifica-se nesta etnia como principal atividade de trabalho a agricultura, seja ela a de subsistência ou mesmo a extensiva, neste caso na atuação em propriedades rurais na condição de funcionário, em grande parte das vezes, como já dito, em condições inadequadas. A presença dos Terena na pecuária bovina também é reconhecida, além de outras atividades como a caça, a pesca e a coleta, quando possível em seus próprios territórios (MUSSI, 2006, ESSELIN, 2011, BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Tanta exploração observada sobre os indígenas brasileiros motivou inclusive a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN⁹) em 20 de junho de 1910 (posteriormente renomeado como Serviço de Proteção ao Índio – SPI), cujo primeiro diretor foi o Marechal Rondon¹⁰. O SPI foi o embrião do que viria a ser futuramente a atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI¹¹).

Aquela população de brasileiros vivia na maior miséria, desalojada de suas terras e, quando em contacto com os que se supunham civilizados, reduzida a uma triste servidão, sem apoio das leis, feitas para beneficiar os opressores.

⁹ O SPILTN foi criado por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm, acesso em 20 de junho de 2020).

¹⁰ O próprio Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon se declarava de ascendência Terena: “É minha ascendência materna indígena – índios Terena e índios Borôro. Com os Guaná de quem descendia minha avó paterna, Maria Rosa Rondon, são três as tribos de que descendo” (VIVEIROS, 1958, p. 18).

¹¹ A FUNAI foi instituída pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5371.htm, acesso em 20 de junho de 2020).

No meio das tremendas dificuldades da construção de 1900-1906 tive a felicidade de poder acudir sempre aos índios, refreando ao mesmo tempo, a insolência dos desalmados chefetes que infelicitavam aquêles sertões. Assim consegui, nesse período, salvar, em Ipegue e Cachoeirinhas, os últimos pedaços da terra que aos terenas e quiniquinaus restavam de seus vastíssimos domínios. Procedi ao levantamento dessas terras e obtive que o Govêrno do Estado reconhecesse o direito de propriedade dos índios sobre aquela gleba, com tôdas as formalidades legais. (VIVEIROS, 1958, p. 225).

Rondon era naquele período um general do Exército Brasileiro responsável pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso (1900-1906), tendo participado ativamente da implantação da logística de comunicação telegráfica que cruzou áreas até então isoladas do país, e por consequência, tido intensivo contato com as populações indígenas habitantes destas regiões. Com este contato tão próximo, Rondon pôde ver as reais condições de vida e de sobrevivência dos indígenas presentes em Mato Grosso do Sul, com o trabalho exploratório, a usurpação territorial e as marginalizações impostas pelo homem branco às diversas etnias que ali habitavam:

Fomos pousar nos campos de piqui do Cel. Alves Ferreira, proprietário da fazenda Cutape, a mais importante das quatro atravessadas ela linha. Nesta zona, a do Ipegue, estava o limite das terras dos terenas, os mais dóceis dos ameríndios. Já catequizados pelas Missões, não conheciam arco e flecha, andavam vestidos e, além de excelentes vaqueiros, eram agricultores, portanto, sedentários. Muito procurados pelos fazendeiros, contentavam-se com pequena remuneração, sendo, e geral, por eles explorados. Raramente se encontrava um camarada terena que não devesse os cabelos da cabeça ao fazendeiro – seus serviços não eram pagos pelo que valiam e, nas vendas efetuadas pelo patrão, eram tristemente roubados. Daí uma escravidão de nova espécie, porque nenhum *camarada de conta* poderia deixar o patrão antigo sem que o novo se responsabilizasse pela dívida. E, se tivesse a ousadia de fugir, correria os maiores riscos de vexames e ate de morte, porque, nos povoados e vilas, estava a polícia sempre em mãos dos fazendeiros. (VIVEIROS, 1958, p. 179-180).

A própria criação do SPI supria uma série de dilemas quanto à maneira que o governo federal criaria e conduziria a política indigenista a partir de então, pois eram variadas as formas como se pretendia tocar esta. Para Oliveira, havia aqueles que “queriam apenas exterminar os povos indígenas” tidos por eles como rebeldes, assim como outros que pretendiam integrar os indígenas aos trabalhadores rurais, como mão de obra nas fazendas; outros que pretendiam “civilizar” os indígenas por meio da educação ministrada por religiosos e aqueles que, por fim, “achavam melhor que o governo criasse um órgão

especial, sem ligações com a Igreja” que trataria dos assuntos relacionados aos povos indígenas brasileiros (2013, p. 28-29). Entre estes assuntos, incluem-se a responsabilidade pela política de demarcação de terras indígenas.

A demarcação de territórios sob a jurisdição do SPI colaborou para que os Terena pudessem ter relativa segurança para se reagrupar e deixar espaços onde estavam sendo explorados em condições de trabalho escravo, pois atraía “para a reserva várias famílias Terena que estavam espalhadas pela Serra de Maracaju, muitas delas trabalhando como escravas em fazendas de gado da região” (OLIVEIRA, 2013, p. 28) mesmo que, no entanto, as terras ainda não tivessem a extensão desejada e necessária para sua subsistência, como já apontado por Oliveira e Pereira (2007).

Atualmente, segundo a FUNAI¹², existem terras indígenas ocupadas pelos Terena em diversos Municípios de Mato Grosso do sul:

Tabela 4: Terras indígenas Terena em Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (HA)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Buriti	Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti	17.200,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Buriti	Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti	2.090,1691	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Cachoeirinha	Miranda	2.658,1634	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Cachoeirinha	Miranda	36.288,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Limão Verde	Aquidauana	5.377,2754	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Nioaque	Nioaque	3.029,3529	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Nossa Senhora de Fátima	Miranda	88,8880	Regularizada	Reserva Indígena
Pilad Rebuá	Miranda	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Pilad Rebuá	Miranda	208,3702	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Taunay/Ipegue	Aquidauana	33.900,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Taunay/Ipegue	Aquidauana	6.461,3459	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Adaptado do site da FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>), acesso em 20 de junho de 2020.

Além das terras acima citadas, temos ainda outras, cuja ocupação não é exclusiva dos Terena, conforme demonstramos na Tabela 5:

¹² Mais informações sobre os dados das terras indígenas, modalidades de ocupação, fases de procedimento, etnias, podem ser consultados no portal oficial da FUNAI na internet, na aba “Índios no Brasil” (www.funai.gov.br)

Tabela 5: Terras indígenas Terena em Mato Grosso do Sul ocupadas em conjunto com outras etnias

ETNIAS	TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (HA)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Guarani Nhandeva, Terena	Dourados	Dourados	3.474,5957	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Terena, Kadiwéu	Kadiwéu	Porto Murtinho, Corumbá	538.535,7804	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Terena, Kinikinau	Lalima	Miranda	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Terena, Kinikinau	Lalima	Miranda	3.000,2101	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Adaptado do site da FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>), acesso em 20 de junho de 2020.

Desta forma, observamos que as terras indígenas Terena encontram-se nas modalidades “Tradicionalmente ocupada” e “Reserva Indígena”. Entende-se por terra indígena “Tradicionalmente ocupada”, aquelas por eles habitadas desde antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, em seu Artigo 231, assim define:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se

refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988).

Ainda quanto à modalidade, as terras indígenas ainda podem ser classificadas como “Reservas Indígenas”, que, ao contrário das Tradicionalmente Ocupadas, são fruto de doação de terceiros, podendo ser adquiridas ou desapropriadas pelo governo federal, se destinando a partir daí à posse indígena de forma permanente, bem como, à integração ao patrimônio da União.

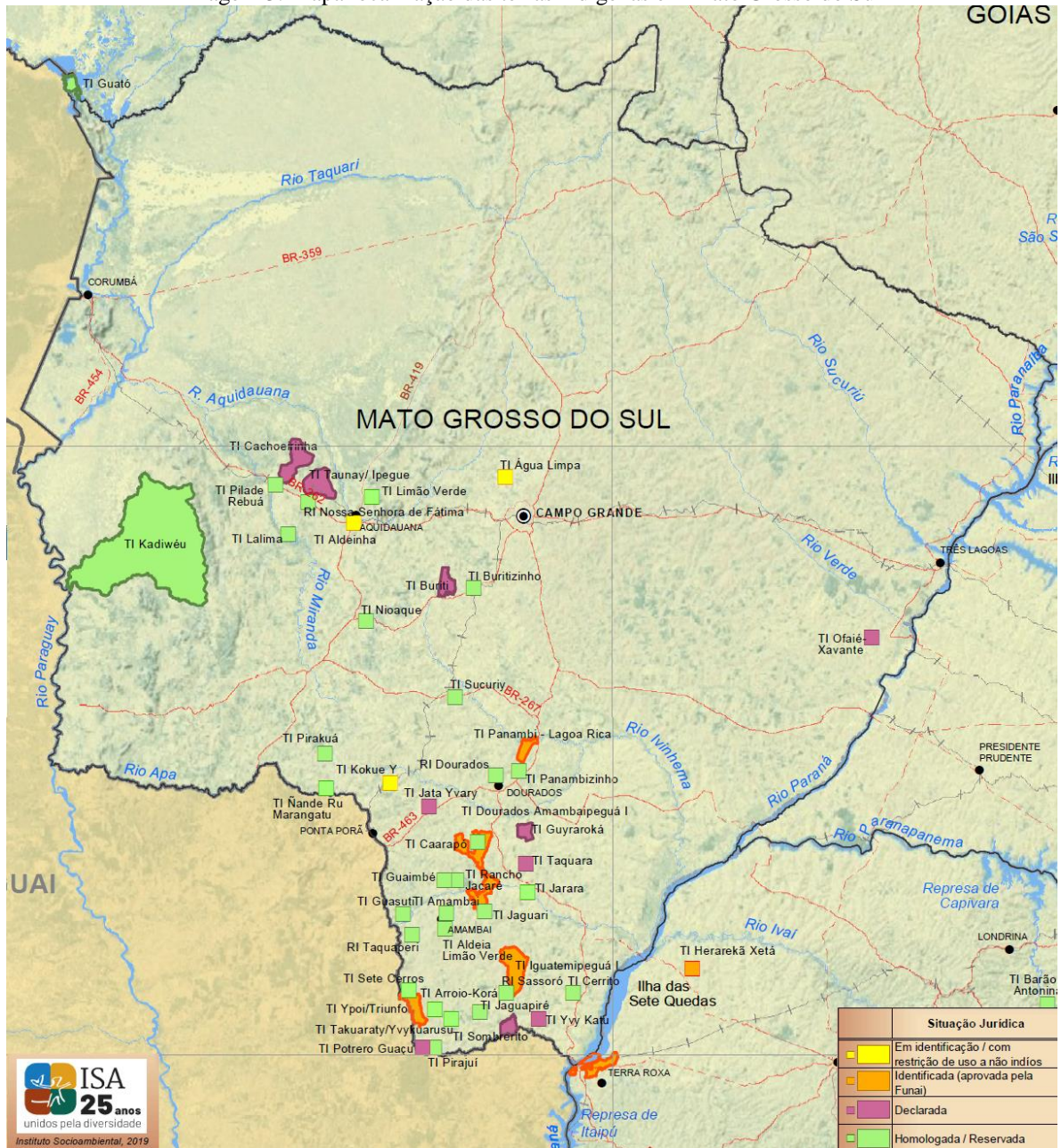
Quanto à “Fase do procedimento”, observamos no citado site da FUNAI que as terras Terena encontram-se nas seguintes fases:

- *Em Estudo* – estas são terras que ainda em fase de realização de estudos em diversas áreas (antropologia, história, direito fundiário, cartografia, meio ambiente) que vão apontar a delimitação ou não destas como terra indígena;
- *Declaradas* – são terras que já tem Portaria Declaratória emitida pelo Ministério da Justiça em favor dos indígenas e que já podem ser demarcadas; e
- *Regularizadas* – aquelas que já foram homologadas e registradas em cartório como patrimônio da União.

Além dessas fases observadas no referido site nas terras Terena elencadas, ainda há outras fases de procedimento:

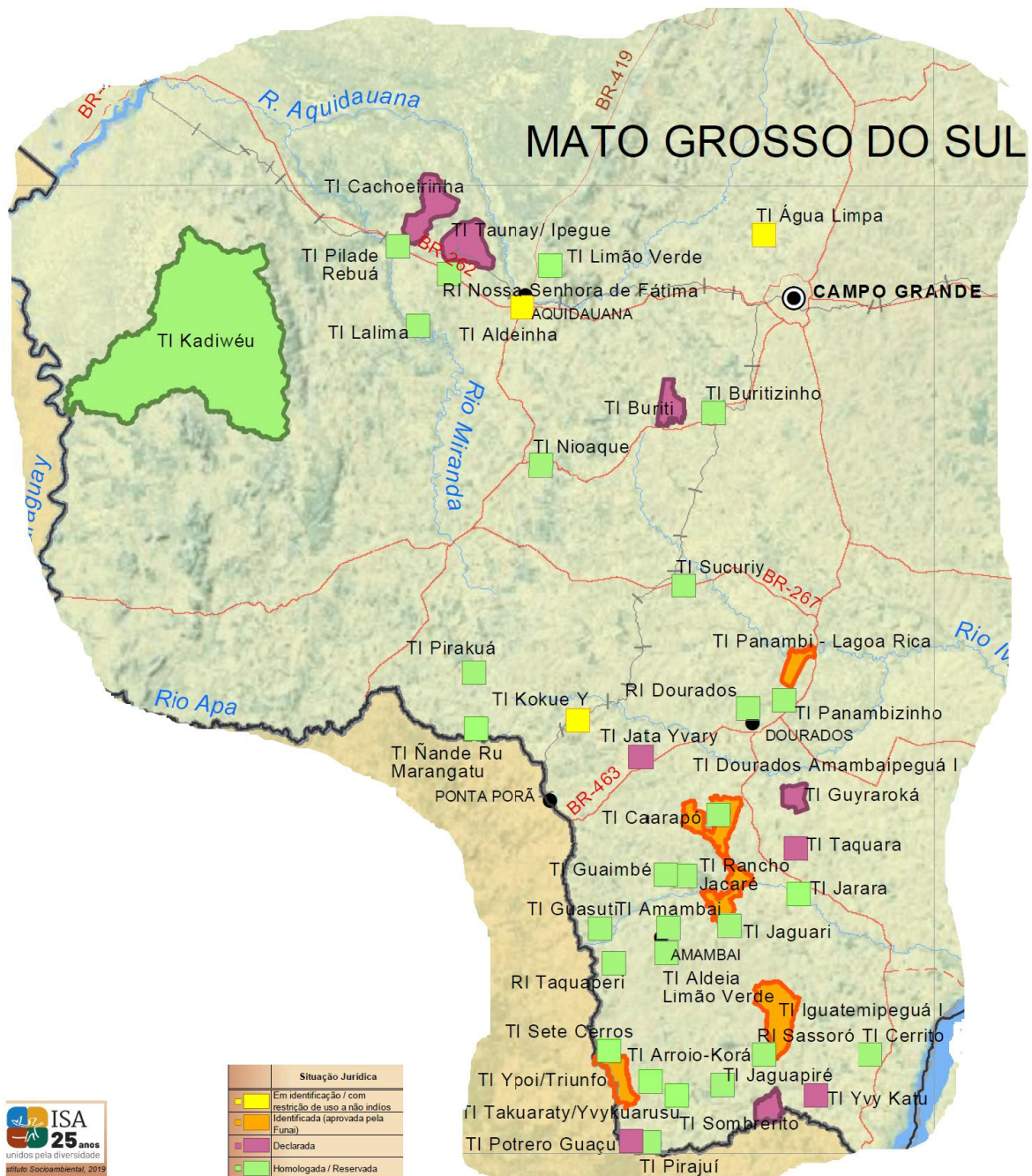
- *Delimitadas* – fase intermediária entre “Em Estudo” e “Declaradas”, nesta etapa os estudos já foram aprovados e aguarda-se a publicação da portaria do Ministério da Justiça;
- *Homologadas* – fase intermediária entre “Declaradas” e “Regularizadas”, após a demarcação ser autorizada, ela é homologada pela Presidência da República por meio de decreto; e
- *Interditadas* – neste caso, a área em questão é interditada por meio de Portaria de Interdição, que restringe o uso e mesmo o acesso por parte de terceiros.

Imagem 3: Mapa localização das terras indígenas em Mato Grosso do Sul



Fonte: Recorte do Mapa “Terras Indígenas no Brasil – Março 2019” – Instituto Socioambiental (ISA). Este recorte foi feito pelo autor (original disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/terras-indigenas-no-brasil-marco-2019>. Acesso em 20 de outubro de 2020).

Imagem 4: Detalhe Mapa localização das terras indígenas em Mato Grosso do Sul



Fonte: Recorte do Mapa “Terras Indígenas no Brasil – Março 2019” – Instituto Socioambiental (ISA). Este recorte foi feito pelo autor (original disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/terras-indigenas-no-brasil-marco-2019>, acesso em 20 de outubro de 2020)

1.4 - Tempo de Despertar: educação, cultura, trabalho e relações com a comunidade envolvente

O pesquisador Eder Alcântara de Oliveira, indígena Terena, realizou pesquisa de Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados sobre os Terena da Aldeia Buriti. Nesta pesquisa concluída em 2013, Oliveira entrevistou vinte anciões Terena daquela aldeia, no município de Dois Irmãos do Buriti/MS. Com isso, produziu importantes dados sobre a história, a memória, a cultura, a gastronomia, os rituais e conhecimentos tradicionais, bem como quanto à constante luta pela terra no território de Mato Grosso do Sul.

No contato com o “colonizador”, o *branco*, chamado por nós de *purutuya* ou *purutuyé*, os Terena produziram modos de adaptar seus rituais a esta nova realidade sócio-histórica. Por isso deram um novo significado a antigas práticas, sem perder sua essência, adaptando-se, por meio de uma nova forma de sobrevivência, ao mundo moderno atual. É exatamente esta adaptação na reserva indígena e diante do contato que é compreendida por processo de territorialização. (OLIVEIRA, 2013, p. 22, grifo do autor).

Assim, conforme observado pelo pesquisador, salienta-se a interação dos Terena com a sociedade envolvente, seja nas relações de trabalho agrícola, muitas vezes exploratória, seja nas relações comerciais, com a participação das mulheres Terena nas feiras, onde vendem tanto gêneros agrícolas produzidos e coletados pelo grupo, quanto utensílios e outros itens produzidos nas aldeias, com as técnicas de artesanato tradicional repassada ao longo das gerações. Isso não quer dizer no entanto que eles foram assimilados pela sociedade, como visões estereotipadas e preconceituosas assim o fazem. Para Oliveira, mesmo “que se possa afirmar, hoje, que se acham integrados à estrutura sócio-econômica regional, não se pode dizer que tenham sido assimilados por nossa sociedade” (1959, p. 31).

Quanto à educação, conforme nos mostra a Historiadora Vera Lúcia Ferreira Vargas, é notável a presença e a participação de professores indígenas na atualidade, contribuindo para o desenvolvimento de “discussões em busca de seus direitos” e para que os indígenas se tornem cada vez mais organizados e conscientes de sua história, tanto aquela aprendida com os mais velhos, como aquela adquirida junto às universidades, registradas pelos não índios” (2011, p. 20-21). Isso ressalta também a busca pelo conhecimento acadêmico por parte dos Terena:

Essa situação provoca reflexões referentes aos registros até então realizados sobre os Terena e como se posicionam diante deles. O crescente número de índios graduados nas diversas áreas do conhecimento, em especial naquelas vinculadas à formação de professores, é notório entre os Terena. (VARGAS, 2011, p. 30).

Para essa autora a educação tem sido vista pelos Terena como área de grande importância: amplia o conhecimento, traz protagonismo e, aqueles indígenas que estão nos bancos universitários ou atuando como professores na aldeia, passam a ser vistos com muito respeito como exemplo a ser seguido pelos mais jovens. Os acadêmicos indígenas ainda buscam conseguir bolsas de pesquisa nas universidades que ajudam mantê-los e também propiciam a oportunidade de realizar esses levantamentos dentro da própria aldeia (VARGAS, 2011, p. 51).

Assim, os Terena vem se mantendo e se consolidando enquanto grupo étnico, mesmo perante uma sociedade que ainda vê os indígenas com preconceitos e estereótipos. Esta postura contestadora, com a apropriação da posição de protagonistas e autores de sua própria história, levou o pesquisador Terena Claudionor do Carmo Miranda a propor um quarto período que se sucede aos três anteriormente apontados por Bittencourt e Ladeira.

O período em questão seria chamado de **Tempo de Despertar** e retrata o período no qual a população Terena está vivendo atualmente, onde inverte a situação anterior onde eram pesquisados por não indígenas e passam a conhecer e assimilar a ciência e o conhecimento produzido pela academia na sociedade envolvente, podendo então colaborar para o desenvolvimento de sua aldeia com uma visão que o pesquisador não indígena, mesmo que adepto da causa, não terá, que é baseada na posição em que o pesquisador se encontra, o seu local de fala e a situação de pertencimento. O autor ressalta que, na época de seu levantamento já era considerável a quantidade de Terenas graduados, inclusive com indígenas já possuidores de títulos acadêmicos de especialização, mestrado e doutorado, além da inserção no meio político e administrativo com a ocupação de posições estratégicas (2006, p. 34-38).

A própria integração dos Terena aos bancos das universidades e a consequente formação de pesquisadores entre esses indígenas os leva como protagonistas a espaços onde antes eram apenas um grupo pesquisado por não indígenas. Some-se a isso a assimilação do conhecimento e da legislação e o reconhecimento de seus direitos, direitos esses que nunca deixam de ser buscados.

Podemos citar como exemplo a apropriação da forma de captação de recursos através de “projetos elaborados e administrados pelos próprios índios, por meio de

associações indígenas que se tornaram as executoras ou cogestoras de políticas antes geridas pelo Estado” (VARGAS, 2011, p. 48). Essas ações fortalecem as lideranças e solidificam cada vez mais seu poder de argumentação e negociação com as autoridades.

Para Vargas:

[...] os Terena se apropriaram dos códigos da sociedade envolvente e atualizaram os seus próprios códigos, que se modificam continuamente, conforme suas necessidades e interesses. Situação que implica o reconhecimento de novas táticas formuladas pelos Terena para realizarem as suas constantes reivindicações por direitos históricos. (VARGAS, 2011, p. 26).

Os Terena também são reconhecidos no estado por suas manifestações culturais, como a *Kipaé* (Dança da Ema), também conhecida fora das aldeias como a “Dança do Bate-Pau”. Assim descreve Miranda a *Kipaé* observada entre os Terena da Terra Indígena Nioaque:

A dança do Bate-Pau ou “dança da ema”, embora com novas interpretações e novos elementos, ainda se mantém na comunidade, onde os indígenas se posicionam em duas fileiras, em igual número, com lanças de taquara na mão e um arco ou bodoque nas costas, e executam vários passos encenando o andar compassado de uma ema, seguindo o ritmo da batida do caixa, conhecido como “bombo” (fabricada pelos indígenas de couro de veado) e logo sendo dançado no som de um pife (instrumento também fabricado pelos terena de taquara seca bem fina). A origem desta dança é descrita pelos anciãos da comunidade como a comemoração ou memória daqueles que lutaram na Guerra com o Paraguai e venceram os inimigos utilizando apenas varas de pau contra um arsenal de armas de fogo dos adversários. (MIRANDA, 2006, p. 56).

Segundo Miranda, essa dança é apresentada naquela Terra Indígena em períodos comemorativos ou para celebrar conquistas importantes daquela comunidade, como sinal de alegria e agradecimento. Outra dança ali observada pelo autor é a *Put-Putu*, conhecida pelos não indígenas como “Joga Bunda”. Esta dança era realizada pelas mulheres Terena como forma de “expressar a alegria que sentiam pela chegada do marido com o alimento” proveniente da caça e da pesca (MIRANDA, 2006, p. 57), sendo que atualmente, apesar da escassez da caça e da pesca, a dança ainda é realizada:

Representa a felicidade do povo Terena e agradecimentos às visitas importantes na comunidade. A luta pela demarcação dos territórios tradicionais tem integrado o povo Terena através da dança, tanto as mulheres como os homens dançam de alegria cada vez que os processos

judiciais avançam com resultados positivos e desta forma a dança do “bate-pau” e do “putu-putu” tem se fortalecido nas comunidades Terena. (MIRANDA, 2006, p. 57).

As práticas agrícolas são presentes nas aldeias, sendo que a produção, tocada pelos homens, de forma geral ocorre apenas para a subsistência, não tendo fins comerciais de larga escala como a os grandes latifundiários do setor agrícola. No entanto, o excedente agrícola existe e é comercializado pelas mulheres nas feiras (SEBASTIÃO, 2018, 72-73). Sobre esta divisão social de trabalho baseada no gênero, Sebastião relata parte do mito de Yurikoyuvakai:

Yurikoyuvakai, o herói fundador, deu aos homens armas e instrumentos agrícolas, às mulheres, o instrumento conhecido como fuso. Determinou, assim, a divisão de papéis entre os sexos masculino e feminino. A limpeza da roça e o preparo da terra eram tarefa masculina; as atividades de tecelagem, fiação e afazeres domésticos destinaram-se à mulheres. (SEBASTIÃO, 2018, p. 75).

No entanto, a autora nos alerta quanto à não rigidez desta divisão de tarefas na atualidade, pois ao entrevistar mulheres Terenas feirantes, muitas lhe relataram que também já haviam trabalhado no plantio e na colheita.

O artesanato também faz parte das atividades desenvolvidas pelos Terena, sendo produzidos tanto para o uso doméstico próprio quanto para a comercialização fora de suas terras, juntamente com produtos provenientes da horticultura e da coleta. No artesanato destaca-se a cerâmica produzida pelas mulheres Terena (SEBASTIÃO, 2018, p. 145), cujo modo tradicional de ser produzida foi reconhecido em processo de registro como Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul.

Muitas aldeias Terena, em especial das Terras Indígenas Cachoeirinha, Pílad Rebuá e Bananal ainda produzem e comercializam as cerâmicas. Na Terra Indígena Nioaque, há grande interesses por parte das mulheres, mas o que dificulta é a falta de matéria prima como argila específica para a fabricação das cerâmicas dentro da comunidade. A Terra Indígena Cachoeirinha tem se destacado na confecção das cerâmicas Terena e possui grupos de mulheres com conhecimentos específicos nesta área, inclusive associação das mulheres ceramista, que atualmente estão se deslocando até as outras Terras indígenas para dar cursos de produção de cerâmicas para outras mulheres Terena. (MIRANDA, 2006, p. 59).

Lindomar Lili Sebastião, pesquisadora Terena, realizou importante pesquisa de doutorado acerca do papel protagonista das mulheres Terena. Para a autora, a mulher

indígena, entre os Terena, também é vista como detentora de importantes conhecimentos, que vão desde a preservação da língua e das tradições, passando ainda pelos mitos e conhecimentos de produção de artefatos, utensílios, cerâmica e também sobre o uso das ervas medicinais e os tratos de saúde, em destaque àqueles relacionados à gestação e ao parto (SEBASTIÃO, 2018, p. 140-141). A autora destaca ainda que, além da presença nas feiras já citada, algumas mulheres também atuam na venda direta de porta em porta, comercializando diretamente de casa em casa seus itens, tanto agrícolas, quanto artesanais (Idem, p. 149).

Com isso, observamos a relevância dos aspectos culturais que provém da etnia Terena como importante elemento simbólico a estarem presentes nas análises sobre o patrimônio cultural, nas políticas de salvaguarda e nas consequentes ações de educação patrimonial, conceitos que serão abordados no próximo capítulo.

2 - CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A cultura de grupos sociais é plural e pode ser aliada nos estudos acerca da formação identitária das sociedades estudadas. Partindo deste pressuposto e da grande representação numérica dos membros da etnia indígena Terena em Mato Grosso do Sul e do reconhecimento do modo de fazer tradicional da cerâmica deste grupo étnico como Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, o presente trabalho propõe a utilização do patrimônio cultural como ferramenta aliada aos estudos étnico-culturais indígenas no ensino básico, enfatizando um grupo presente no estado em questão.

É possível afirmar que a reconhecida presença deste grupo étnico no território sul-mato-grossense e a conseqüente proximidade geográfica deste aos estudantes possa ser uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, propondo uma alternativa ao ensino desta temática amplamente abordada de forma genérica nos livros didáticos, como se todos os grupos indígenas presentes em território nacional fossem uma única cultura, o que despreza a sua pluralidade cultural.

Ao buscar novas formas de abordar conteúdos na disciplina de história para a educação básica, verificamos que, apesar da grande representatividade numérica de indígenas presentes em Mato Grosso do Sul, os mesmos não têm aparecido com destaque nos livros didáticos disponibilizados na rede pública de ensino. Ao buscar atingir objetivos propostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, verificamos que temas correlatos à cultura e à representatividade de etnias presentes neste estado poderiam colaborar no processo de ensino-aprendizagem.

Com isso, buscamos relacionar neste capítulo os conceitos de cultura, representação, patrimônio cultural e educação patrimonial, os quais têm importante função na busca da construção de um material que proporcione o uso pedagógico de um bem cultural reconhecido e registrado estadualmente como patrimônio cultural, como uma ferramenta ao ensino da cultura e da história indígena, assim como da história regional de Mato Grosso do Sul.

As abordagens dos conceitos de cultura e de representação que serão aqui explanados estão baseadas em Burke (1978, 2008), Chartier (2002, 2011), Thompson (1998) e Williams (2003).

As origens do termo “cultura”, segundo Williams (2003, 87-90), remontam à raiz desta palavra, surgida do termo em latim “*colere*”, que remetia a uma série de significados, ligados tanto aos atos de cultivar, colher, proteger, quanto ao ato de honrar com veneração:

[...] tenía una serie de significados: habitar, cultivar, proteger, honrar con veneración. Algunos de ellos finalmente se separaron, aunque todavía con superposiciones ocasionales, en los substantivos derivados. Así, “habitar” se desarrolló a través del latín *colonus* hasta llegar a *colônia*. “Honrar con veneración” evolucionó a través del latín *cultus* hasta *culto*. *Cultura* adoptó el significado principal de cultivo o atención, incluyendo, como en Cicerón, *cultura animi*, aunque con significados medievales subsidiarios de honor y adoración (cf. em inglês **cultura** como “adoración” em Caxton, 1483). Las formas francesas del latín *cultura* fueron *couture*, francés antiguo, que desde entonces desarrolló su propio significado especializado, y más adelante *culture*, que hacia principios del S15 había pasado al inglés. El significado primordial estaba entonces en la labranza, la atención del crecimiento natural. (WILLIAMS, 2003, p. 87-88, grifo do autor).

Esta significância inicial do termo levava a cultura a se relacionar com aquilo que era naturalmente cultivado pelo ser humano. Ainda de acordo com Williams, a palavra cultura funcionava como um substantivo de atenção a algum ato (o ato de “cultivar” algo ou alguma coisa) ligado, por exemplo, a colheitas e criação de animais (podemos citar aqui sua presença como sufixo de palavras como agricultura e bovinocultura), e a variante *coulter* ou *culter* no idioma inglês, acaba chegando ao século XVII como *culture*, já com significado mais próximo do atual (2003, p. 88, grifo nosso).

Posteriormente Williams, tratando da evolução epistemológica deste vocábulo na língua francesa, segue citando suas utilizações como um substantivo independente a partir do século XVIII, e no idioma alemão, como uma palavra que herda sua grafia do francês, primeiramente como *cultur* (séc. XVIII) e depois como *kultur* (séc. XIX), compreendido como sinônimo da palavra “civilización”, ligando assim as palavras “civilizado” e “cultivado” (ou culto), partindo ainda nesta perspectiva iluminista de desenvolvimento humano (IDEM, p. 89, grifo nosso), segundo Burke, em seus estudos sobre a história cultural, destaca que:

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares — música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). (BURKE, 2008, p. 28).

Desta forma, é possível observar pelas contribuições de Burke uma significação ligada tanto às artes e às ciências, quanto aos costumes e tradições presentes nas sociedades

como seus expoentes de cultura. Verifica-se, segundo Thompson, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, que a cultura adquire novos significados, cada vez mais ligados àquilo que era produzido pelo homem ou relacionado aos legados, costumes e tradições (THOMPSON, 1998, p. 13), que o ser humano criava ao longo do tempo e que eram transmitidas para as gerações vindouras.

Com isso, considerava-se culta, uma pessoa com ligação e conhecimento a estes costumes e tradições, posteriormente às artes, e às ciências. Valoriza-se neste ponto a cultura (costumes e tradições) das classes dominantes e, posteriormente passa-se a observar também estas características presentes nas classes dominadas, numa dicotomia que levava a uma “profunda alienação entre a cultura patricia e plebeia” (THOMPSON, 1998, p. 13).

Esse aspecto indica a pluralidade cultural, a qual é evidente e justifica-se, segundo Burke em seu livro “Cultura Popular na Idade Moderna” (1978, p. 33), na necessidade de uso da expressão “cultura popular”, ligada ao fato de que nem todos os indivíduos de uma mesma sociedade possuem uma mesma cultura, algo que é igualmente pontuado por Thompson (1998, p. 17).

Williams também aponta que em um primeiro momento, nesta nova utilização do termo à época, este era utilizado para “ressaltar las culturas nacionales y tradicionales, incluido el nuevo concepto de cultura popular” (2003, p. 90). Em outra obra em que também aborda os conceitos de cultura, Burke afirma:

A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte. Como múltiplas tradições podem coexistir facilmente na mesma sociedade — laica e religiosa, masculina e feminina, da pena e da espada, e assim por diante — trabalhar com a ideia de tradição libera os historiadores culturais da suposição de unidade ou homogeneidade de uma “era” — a Idade Média, o período do Iluminismo ou qualquer outra. (BURKE, 2008, p. 25).

Ainda nesta ligação apontada por Williams, Burke e Thompson que conecta o conceito de cultura com as tradições e costumes vivenciados e/ou cultivados pelas sociedades por eles estudadas, verificamos que estas tradições e costumes nortearam a organização e mesmo as primeiras legislações dessas sociedades no período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, tratando inclusive das relações de trabalho entre as nascentes classes operária e burguesa (THOMPSON, 1998, p. 14-15).

Assim é possível observar, que essas relações de tradições e costumes regulamentavam as relações de trabalhos, crenças, folclore, procissões e até a base da lei,

com a “*lexloc*, os costumes do domínio senhorial”, os quais, muitas vezes “estavam registrados apenas na memória dos idosos, mas tinham efeito legal quando não contradiziam a lei estatutária” (IDEM, p. 15, grifo nosso). Ainda neste sentido, segundo Thompson:

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante - assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Em consonância com o que é analisado acima por Thompson, Williams afirma:

Es necesario, por lo tanto – sostenía, en lo que era una innovación decisiva –, hablar de “culturas” en plural: las culturas específicas y variables de los grupos sociales y económicos dentro de una misma nación. El movimiento romántico dentro de una misma nación. (WILLIAMS, 2003, p. 90).

Ao observarmos essas contradições, oposições e pluralidades apontadas por Thompson e Williams, reforça-se a ideia da dicotomia entre as culturas dos dominantes e dos dominados, algo que ainda podemos identificar atualmente quando analisamos relação entre as culturas ocidentais e não-ocidentais, europeia e não europeia, branca e não branca, das elites e daqueles que não fazem parte das elites dominantes.

A raiz do conceito de representação que apresentamos origina-se da necessidade de existência da visão universal daquilo que se pretende abordar, a qual deve ser determinada pelos interesses do grupo que busca tal diagnóstico (CHARTIER, 2002, p. 17), o que nos levaria a um conceito de representação “num sentido mais particular e historicamente mais determinado” (IDEM, 2002, p. 20):

[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. Algumas dessas imagens são bem materiais e semelhantes, como os bonecos de cera, de

madeira ou de couro, apelidados justamente de “representações”, que eram colocados por cima, do féretro real durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses e que mostravam o que já não era visível, isto é, a dignidade imortal perpetuada na pessoa mortal do rei. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Estas necessidades de se representar algo (ou alguém) que já não se encontrava entre os vivos, mas que denotava uma grande relação de poder que deveria ser perpetuada para a manutenção do *status quo*, algo que remonta a noção concebida a partir dos “homens do Antigo Regime”, quando estes pretendiam “compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo” (CHARTIER, 2002, p. 23), o que nos leva a essa significação simbólica que aqui abordaremos.

O conhecimento tradicional repassado de geração para geração pode desta forma representar aspectos da herança cultural de uma determinada sociedade. Os tipos de vestimentas utilizadas, a língua falada, os costumes alimentares, ou mesmo as formas de se produzir determinados objetos e utensílios, como o caso da própria cerâmica Terena, objeto desta pesquisa e que tem seu processo de produção artesanal reconhecido como patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul, representando um dos vários aspectos culturais da etnia Terena e de sua importância e significação simbólica na construção identitária do estado em que está inserida.

Dessa maneira, defenderemos aqui a utilização de aspectos culturais da etnia Terena presente em Mato Grosso do Sul como instrumento pedagógico para auxiliar professores no processo de ensino-aprendizagem, ao colocar em destaque uma numerosa etnia presente no citado estado, aproximando professores e alunos do conteúdo a ser estudado.

Ainda de acordo com Chartier, ao observarmos o conceito de representação, é possível constatar que pode nos dar um suporte plural para entendermos, entre outras coisas, as relações “que os indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social”, com as relações de hierarquização, as práticas que “visam a fazer reconhecer uma identidade social”, a significação simbólica de “um status, uma categoria social” e suas conseqüentes relações de poder, chegando por fim nas “formas institucionalizadas” por meio das quais aqueles que representam o grupo, passam a personificar “a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder” (2011, p. 20). Em suma, desta forma, podemos analisar as relações de poder emanadas pela representação social de um grupo ou indivíduo na sociedade que está inserida e com outros grupos.

Como exemplo dessas relações de hierarquização e identidade social apresentadas pelo autor, verificamos a divisão social de trabalho entre os Terena, etnia na qual as mulheres que dominam, entre outras atividades, a transmissão do conhecimento necessário assim como o domínio das etapas do processo produtivo de sua tradicional cerâmica, aspectos que, como já dito anteriormente neste capítulo.

Essa divisão está justificada na mitologia Terena pelo mito dos gêmeos Yurikoyuvakái, o qual teria dado instrumentos que se refere à função de cada gênero dentro da sociedade Terena:

[...] o herói civilizador dá aos homens as armas e os instrumentos agrícolas, e, às mulheres, o fuso, justificando assim a divisão do trabalho masculino e feminino. Se a limpeza da roça e o preparo da terra eram tarefas masculinas, às mulheres cabiam as tarefas de fiação, a cerâmica e cuidados caseiros. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 22-23).

Essa hierarquização na divisão social de trabalho com base nos gêneros apresentada no exemplo, afirma determinadas atividades como responsabilidade de determinada parcela do grupo social estudado, neste caso as mulheres indígenas Terena.

Observa-se com isso que, os conceitos apresentados nos levam a compreender a relevância de determinado grupo de indivíduos na formação identitária do grupo social a que estão inseridos. A cultura e as formas de representação tendem a ser plurais e apresentar, com isso, variados subgrupos que integram um grupo social. No caso específico dos Terena, etnia estudada nesta pesquisa, os aspectos culturais como sua cerâmica tradicional, podem ser reconhecidos como peça importante no reconhecimento da representação cultural e identitária deste grupo social na sociedade brasileira.

Assim, com base nesses pressupostos teóricos impõe-se a esse estudo a articulação do entendimento sobre cultura e representação da produção de cerâmica Terena como elemento relevante do patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul. A par dessa compreensão, ponderamos que a materialização do registro de produção da cerâmica enquanto patrimônio visibiliza e valoriza a cultura dos povos originários, podendo vir a constituir-se como suporte paradigmático aos professores que atuam no campo da história junto à rede de educação básica.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar o conceito de patrimônio cultural a ser utilizado para a compreensão da relevância das várias etapas de processos de reconhecimentos e registros de bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, como patrimônio cultural, ressaltando suas variadas instâncias (municipal, estadual, nacional ou

da humanidade), bem como dos atores envolvidos nestes processos. Esta conceituação busca compreender o processo que levou ao registro do modo de fazer da cerâmica Terena como patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul, registro este, objetivo de estudo da presente pesquisa.

As abordagens do conceito de patrimônio cultural serão fundamentadas por meio de contribuições de Abreu (2007), Choay (2006) e Nora (1993), além da análise documental da Constituição Federal 1988 (BRASIL, 1988), da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 1982), assim como da Legislação Federal de 1937 que organizou e institucionalizou a estrutura nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

A Constituição Federal de 1988 nos traz em seu Artigo 216 o destaque e a relevância do patrimônio cultural brasileiro, assim descrito:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

No entanto, para chegarmos ao entendimento que se tem hoje, referendado inclusive por nossa Carta Magna acima citada, devemos observar a trajetória de construção do conceito de patrimônio cultural.

As raízes do significado do termo patrimônio cultural, como hoje conhecemos, remete aos tempos da civilização romana, da palavra patrimônio que tinha ligação com o termo *pater família*¹³, o que vinculava à sua origem voltada para a manutenção do poder e legado patriarcal daquelas famílias que detinham o poder, tendo desta forma uma significação legal e individualizada, “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas

¹³*Pater* é um termo em latim que designava tanto o pai da família, o poder patriarcal, quando falamos da manutenção do legado e dos bens materiais destas famílias patriarcais, falamos também da transmissão do patrimônio que estas detinham.

de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p. 11). A mudança, aproximando a noção do termo patrimônio à que conhecemos hoje, ocorre gradualmente, com relevante importância da Revolução Francesa, segundo Abreu:

A emergência da noção de Patrimônio com o sentido que conhecemos hoje – enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social pode se reconhecer enquanto tal – foi lenta e gradual. Na França, o significado da noção de Patrimônio se estende pela primeira vez para as obras de arte e para os edifícios e monumentos públicos no período imediatamente posterior à Revolução Francesa, quando a população, tomada pelo sentimento revolucionário, destruía os vestígios do Antigo Regime. A população, ensandecida, chegava a propor a destruição de bibliotecas públicas. Foi neste momento que alguns intelectuais começaram a chamar a atenção para a perda significativa que se processava. A noção de Patrimônio afirma-se em oposição à noção de Vandalismo. Desencadeia-se uma mobilização salvacionista de obras consideradas imprescindíveis para a nação. A idéia de Patrimônio Nacional delineia-se. Visando conter o fanatismo provocado pelos ânimos revolucionários, são promulgados alguns decretos em defesa do Patrimônio público. No ano de 1794, surge a figura do crime contra o patrimônio, quando alguns intelectuais chamaram a atenção para o fato de que a destruição dos monumentos artísticos era também um crime contra o povo. Este é o ponto de partida para uma política do patrimônio na França, cujos objetivos consistiriam em inventariar, ou seja, em identificar, reconhecer e inscrever, no contexto da propriedade nacional, as obras consideradas imprescindíveis para a nação. (ABREU, 2007, p. 267).

Com as mudanças estabelecidas no período revolucionário pelo qual a França passou com a Revolução Francesa em 1789, com a contestação do poder do rei e o estabelecimento de conflitos contra o poder nobiliárquico que levam a população, revoltada com as desigualdades que sofreram por tanto tempo, a depredar edificações, monumentos e castelos que remetiam à monarquia.

Isto leva os revolucionários a reunir grupos de intelectuais que discutem a necessidade de se preservar a história francesa por meio de suas edificações e monumentos, formatando desta forma, o que conhecemos hoje como o início da legislação sobre patrimônio. Vale lembrar, no entanto, que a noção que se tinha de patrimônio neste período ainda é muito singular, ligada às elites e voltada às edificações. Mesmo assim, como observamos em Choay, o patrimônio histórico é uma expressão que desperta uma consciência coletiva:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado

comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11).

Para Abreu, essa consciência vai além das fronteiras francesas, tomando “a dimensão de um movimento que se processaria por toda a moderna sociedade ocidental” e fazendo com que, a partir deste ponto da história, a noção de patrimônio ficasse ligada à formação dos Estados Nacionais, os quais passam “a construir e inventar seus próprios patrimônios”, movimento esse que ocorre ao mesmo tempo em que surgem as metrópoles e acelera-se a vida cotidiana nas cidades, com ampliações nas comunicações e transportes (2007, p. 267-268). Esta reinvenção da sociedade nascente e ressignificação de espaços vão ao encontro da discussão sobre os “locais de memória”, defendido por Pierre Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 07).

Com o final da Segunda Guerra Mundial são criadas novas categorias que contestavam a ideia até então vigente de valorização apenas de monumentos históricos e grandes construções individuais, conforme nos mostra Choay quanto ao patrimônio arquitetônico do período:

Quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era a mesma. Eles provinham, em sua essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. (CHOAY, 2006, p. 11).

Sobre estas transformações ocorridas nas sociedades que viviam em um período de massificação, Nora afirma:

É o mundo inteiro eu entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. (NORA, 1993, p. 08).

Desta forma, verificamos as sociedades que Nora chamava de “sociedades-memória” (IDEM), as quais não faziam uso das mesmas maneiras de transmissão de conhecimentos, memórias e valores utilizados pelas sociedades europeias, antigas potências colonizadoras, devido a isso, para estas sociedades, era preciso criar os “lugares de memória” (IDEM, p. 09), e para Abreu, a memória acabava encontrando abrigo justamente no patrimônio (2007, p. 268). Some-se a isso a contestação das ideologias racistas e xenofóbicas representadas e, felizmente, derrotadas na segunda Guerra Mundial, observando-se assim a necessidade da ressignificação e da consequente ampliação do conceito de patrimônio, como o conhecíamos desde a Revolução Francesa onde, por exemplo, civilizações não-europeias como os nativos americanos e africanos, não tinham representatividade no tocante a este conceito vigente.

De acordo com Santiago Júnior (2015) os lugares de memória como questão historiográfica promoveram no Brasil, a partir da década de 1990, a incorporação da discussão de memória pela defesa do patrimônio e proporcionou o que o autor denomina de “patrimoniografia”. Esta construção em um primeiro momento delineava-se nesses termos:

O campo das discussões patrimoniais deu novas dimensões ao anterior “direito à memória” – o patrimônio foi incorporado à esfera pública e às humanidades como forma social de afirmação política de comunidades variadas. Propôs-se, justamente, como uma forma de história pública da sociedade. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 247).

A partir do início do século XXI o autor pondera que o deslocamento iniciado pela patrimoniografia e seu avanço promoveu sua “primazia epistemológica sobre os lugares de memórias, do museu e do arquivo [...]” (Id., p. 248). Isso significa, para ele, que o patrimônio não mais advém do princípio de vontade de memória conforme anunciava Nora,

mas agora abarca vários sentidos, isto é, “os bens patrimoniais, portanto, compreendem e funcionam também como suportes mnemônicos e mobilizam valores de memória de variados tipos [...]” (Id., p. 259-260), conforme a valoração estipulada por Alois Riegl, a saber:

Valor de antiguidade (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade marcar a passagem do tempo universal e físico), valor de comemoração (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade elaborar um sentido de continuidade com um passado a ser retomado), valor histórico (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova).

[...]

O bem patrimonial não é dotado de um valor intrínseco homogêneo, mas indexado de aspectos mnemônicos e não mnemônicos em múltiplas relações que disputam o mesmo bem cultural. (Id, p. 260).

Dessa forma, um bem cultural adquire vários sentidos que vão além de sua característica memorial, podendo “gerar um *misto entre legado e relação de pertencimento comunitário*.” (Id, p. 260, grifo do autor). Essa é uma noção construída historicamente ao tempo em que se constituiu, no campo da esfera pública, políticas de reconhecimento e proteção dos patrimônios, tais como o alargamento da concepção de patrimônio material para imaterial.

A expressão dessa mudança foi a incorporação dos conceitos de patrimônio imaterial em 1982, na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada pela UNESCO no México. Esse documento é chamado de *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, e insere como tipificações de patrimônio cultural além das edificações, os conhecimentos tradicionais, espaços naturais, entre outros, como conhecemos atualmente. A citada Declaração, em seu artigo 7º, assim preconiza:

Artigo 7º – O patrimônio cultural, fonte da criatividade qualquer criação tem por origem as tradições culturais, mas apenas se desenvolve plenamente em contacto com outras culturas. É por esta razão que o património, em todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, de modo a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.

Mais à frente, no mesmo documento, em suas “Linhas gerais de um plano de ação para a aplicação da Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural”, destacamos aqui os objetivos 13 e 14:

13. Elaborar políticas e estratégias de preservação e valorização do património cultural e natural, em particular do património oral e imaterial, e combater o tráfico ilícito de bens e serviços culturais.

14. Respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones; reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais para a protecção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais.

Assim, a compreensão de patrimônio cultural, como temos hoje, é muito mais plural e integrativa, levando a uma complexa e ampla significação que vai além daquilo que está ou veio do continente europeu, reconhecendo por meio de legislações nacionais e internacionais a necessidade de salvaguardar aquilo que tenha importância na construção da identidade de determinado grupo, o que leva aos seus níveis de abrangência, pois determinado conhecimento tradicional ou edificação pode ter significação para a construção identitária de um grupo e não para outro, fato que, no entanto, não exclui o seu valor cultural e a conseqüente necessidade de salvaguarda. Segundo Silveira e Bezerra:

O *pater* poder de arbitrar sobre o patrimônio do Outro como um bem da nação (museificando, decretando sítios e parques) desloca a noção de hereditariedade do local para o geral, revelando que a autenticidade e o valor do bem – seja ele histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, entre outros – são regidos pela apreciação e pelo gosto de determinados *experts* sobre o assunto, que nem sempre consideram o olhar daquele que opera (no sentido cognitivo e prático) com o bem no seu cotidiano. (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 92).

Desta forma, o uso desses bens patrimoniais e seu uso cultural por parte do Estado, acabam compondo a noção de pertencimento desses perante o grupo social que este representa identitariamente perante o patrimônio do Estado.

No Brasil, apenas por volta do século XX, segundo Abreu, é que as elites nacionais começam a pautar a preservação do patrimônio, pois estas, até então estavam mais preocupadas com “a modernização das cidades do que com a recuperação de fragmentos do passado” e era essa posição de “país periférico sedento de figurar entre as grandes nações do Ocidente” que, de acordo com Abreu, impedia o surgimento de ideais preservacionistas e restauradores do passado deste país que passara recentemente pela transição da monarquia para a república (ABREU, 2007, p. 268-269).

A mesma autora cita ainda que era comum o descaso tanto quanto aos acervos de objetos que tinham ligação com a história nacional, quanto à frequente demolição de

antigas edificações. É neste período que surgem as “primeiras vozes dissonantes” quanto ao descaso mencionado, entre os quais ela cita o escritor Gustavo Barroso, o qual, em 1922 “fundou o Museu Histórico Nacional após uma longa campanha pelos jornais defendendo a importância de preservar objetos históricos emblemáticos” (ABREU, 2007, p. 269). Passamos então a ter uma associação da nação moderna com a nação que respeita e cultua o próprio passado glorioso:

[...] “cultivar as datas históricas”, “venerar os vultos notáveis” da história nacional passava a ser o lugar, por excelência, de construção de uma narrativa nacional capaz de agregar o conjunto da nação em torno dos ideais de modernidade e de civilização. (ABREU, 2007, p. 269, grifo do autor).

Com isso, temos o Museu Histórico Nacional, juntamente com outras instituições daquele período que até hoje se mantêm, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que abrigava profissionais que produziam documentação sobre a história nacional e que eram à época chamado de “conservadores” devido a natureza de suas atividades. Vale lembrar, no entanto, que todo este movimento iniciado no século XX no Brasil dizia respeito à cultura material, pois a cultura imaterial, como o registro das manifestações locais e regionais e o folclore, não estavam associados à noção de patrimônio que se tinha à época:

Há de se registrar ainda, no final do século XIX e início do século XX, alguns nomes precursores do que hoje chamamos de “patrimônio intangível ou imaterial”, figuras muito atuantes no campo literário e que se dedicaram a registrar um conjunto de manifestações locais e regionais em desaparecimento, tais como lendas, contos, poemas, festas e celebrações. Entre eles, estava Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior, Euclides da Cunha, Afonso Arinos. O próprio Gustavo Barroso escreveu alguns importantes títulos do folclore nacional, como o livro *Terra do Sol*. (ABREU, 2007, p. 270, grifo do autor).

É somente durante o período da história do Brasil conhecido como Era Vargas, mais precisamente durante a Ditadura do Estado Novo, que voltamos a observar novos avanços significativos na área de patrimônio: neste período temos o Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema – é sob a gestão deste ministério que teremos início às políticas institucionalizadas para a área de cultura e, conseqüentemente para o patrimônio cultural, naquela época designado como patrimônio histórico e artístico nacional:

- **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937:** reorganiza a estrutura organizacional do

Ministério da Educação e Saúde Pública, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável por promover “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Art. 46º);

- **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:** Instituiu e organizou a política de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil.

Isso nos leva aos formatos, bem como às abrangências das atuais políticas de preservação patrimonial existentes, e as entidades responsáveis por estas políticas, as quais exemplificaremos a seguir, com o objetivo de colaborar com uma melhor compreensão das competências de cada órgão, instância ou entidade envolvida nos processos:

- Entidade Municipal de Cultura (em geral uma Fundação, Secretaria, Departamento, Divisão, etc., dependendo da estrutura hierárquica municipal estabelecida por cada prefeitura, por exemplo: em Campo Grande/MS esta entidade é a SECTUR– Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em Corumbá é a Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá): responsável pelo patrimônio de abrangência local, dentro de determinado município, ou que tenha relevância para a formação identitária e cultural deste e dos grupos/comunidades ali estabelecidos;
- Entidade Estadual de Cultura (em geral uma Fundação ou Secretaria Estadual, dependendo da estrutura estabelecida pela unidade federativa, em Mato Grosso do Sul, onde esta pesquisa se desenvolve, esta entidade é a Fundação de Cultura de MS): responsável pelo patrimônio de abrangência regional, estadual, que contemple ou tenha significância para todo o estado ou vários municípios daquele estado;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): responsável pelo patrimônio de abrangência nacional, contemplando o território nacional como um todo ou em partes;
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): responsável pelo patrimônio de abrangência e/ou relevância e significação internacional.

Outras entidades que somam esforços com estas acima citadas, são os conselhos de cultura ou de preservação do patrimônio cultural, que tem abrangências diversas, visando uma comunicação mais eficiente entre a sociedade civil e os órgãos oficiais

governamentais, além dos grupos técnicos e grupos de trabalhos criados coletivamente pelos órgãos governamentais para tratativas específicas.

Como exemplos, podemos citar: Conselho Estadual de Cultura – com competências ligadas à Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, o Conselho do Fundo do Patrimônio Cultural de Corumbá – com competências ligadas à Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá; o Grupo Técnico da Esplanada Ferroviária – com competências ligadas ao IPHAN, FCMS e SECTUR; o Comitê Técnico do Forte Coimbra – ligado ao IPHAN, com atribuições voltadas à elaboração de dossiê técnico visando a elevação da referida fortificação à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade (este forte, localizado em Corumbá/MS, encontra-se atualmente com candidatura na UNESCO, integrante do Complexo de Fortificações do Brasil).

Prosseguindo na proposta de análise dos conceitos apresentados como base para o desenvolvimento deste trabalho, abordaremos a educação patrimonial, a qual pode ser uma importante ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem quando da análise de temáticas relacionadas à salvaguarda do patrimônio cultural da sociedade em estudo. Esta inclusive tende a ser uma grande aliada no estudo de temáticas relativas aos bens culturais reconhecidos como patrimônio cultural, como é o caso da cerâmica Terena.

A educação patrimonial faz parte de um processo de alfabetização cultural, instrumentalizando o ensino e salvaguarda da cultura da sociedade abordada. Este processo se apoia em ações que geralmente são executadas pela escolarização convencional, em escolas e universidades, bem como por outras instituições com ligação direta com a cultura, bem como por meio de projetos que costumam interligar estes dois tipos de instituições citadas. Esta perspectiva da educação patrimonial como uma ferramenta de alfabetização cultural, pode ser observada pela ótica da educação freiriana, como dito por Silveira e Bezerra:

O argumento é de que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares. (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 82).

O conceito de educação patrimonial e seu percurso histórico de implantação nacional aqui abordado estão referenciados em Horta (2005), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), IPHAN (2014), Silveira e Bezerra (2007), SPHAN (1980) e Zarbato (2018).

O IPHAN, desde sua criação em 1937, é a entidade que atua como a maior autoridade no tocante às políticas cultural e patrimonial nacionais. Algumas mudanças estruturais ocorridas da década de 1970, colaboraram para a consolidação e mudanças nas referidas políticas, com destaque para a criação do PCH e do CNRC. Estas mudanças estruturais estão descritas em importante documento do IPHAN de 1980, denominado “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” (SPHAN, 1980).

Em 1973 foi instituído o Programa de Cidades Históricas, o PCH. Este programa, criado à partir de um Grupo Interministerial teve sua organização solicitada pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo que o IPHAN pertencia à estrutura administrativa deste último.

Além destes dois ministérios, o Grupo Interministerial contava com representantes do Ministério do Interior e do Ministério da Indústria e Comércio, os quais eram respectivamente representados pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e pela EMBRATUR (na época, Empresa Brasileira de Turismo, passando em 1991 a ser denominado Instituto Brasileiro de Turismo, mantendo a sigla anterior).

A presença da SUDENE se justificava pelo objetivo inicial de recuperação de cidades históricas da região nordeste do Brasil, objetivo este que seria atingido por meio de estudos, pesquisas, restaurações, aproveitamentos e integração destes espaços, inclusive proporcionando sua ocupação e, assim, estimulando a salvaguarda do patrimônio cultural local. Após o início da operação do PCH no nordeste em 1973, foi criado novo Grupo de Trabalho em 1975, visando a expansão das ações para estados da região sudeste (SPHAN, 1980, p. 21-22).

Também na década de 1970, por iniciativa de Aloísio Magalhães, temos a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O CNRC teve atuação entre os anos de 1975 a 1979, e sua atuação:

[...] se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação.

[...]

[...] o CNRC propugnava a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura

brasileira. Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura. (IPHAN, 2014, p. 07).

O CNRC desenvolvia seus projetos à partir de Brasília, primeiramente, por meio de contrato firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e o Governo do Distrito Federal em 1975, contrato este que, devido à sua avaliação, acaba gerando convênio no ano seguinte com a adesão de a mais oito órgãos públicos, o qual seguiu até 31 de janeiro de 1980, com a adesão de outras entidades, como o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Banco do Brasil (SPHAN, 1980, p. 24).

A abordagem utilizada pelo CNRC em suas ações e pesquisas fazia uso de uma metodologia que se orientava pela análise prévia da realidade cultural pesquisada, realizando desta forma, descrições dos fenômenos e/ou espaços culturais observados que contemplavam aspectos tais como as influências da e para o grupo social envolvido e presente, compreendendo pra isso, quatro linhas de atuação:

[...] captação de vertentes no atual quadro sócio-econômico do Brasil; memorização do acervo de dados captados, a ser usado como fonte de aprendizado, de reflexão e de referência; referenciamento adequado à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas e aos modelos de documentação experimentados para um mais apropriado registro dos fatos e processos captados; e, finalmente, devolução dos trabalhos e reflexões ao público, em especial às comunidades envolvidas. (SPHAN, 1980, p. 24, grifo do autor).

Os projetos desenvolvidos pelo CNRC em seu período de atividades somaram aproximadamente trinta projetos de pesquisa, os quais, de maneira abrangente, compreendiam variadas manifestações culturais, as quais se enquadravam nas seguintes frentes ou Programas de Estudos: artesanato; levantamentos socioculturais; levantamentos de documentação sobre o Brasil e história da ciência e tecnologia no Brasil (IDEM, p. 25). Como exemplos dos projetos desenvolvidos pelo CNRC, são citados pelo SPHAN (IDEM, p. 25):

- Artesanato Indígena no Centro-Oeste;
- Tecelagem Popular no Triângulo Mineiro;
- Etnomusicologia na Área Nordeste;
- Cerâmica de Tracunhaém;
- Construção de Brasília;

- Levantamento Ecológico e Cultural das Lagoas Mundaú e Manguaba;
- Levantamento Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape;
- Indústrias Familiares de Imigrantes em Orleans;
- Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945;
- Estudo Multidisciplinar do Caju.

Pelos projetos elencados acima, podemos observar que, a política do CNRC, apoiada nos ideais de seu idealizador Aloísio Magalhães, contemplava não apenas a salvaguarda do patrimônio e bens materiais edificados, como também ao patrimônio imaterial, a memória e os conhecimentos tradicionais.

Desta forma, no período abordado, o PCH agregou um aumento no aporte de recursos financeiros destinados ao patrimônio cultural, e o CNRC instituiu novas abordagens e perspectivas ao setor em nível nacional. No início de 1979, o gestor e idealizador do CNRC, Aloísio Magalhães é nomeado como o novo diretor do IPHAN. No final este mesmo ano, o IPHAN sofre mudanças administrativas, passando a ser chamada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN¹⁴), Ainda no mês de dezembro daquele ano, é criada a Fundação Nacional Pró-Memória¹⁵, a qual atuou de maneira conjunta com a SPHAN, até a extinção de ambas em 1990, sendo que no período de atuação das duas entidades, a SPHAN funcionava como órgão normativo e a Fundação Pró-Memória como órgão operacional do setor.

Com a extinção destas em 1990, suas atribuições são absorvidas pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o qual retornaria à denominação que conhecemos atualmente, IPHAN¹⁶, apenas com a nova reestruturação ocorrida em 1994. Baseando-se na junção destas duas instituições, temos a política cultural conjunta SPHAN/Pró-Memória, ancorada nas seguintes atividades:

Identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens mencionados; inventário e documentação dos bens culturais – passados e presentes – assim como dos bens naturais significativos quanto à dinâmica cultural brasileira; coleta, análise e referenciamento de dados relativos e seus processos de produção, circulação e consumo;

¹⁴ As mudanças apontadas ocorridas em 1979 ocorrem por força do Decreto nº 84.198/1979, de 13 de novembro de 1979 que transforma o então Instituto em uma Secretaria. Em 1981, a Secretaria é novamente modificada para Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Em 1990, ocorre nova mudança e a Subsecretaria passa a ser denominada Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

¹⁵ A Fundação Nacional Pró-Memória foi instituída pela Lei nº 6.757/1979, de 17 de dezembro de 1979.

¹⁶ Apenas em 1994, com nova mudança administrativa, o IPHAN retoma a nomenclatura pela qual o conhecemos atualmente, conforme Medida Provisória nº 610 de 8 de setembro de 1994.

busca de explicitação das aspirações e características regionais, visando à efetiva integração das diversas comunidades brasileiras no interesse e no esforço para a preservação da identidade e do patrimônio cultural do país; devolução ao público usuário – particularmente ao contexto sócio-cultural a que pertencem e de onde as originam – dos resultados dos trabalhos, pesquisas e registros realizados, através de museus, publicações, exposições, etc., e também do uso de novos meios de comunicação e interação com as comunidades. (SPHAN, 1980, p. 30).

Para atingir os objetivos propostos em benefício da salvaguarda do patrimônio cultural e da identidade cultural nacional, a parceria SPHAN/Pró-Memória também fazia uso de outras parcerias interinstitucionais nacionais e internacionais, além de outras regionais com estados e municípios, bem como da formação técnica na área.

A partir desta junção citada, oriunda de atividades propostas e executadas pelo CNRC e pelo PCH e posteriormente pela ação SPHAN/Pró-Memória, que verificamos as primeiras experiências voltadas para a educação patrimonial no Brasil, o que torna esta uma expressão de uso relativamente recente no contexto nacional, com sua introdução tendo ocorrido em 1983, com inspiração em uma metodologia oriunda da Inglaterra, onde desde a década de 1970 se defendia uma proposta baseada no uso de fontes primárias como ferramenta didática, como a utilização de espaços como museus e monumentos históricos (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 83). Ainda neste sentido, nos é apontado por IPHAN:

Paralelamente, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada. Publicação pioneira na área, seu conteúdo resultou da sistematização dos fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, preferencialmente, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e diferentes localidades do país. (IPHAN, 2014, p. 13)¹⁷.

Essa introdução do termo, segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial acima citado ocorre no mesmo ano de 1983, durante a realização do 1º Seminário de Educação Patrimonial no Brasil, ocorrido no Museu Imperial (Petrópolis/RJ), “a partir do qual

¹⁷ O Guia Básico de Educação Patrimonial, publicação citada no destaque, foi lançado em 1999.

desenvolveu-se uma metodologia específica para o trabalho educacional em museus, monumentos e sítios históricos, hoje difundida por todo o país” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 38). Foi partindo deste ponto que se desenvolveram as primeiras ações e sob as quais se formularam metodologicamente os princípios educação patrimonial no Brasil.

Segundo Horta, neste seminário “participaram museólogos, educadores e técnicos do Patrimônio de diferentes regiões do País” e graças a essas ações e às outras que se seguiram neste sentido, “a proposta da educação patrimonial se expandiu e criou raízes cujos frutos vêm sendo colhidos com sucesso e entusiasmo” (2005, p. 221)

Os frutos citados por Horta, atualmente, há mais de três décadas desde a introdução da Educação Patrimonial no Brasil, encontra certo amparo inclusive na legislação educacional:

A utilização de fontes primárias por meio de visitas a museus, sítios arqueológicos, cidades históricas e arquivos para o ensino de História também está prevista nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental no Brasil. (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 83).

Os mesmos autores, no entanto nos alertam que, apesar dessa inclusão nos Parâmetros Curriculares, não há uma garantia da inclusão de uma abordagem crítica da temática nas escolas. Mais à frente, no mesmo texto, os ressaltam inclusive que a expressão “educação patrimonial” teria entrado em um tipo de “modismo”, que levou a uma “multiplicação do número de projetos baseados nos bens patrimoniais”, o que por si só salientaria a “urgência de se discutir sobre o tema, que tem desdobramentos importantes para a dinâmica de constituição e de preservação do patrimônio cultural como um todo” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 84). Neste sentido, observa-se a necessidade de uma abordagem que contemple uma visão ética e de troca cultural recíproca:

Parece-nos que a Educação Patrimonial implica uma discussão, se não periférica, pelo menos nova, tanto para a Antropologia quanto para a Arqueologia, por isso sujeita a alguns preconceitos. O diálogo das Ciências Sociais com os temas relativos à educação surge no cenário de ambas as disciplinas como uma questão que tem a sua relevância, mas que ainda sugere um caráter secundário. No entanto, coloca a importância do tema quando indica caminhos para as reflexões sobre uma ética de intervenção em projetos de conservação patrimonial junto às paisagens do Outro. (SILVEIRA; BEZERRA, p. 84).

Para que essa troca cultural possa ser recíproca e eficaz, como pretendida, é salutar

a promoção de ações que contemple as culturas populares e tradicionais, seus conhecimentos e saberes, de forma a que estes tenham voz ativa nas ações, sendo ouvidos enquanto protagonistas que são. Como exemplos de ações neste sentido, ocorridas em Mato Grosso do Sul, podemos citar projetos desde o início dos anos 2000, já executados ou ainda em andamento, tais como:

- Oficinas de salvaguarda da Viola de Cocho (organizadas pelo IPHAN/MS e pela FCMS, estas oficinas promovem a transmissão do conhecimento dos mestres cururueiros no modo de fazer da Viola de Cocho, instrumento tradicional da região pantaneira, e das mestras siririeiras que ensinam à população a dança tradicional do siriri – estas oficinas tem ocorrido regularmente em Corumbá/MS e Campo Grande/MS);
- Encontro dos Mestres dos Saberes Populares (encontro realizado no município de Corumbá/MS, durante a realização do Festival América do Sul Pantanal, onde os mestres e mestras dos saberes populares da região pantaneira convidam a população a conhecer seus saberes e ofícios tradicionais, com apresentações teatrais, palestras, música e dança);
- Simpósio Estadual de Educação Patrimonial (organizado anualmente pela FCMS em parceria com outras entidades da área como a SECTUR e universidades locais, contando nove edições já realizadas até 2019);
- Semana de Valorização do Patrimônio Cultural Indígena de Mato Grosso do Sul (realizado pela FCMS em parceria com outras entidades como a Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para a População Indígena, IPHAN, SECTUR e universidades locais, foi realizado em 2019);
- Tenda dos Saberes Indígenas (espaço destinado a ações organizadas pela Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para a População Indígena, com representações alusivas aos povos indígenas presentes no estado de Mato Grosso do Sul, ocorrendo geralmente duas vezes por ano, nos eventos organizados pela FCMS – Festival de Inverno de Bonito e Festival América do Sul Pantanal, nestas ocasiões o espaço recebe palestras, lançamentos de livros, oficinas que abordem a temática das culturas indígenas, bem como também disponibiliza espaço exclusivo de visibilidade e comercialização do artesanato tradicional indígena de Mato Grosso do Sul).

Essas ações colaboraram com o processo de difusão do conhecimento cultural e seu acesso para a sociedade, integrando os bens culturais que fazem alusão à formação

identitária do referido grupo social, levando este ao sentimento de pertencimento. Este pertencimento adquirido, estimulado ou lembrado, costuma levar o cidadão a valorizar e colaborar para a proteção daquele bem cultural, seja ele material (prédio, monumento, acervo museal, documentações, entre outros) ou imaterial (conhecimentos tradicionais, músicas, memória, entre outros). Nesta construção identitária, devemos sempre observar a pluralidade cultural:

Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria **identidade**. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a **diversidade cultural**. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 07, grifo do autor).

Portanto, conforme apontado no Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), a reconhecida diversidade cultural brasileira deve ser sempre levada em conta nestes processos de socialização do conhecimento, mostrando sempre a relevância de cada um dos grupos sociais como um todo, para a formação identitária já mencionada.

Desta forma, no que se refere à construção identitária, Zarbato (2018) nos chama a atenção para as possibilidades que se fazem presentes na utilização da educação patrimonial enquanto ferramenta de alfabetização cultural na disciplina de história:

Uma das possibilidades que favorece o aprofundamento sobre o conhecimento histórico com a utilização da Educação Patrimonial permite o entrelaçamento da “valorização” da cultura regional e do patrimônio como fundamento das diferentes interpretações que estudantes e professores/as, que possam conhecer, dialogar, aprender e ensinar sobre a história e a cultura da cidade e da região. Além disso, essa problematização contribuirá com o conhecimento sobre a diversidade cultural, étnica, religiosa e de trabalho articuladas à problemática do patrimônio cultural material e imaterial. E a partir dos métodos da História oral, etnografia e educação histórica fundamentam dois focos importantes: a valorização e preservação da memória regional e patrimônio cultural e a inserção na aula de História com a Educação Patrimonial. (ZARBATO, 2018, p. 36).

Portanto, observamos muito do regionalismo quando da utilização da educação patrimonial como ferramenta educativa. Desta forma, este processo educativo pressupõe a valorização de da memória coletiva e a legitimação da memória acerca dos significados

identitários daquele monumento ou conhecimento tradicional, por exemplo, o que por si só, colaboraria, segundo Zarbato, para que os variados anseios da sociedade ou grupo estudado sejam justificados por seus indivíduos (2018, p. 36-39). Assim, a mesma autora conclui:

A proposta de inserir ações educativas de viabilizar a aproximação entre os sujeitos que estudam e aprendem, concebe-se num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva na relação com os monumentos históricos, bem como das relações que se estabelecem entre análises críticas e analíticas (ZARBATO, 2018, p. 39).

Os fatores apresentados nos evidenciam inclusive estas características interdisciplinares da educação patrimonial, passando por toda a trajetória histórica percorrida institucionalmente pelo IPHAN, com suas reformas administrativas e novas atribuições já relatadas, juntamente com as influências externas e internas, institucionais e técnicas recebidas pelo órgão, até chegar ao SPHAN/Pró-Memória dos anos 1980.

Essa visão interdisciplinar “nos impõe uma espécie de deslocamento de nossa posição em um campo específico do saber, ampliando os horizontes de atuação, uma vez que nos coloca como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 88).

Para resultados efetivos na educação patrimonial, verificamos a necessidade da adoção de metodologias específicas, as quais podem ser aplicadas a qualquer “evidência material ou manifestação da cultura”, para as quais se tenha ou busque-se como resultado a “relação entre os indivíduos e seu meio ambiente” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Desta forma, é salutar o constante diálogo entre o agente educador (em geral o Estado, por meio de seus projetos ou do processo de escolarização) e seu público alvo (a sociedade, em geral presente em locais de influência daquele bem cultural ou detentora do conhecimento tradicional que se pretende abordar).

Neste diálogo o processo costuma ser mais efetivo quanto o agente educador busca informações ou traz para junto de si, por exemplo, aqueles que detêm o conhecimento cultural tradicional a ser abordado. Zarbato afirma que a “abordagem sobre o patrimônio cultural reflete também o que os grupos sociais definem como representação” identitária e esta definição reflete de uma forma macro a cada grupo ou região, impulsionando a relação que estes construíram ou construirão entre o patrimônio cultural e a memória e história regional (2018, p. 40).

A partir do entendimento do patrimônio em suas formas que possuem capital simbólico como estratégia cultural, passaremos a discutir como a produção da cerâmica envolve não apenas a feitura material, mas, sobretudo a possibilidade de ancorar um direito ao reconhecimento da etnia Terena enquanto possuidora de cidadania e reconhecimento social.

3 - O PROCESSO DE REGISTRO DO MODO DE FAZER A CERÂMICA TERENA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo descreveremos o processo de registro do modo de fazer da cerâmica Terena como Patrimônio Cultural do estado de Mato Grosso do Sul e a evolução desta atividade nos últimos anos. Com isso, pretende-se traçar uma análise da inserção do artesanato tradicional Terena e sua representatividade em Mato Grosso do Sul, tanto como fonte de renda para as artesãs Terena, como um dos símbolos da identidade cultural do estado, propondo a utilização deste bem cultural em sala de aula como uma alternativa para o atendimento do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da construção de proposta de intervenção e suporte para os professores.

Em 15 de outubro de 2003, foi aberto pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) o processo nº 39/100.925/03 e em 22 de dezembro do mesmo ano o processo 39/101.260/03. O primeiro processo solicitava a contratação para a realização de levantamento metodológico e inventário cultural em 17 aldeias Terena, com vistas à proteção do artesanato tradicional daquele grupo étnico.

Desta forma, o primeiro processo trata da contratação e do fomento a esta com vistas ao levantamento que foi executado. Já o segundo processo tinha por objetivo o “Tombamento da Cerâmica Terena”, termo equivocado por se tratar de bem imaterial, corrigido apenas em 24 de julho de 2009 por meio de parecer do Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul, por ocasião de seu registro definitivo e inscrição no Livro de Registro dos Saberes (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 134).

Para evitar confusões sobre este processo que será analisado, adotaremos na presente pesquisa a designação de “Registro de Bem Imaterial”, ou simplesmente “Registro”, utilizando o termo equivocado e corrigido para este tipo de bem cultural “Tombamento” apenas em citações literais. Constatamos neste processo o procedimento de registro do modo de fazer a cerâmica Terena como Patrimônio Cultural, bom como o resultado do trabalho contratado no primeiro processo, na forma do dossiê da Cerâmica Terena.

Atualmente esses processos encontram-se arquivados na Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, compostos por dois volumes processuais (processo nº 39/100.925/03, com 93 páginas e processo 39/101.260/03, com 137 páginas), além de documentos apensos (artigos, catálogo e livros).

A justificativa para a abertura do primeiro processo é expressa no MEMO Nº

133/03, correspondência oficial interna da Fundação de Cultura de MS entre a Gerência de Patrimônio Cultural e Artesanato e a Gerência de Administração e Finanças, onde a primeira solicitava:

A realização de um levantamento metodológico sobre o Patrimônio Cultural Terena em 17 aldeias localizadas nos municípios de Aquidauana, Miranda e Nioaque nos parâmetros estabelecidos no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), tendo como propósito a proteção do artesanato indígena e consequente colocação diferenciada no mercado, visando assim a geração de renda para as comunidades indígenas. A Concretização deste trabalho viria ao encontro das metas estabelecidas, pelo Governo Federal, dentro do Programa Fome Zero. (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, p. 1).

O citado memorando solicitava o levantamento relativo ao Patrimônio Cultural Terena presente em Mato Grosso do Sul, com destaque para um agrupamento de aldeias localizadas em três municípios do interior do estado. Estabelecia também que o levantamento seria baseado nas regras estabelecidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e fomentado de acordo com metas estabelecidas no Programa Fome Zero.

O INRC atual é uma metodologia estabelecida pelo IPHAN em 1999, fruto de diversas discussões e esforços daquela instituição, que remontam aos trabalhos do CNRC/Pró-Memória dos anos 1970, bem como de outras experiências exitosas em inventários realizados pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID) do IPHAN nos anos 1990. Somado a isso, temos também o Decreto nº 3.551/2000, o qual instituiu a possibilidade de registro de bens culturais de natureza imaterial como patrimônio cultural nacional.

Desta forma, o INRC poderia ser empregado tanto em inventários de bens culturais materiais quanto em imateriais, como no caso do conhecimento tradicional da confecção da cerâmica Terena. O IPHAN enumera dois objetivos como principais à concepção do INRC:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000, p. 08).

Com isso, aplicava-se um método padronizado e reconhecido no levantamento de inventários de bens culturais materiais e imateriais, tendo o IPHAN como orientador do processo, seja por meio de parcerias e suporte técnico ou por meio de orientações legais e metodológicas com base em documentos e legislações a serem aplicadas por estados e municípios.

Outro ponto abordado no MEMO Nº 133/03 é o fomento da ação por parte do Programa Fome Zero. Este importante programa de governo foi instituído no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva à frente da presidência do Brasil e tinha por objetivo principal a segurança alimentar da população brasileira, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade social. Para atingir esse objetivo, o Fome Zero contava com diversas ações e projetos que se enquadravam em quatro eixos principais que deveriam trabalhar em conjunto:

- 1- Acesso aos alimentos;
- 2- Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- 3- Geração de Renda; e
- 4- Articulação, Mobilização e Controle Social.

No caso do processo em análise, o mesmo se encontrava enquadrado no terceiro eixo, Geração de Renda, pois pretendia fomentar a “proteção do artesanato indígena e consequente colocação diferenciada o mercado, visando assim a geração de renda para as comunidades indígenas” (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, p. 1). Com isso, observamos que o processo de registro se centralizaria em três ações principais:

- Levantamento e inventário dos conhecimentos tradicionais dos indígenas Terena quanto à confecção de sua cerâmica, atendendo a metodologia do INRC proposta pelo IPHAN, com vistas ao posterior registro deste conhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial;
- Realização de oficinas de salvaguarda do conhecimento tradicional Terena, visando estimular a transmissão deste conhecimento dentro da comunidade indígena;
- Disponibilização do produto no mercado, com a realização de exposições e criação de catálogo da cerâmica Terena como um material diferenciado.

Para que essas ações fossem levadas à cabo, foi contratado o Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa, pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF). A contratação do referido pesquisador naquele período se justificava pelo seu currículo na área em questão que atestava seu notório saber: Mestre em História da Arte pela Escola de Belas Artes da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, bem como havia desenvolvido trabalho similar com outras etnias presentes nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (Karajá, Kambiwá, Pipipã, Pankararú e Geripancó), além de ter atuado como consultor da FUNAI/UNESCO em assuntos etnográficos e na catalogação de bens etnológicos do Museu Nacional (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, p. 02-29).

Foi então firmado em 24 de outubro de 2003, o Contrato de Prestação de Serviços nº 532/2003, por meio do qual a Fundação de Cultura de MS contratava o pesquisador Wallace de Deus Barbosa:

A FCMS, nos moldes estabelecidos no Convênio nº 004/2003 e no Termo de Cooperação Técnica nº 1763/2003 dentro do projeto “Fome Zero”, contrata **WALLACE DE DEUS BARBOSA**, para que faça realizar no período de 28 de outubro a 05 de novembro e de 26 de novembro a 16 de dezembro, um levantamento metodológico sobre o patrimônio cultural Terena em 17 aldeias localizadas nos municípios de Aquidauana, Miranda e Nioaque nos parâmetros estabelecidos no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O **CONTRATADO** realizará um levantamento preliminar, com redação de texto para a edição de um catálogo, do patrimônio cultural Terena com ênfase nos processos tradicionais de produção cerâmica, através da pesquisa etnográfica e elaboração de metodologia, para mobilização da comunidade Terena para a transmissão dos seus conhecimentos tradicionais associados à produção cerâmica. A entrega da pesquisa escrita com o levantamento deverá ocorrer até o dia 16 de dezembro de 2003. (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, p. 43, grifo do autor).

O referido contrato estipulava o valor de R\$ 21.008,80 (vinte e um mil e oito reais e oitenta centavos), os quais seriam alocados do Convênio nº 004/2003, firmado em 31 de julho de 2003, entre o governo federal, por meio de seu Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e o governo estadual de Mato Grosso do Sul, tendo como órgão executor estadual do convênio a Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária (SETASS). O convênio tinha por objetivo:

[...] a execução de ações estruturantes nas comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas à superação da situação de insegurança alimentar e à auto-sustentabilidade de suas famílias, por intermédio da atividade “Combate à Fome com Ações Voltadas para a Educação Alimentar e Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias”, tendo como eixos de sustentação as seguintes metas constantes do Plano de Trabalho elaborado, que passa a fazer parte integrante deste Convênio, independente da transcrição:

a) Formação teórico-metodológica de uma equipe intersetorial em

políticas públicas para sociedades indígenas de Mato Grosso do Sul.

b) Implementação das ações estruturantes, a partir de três eixos:

- Produção e Desenvolvimento Sustentável;
- Fortalecimento da Economia Solidária;
- Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Cidadania das comunidades indígenas. (MATO GROSSO DO SUL, 2003a, p. 48).

O Convênio previa a alocação de um montante total de R\$ 5.608.000,00 (cinco milhões, seiscentos e oito mil reais), sendo cinco milhões de reais por parte do governo federal e seiscentos e oito mil reais como contrapartida do governo do estado. Com isso, em 23 de setembro de 2003, a SETASS firmou o Termo de Cooperação Técnica nº 1763/2003 com a FCMS, prevendo o repasse de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a execução de parte das ações previstas no Convênio nº 004/2003. Entre as ações contempladas, verificamos as atividades relativas à pesquisa, inventário e o consequente processo de registro que aqui analisamos.

Após a realização dos trabalhos de pesquisa e inventário, a junção do material produzido e levantado pelo pesquisador e encaminhado FCMS, deu origem a um dossiê, sendo com ele aberto o processo nº 39/101.260/03, o qual trata do processo de registro do modo de fazer a cerâmica Terena. O dossiê “Cerâmica Terena” consta no processo citado (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 01 a 128), sendo composto pelos seguintes pontos em destaque, que buscamos sintetizar a seguir:

1- Descrição e exata caracterização do bem respectivo – apresenta a cerâmica Terena, suas características, composição, tipos de materiais e utensílios utilizados na confecção, coleta de matéria-prima, armazenamento, transporte, limpeza, cuidados na fabricação, preparação da argila, montagem, secagem, acabamento pintura e queima das peças (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 05 a 14);

2- Justificativa – aqui são apresentadas as justificativas e o embasamento teórico-metodológico para nortear a decisão da FCMS quanto ao registro do bem cultural e sua relevância para a cultura do estado em que está inserido (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 15 a 18);

3- Os índios no Brasil – apresenta a importância e a representatividade indígena ainda existente em território nacional, apesar da drástica redução populacional ocorrida com o brutal processo colonizatório e a relevância da cultura indígena em geral para a construção identitária nacional (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 22 a 24);

4- Os Terena – continuidade do tópico anterior, passa a tratar especificamente da etnia Terena, detentora do conhecimento tradicional que se pretendia reconhecer como

patrimônio cultural, aqui nos é apresentada uma síntese da trajetória dos Terena através da História, desde sua migração enquanto integrante do tronco linguístico Aruaque, passando por seus contatos com outros grupos indígenas e com os não indígenas, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, até a sua chegada ao território que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul, não desprezando sua mitologia (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 24 a 45);

5- Os Terena hoje – ainda na sequência, é apresentada a contextualização social em que viviam os Terena no período em o dossiê foi produzido (2003), tratando de dados demográficos, ocupação territorial, perda de territórios e conflitos (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 45 a 50);

6- A Cultura Terena – nesta parte do dossiê nos são apresentadas características observadas nas aldeias pesquisadas, tais como: habitação, relações familiares, religião, vestuário, culinária, a dança da Ema, as relações dos Terena com as artes e cerâmica Terena (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 50 a 67);

7- Relatório de atividades sobre o “Projeto Cerâmica Terena” – este é o relatório produzido pelo Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa e encaminhado à Fundação de Cultura de MS em 16 de dezembro de 2003 (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 69 a 127).

O Relatório produzido pelo Antropólogo Wallace de Deus Barbosa (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 69-127) foi a base para a organização do dossiê e para o processo de registro do modo de fazer da cerâmica Terena como Patrimônio Cultural. O pesquisador realizou inicialmente levantamento preliminar de acervos iconográficos dos indígenas Terena no Museu do Índio e no Museu Nacional, ainda no estado do Rio de Janeiro, sendo que este material lhe serviu de base para a pesquisa de campo que posteriormente realizou em nas aldeias localizadas entre os municípios de Aquidauana, Miranda e Nioaque em Mato Grosso do Sul e foi por ele disponibilizado em formato digital para a FCMS.

Na pesquisa de campo que se seguiu, em 2003 Barbosa deslocou-se às aldeias previstas em sua contratação, acompanhado por equipe da Fundação de Cultura de MS e pelo fotógrafo do IPHAN, Francisco da Costa, o qual realizou registros fotográficos nas aldeias que foram utilizados para a confecção de catálogo de exposição da Cerâmica Terena e para o registro do INRC. O pesquisador realizou gravações dos depoimentos nas aldeias, destacando os realizados na Aldeia de Cachoeirinha (Miranda) e no Território Indígena Taunay (Aquidauana).

Imagem 5: Vasos de Cerâmica Terena de variados tamanhos expostas à venda no Centro Referencial de Cultura Terena



Fonte: Rejane Benetti Gomes – Gerência de Artesanato/FCMS, Miranda/MS, 2017 (acervo fotográfico do autor)

Barbosa constatou que houve uma renovação nos itens produzidos pelas artesãs Terena, as quais passaram a produzir também animais da fauna pantaneira, tais como onças, tatus, tamanduás, sapos, cobras, peixes, além de potes, vaso e outros utensílios utilitários que já eram anteriormente produzidos.

Entendemos que essa confecção de itens com formatos de animais atendem a demanda do mercado turístico, mostrando assim a capacidade de adaptação dos Terena ao contexto social e às demandas da sociedade envolvente, com vistas também a manutenção de sua subsistência, por meio da comercialização das peças, e de seus conhecimentos tradicionais, neste caso, mantendo o modo tradicional de confecção de peças cerâmicas.

Imagem 6: Peças de Cerâmica Terena zoomórficas expostas à venda no Centro Referencial de Cultura Terena



Fonte: Rejane Benetti Gomes – Gerência de Artesanato/FCMS, Miranda/MS, 2017 (acervo fotográfico do autor)

Imagem 7: Variedade de peças de Cerâmica Terena expostas à venda na Casa do Artesão



Fonte: Douglas Alves da Silva – Casa do Artesão, Campo Grande/MS, 28 de outubro de 2020 (acervo fotográfico do autor)

3.1 - A confecção da cerâmica Terena

Para a confecção da cerâmica Terena, as artesãs fazem uso de quatro tipos de argila: os barros de coloração preta e amarela que são utilizados na estrutura das peças e os barros de coloração vermelha e branca que são utilizados na pintura e acabamento das

peças (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 05 a 06).

Os locais onde as mulheres Terena extraem os diferentes tipos de barros são por elas denominados “bancos de argila”, pois dali retiram material que servirá também para a geração de renda para sua sobrevivência, sendo que cada tipo de barro utilizado é encontrado em um banco de argila diferente, em diferentes localidades, o que dificulta o processo de coleta manual (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 06).

De acordo com os levantamentos efetuados pelo Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa para o processo de registro do modo de fazer da cerâmica Terena como patrimônio cultural imaterial de Mato Grosso do Sul, podemos dividir o processo de confecção da cerâmica Terena nas treze etapas expostas no referido processo, as quais apresentamos de forma sintetizada a seguir¹⁸:

1- Coleta de matéria-prima: a coleta do barro utilizado para a confecção da cerâmica, segundo a tradição das mulheres Terena, deve ser realizada preferencialmente fora da estação da lua nova, a qual não produz cerâmica com a qualidade esperada pelas artesãs. Esta coleta é feita nos bancos de argila localizados nas imediações das aldeias, com a utilização de instrumentos agrícolas como pás e enxadas, ou mesmo com as próprias mãos (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 05).

Imagem 8: Artesãs Terena extraindo o barro nos bancos de argila



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

¹⁸ A “Descrição e exata caracterização do bem respectivo” que detalha o processo produtivo da cerâmica Terena e que serviu de base para o detalhamento dessas treze etapas apresentadas se encontram no Processo FCMS nº 39/101.260/03, bem como no Relatório de atividade sobre o “Projeto Cerâmica Terena” do Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa que consta no mesmo processo (p. 69-127)

2- Armazenamento e transporte da argila: para uma melhor conservação da umidade da argila, as artesãs armazenam as pequenas porções coletadas em sacos plásticos ou latas (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 05);

Imagem 9: Artesãs Terena armazenando o barro para transporte



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

3- Limpeza e retirada de impurezas: nesta etapa, as artesãs promovem a limpeza do material, removendo impurezas que porventura possam causar danos ou fragilizar as peças durante o processo de confecção (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 05);

4- Cuidados e recomendações antes de iniciar a confecção das peças: para a confecção das peças, as mulheres Terena seguem alguns cuidados e recomendações, as quais, caso seguidas à risca, fazem com que a cerâmica saia perfeita e evitem as quebras de peças durante a queima. Essas recomendações são repassadas ao longo das gerações, tais como tomar banho antes do iniciar os trabalhos (para que o suor dos corpos não se misture à argila), não comer durante a produção das peças, não produzir peças em dia em que está menstruada. Recomendam também que no dia da produção, as artesãs não executem outras tarefas domésticas (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 06);

5- Preparação do espaço para confecção das peças: ainda antes do início da confecção das peças, as mulheres Terena preparam o espaço onde irão trabalhar, cobrindo o chão com plásticos, podendo também se acomodar em pequenos bancos onde se acomodarão (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 06);

6- Preparação da massa de argila: as artesãs procedem então na preparação da massa de argila a ser moldada, preparada com a mistura dos barros (preto ou amarelo) com o “*Katipé*”, nome dado pelos Terena ao pó cerâmico que é misturado na argila para lhe dar maior consistência, o qual é obtido de telhas de barro ou cacos de vasos cerâmicos

triturados, bem como do barro preto queimado. Esse material é socado em um pilão até virar pó, depois é peneirado para ser adicionado à argila, a qual é misturada e amassada até ficar homogênea e sem bolhas de ar no interior da massa (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 07);

Imagem 10: Artesãs Terena peneirando e socando o pó cerâmico a ser adicionado à argila



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

7- Montagem artesanal das peças: Após estas etapas de preparação das artesãs, do espaço e da matéria-prima, a massa de argila é dividida entre as mulheres Terena que iniciam a confecção das peças cerâmicas, sendo que esta confecção se dá de forma totalmente artesanal e sem formas ou projetos de desenhos padronizados ou definidos previamente, fazendo com que o resultado seja único e derivado da inspiração individual de cada artesã (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 07).

Imagem 11: Artesãs Terena confeccionando as peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

Imagem 12: Artesãs Terena confeccionando as peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

As artesãs utilizam bases de madeira de variados tamanhos para dar suporte à peça que está sendo confeccionada. No caso dos vasos cerâmicos, primeiramente elas fazem uma pequena base de argila (o fundo do vaso), na qual vão adicionando pequenos roletes de argila em formato de anéis, os quais, somados, darão forma à estrutura dos vasos. Para alisar e colaborar para o posterior acabamento das peças, as mulheres utilizam-se do “*Piritaw*” (espátulas de bambu ou facas de mesa) e do “*Hu-u-re-pé*” (colheres de cozinha) no polimento das superfícies internas e externas de cada peça (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 08);

Imagem 13: Artesãs Terena confeccionando as peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

Imagem 14: Artesãs Terena confeccionando as peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

8- Acabamento: Após a confecção das peças, as mulheres Terena iniciam a fase de acabamento, para a qual utilizam a “*Mô-poi*” (pequenas pedras roliças encontradas nas cachoeiras) para realizar o polimento, o qual é executado no mínimo por três vezes, com vistas a deixar a superfície lisa e uniforme o suficiente para receber a pintura (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 10);

Imagem 15: Artesã Terena realizando o acabamento em um pote com a *Mô-poi*



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

9- Pintura com barro vermelho: Após o acabamento, as artesãs deixam as peças repousarem por cerca de 15 minutos e então procedem na pintura destas com barro vermelho. Nesta etapa, as mulheres costumam utilizar um pedaço de tecido que é embebido

no barro vermelho e aplicado sobre as peças, as quais recebem ao menos três camadas para que destaquem assim o tom avermelhado característico da cerâmica Terena. Depois da pintura, elas realizam novamente o polimento para que a absorção do material aplicado seja mais eficiente (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 10);

Imagem 16: Artesãs Terena preparando e aplicando a tintura do barro vermelho sobre as peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

10- Secagem das peças: Após as etapas de confecção, polimento e pintura, as peças passam por um processo de secagem, o qual leva em geral ao menos três dias com o clima ideal. Caso o clima esteja muito úmido e chuvoso, as artesãs costumam não produzir suas peças, pois elas demoram muito tempo para secar adequadamente, sendo que quando o fazem, o tempo de secagem costuma aumentar consideravelmente, chegando a durar de dez a quinze dias (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 11);

11- Pintura final: Depois de secas, as peças recebem uma pintura decorativa, para a qual as mulheres Terena utilizam uma mistura do barro branco e água que é aplicada na cerâmica com um graveto. Os grafismos utilizados nesta etapa são temas característicos da cultura indígena Terena que são passados ao longo das gerações entre as mulheres Terena (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 11);

Imagem 17: Artesãs Terena realizando a pintura final nas peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

12- Queima da cerâmica: Concluídas todas estas etapas, as peças de argila estão prontas para queima, a qual costuma ser feita ao ar livre, podendo também ser feitas em fornos construídos pela comunidade. No caso da queima feita ao ar livre, são escavados buracos na terra, em geral com cerca de um metro de diâmetro e trinta centímetros de profundidade (podendo variar de acordo com o tamanho e formato e quantidade das peças), ao fundo dos quais são colocados gravetos secos e uma base para sustentação das peças (esta pode ser metálica, de pedra ou mesmo de material cerâmico), as quais são acomodadas e completamente cobertas com lenha e gravetos, os quais são queimados por menos de uma hora. As artesãs batem uma vara de taquara na superfície da peça para verificar o ponto de queima pela sonoridade emitida por esse delicado contato. Neste tempo a cerâmica fica pronta sem que as peças fiquem manchadas (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 11 a 12);

Imagem 18: Artesãs Terena carregando lenha e preparando a queima das peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

Imagem 19: Artesãs Terena preparando e iniciando a queima das peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

Imagem 20: Artesãs Terena realizando a queima das peças



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

13- Retirada das peças do forno: Finalizada a queima das peças, as artesãs Terena as retiram do fogo com muito cuidado, utilizando foices ou vergalhões em cabos de madeira. A utilização destes materiais se faz necessária para que não ocorram manchas indesejáveis nas peças finalizadas (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 12).

Imagem 21: Artesãs Terena retirando as peças após a queima



Fonte: Francisco Moreira da Costa – Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS (acervo fotográfico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN)

3.2 – Oficialização do Registro do Bem Imaterial como Patrimônio Cultural e a evolução da atividade ceramista entre os Terena de Mato Grosso do Sul

Decorridas as etapas de inventário, estudos técnicos, elaboração de dossiê, procedimentos processuais e burocráticos, a Fundação de Cultura de MS, na época sob a gestão do então Diretor-Presidente Pedro Sérgio Lima Ortale, se posicionou favorável ao “Tombamento Histórico” da Cerâmica Terena por meio do Ofício N.º 0892/2004/GAB.DIRETOR-PRESIDENTE/FCMS (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 130) dirigido ao Conselho Estadual de Cultura de MS.

O Conselho Estadual de Cultura de MS era presidido naquele período por Silvio Di Nucci, que estava à frente da então Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, à qual a Fundação de Cultura de MS estava ligada administrativamente naquela época. Silvio Di Nucci assinou em 13 de abril de 2004 um edital que deferia o pedido de Tombamento Provisório da Cerâmica Terena, o qual foi publicado no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul em 28 de abril de 2004.

Como já dissemos anteriormente, este termo, “tombamento”, não se aplica a um bem de natureza imaterial (o conhecimento tradicional das mulheres Terena no modo de fazer a cerâmica) e só foi corrigido anos depois, quando do registro definitivo do bem.

Assim se pronunciou o Conselho Estadual de Cultura quanto ao Registro definitivo do modo de fazer da cerâmica Terena como Patrimônio Cultural ocorrido em 2009:

O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MS, compulsando os presentes autos verificou que:

1. A Cerâmica Terena é um Patrimônio Cultural Imaterial pertencente a uma etnia de significativo valor para a identidade sul-mato-grossense e sua preservação representa a continuidade de uma das manifestações mais representativas da cultura indígena em nosso Estado;
2. O que se pretende registrar como proposta de “tombamento”, não é a cerâmica em si, mas sim, o processo que envolve o seu **modo de fazer**;
3. A Gerência de Patrimônio Histórico através da manifestação de sua Gerente NEUSA NARICO ARASHIRO destacou que já havia registro neste processo da autorização do “tombamento provisório” deste bem em ato publicado em Diário Oficial no ano de 2.004;
4. Nenhuma outra atitude oficial daquela data em diante foi tomada para que este processo fosse devidamente contemplado materializando seu objetivo na forma em que fora requerido;
5. O Processo encontra-se devidamente instruído atendendo todas as normas e metodologia do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional;

6. Existe nos autos manifestação do Corpo Técnico da FCMS favorável ao “tombamento” definitivo do bem.

7. Plenária da Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 29 de maio de 2009, depois de analisado todo o processo, opinou pelo “tombamento” definitivo do bem.

8. Dado todo o acima exposto, o CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MS recebeu a proposta como viável e a seguir deliberou.

DO PARECER

Analisado o PROCESSO 39/101.260/2003, nós Conselheiros Titulares baixo assinados, concluímos que o mesmo encontra-se REGULAR uma vez que a documentação exigida pelas normas que regulamentam a matéria se fazem nele presentes. Face ao exposto, verificamos que não existe nenhum impedimento para sua aprovação definitiva sendo, portanto, oportuna e conveniente a sua efetiva e regular tramitação. Recomendamos que o Processo seja devolvido à Fundação de Cultura de MS para que, aos costumes, providencie a publicação no Diário Oficial do Estado [caso decida favoravelmente acatando este nosso parecer] para manifestação dos interessados, com a ressalva seguinte: trata-se na verdade de **“REGISTRO DE BEM IMATERIAL”** e não de “TOMBAMENTO”.

Sendo assim recomendamos que após a publicação da decisão declarando o bem como patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado, seja feita a sua INSCRIÇÃO no **“LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES”** (MATO GROSSO DO SUL, 2003b, p. 134, grifo do autor).

O Resumo da Decisão do Conselho Estadual de Cultura de MS acima transcrito na íntegra como se encontra no processo de registro, foi publicado em Diário Oficial em 14 de agosto de 2009, sendo posteriormente feita a inscrição do bem cultural no Livro de Registro dos Saberes, o qual se encontra sob a guarda da Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da FCMS, oficializando assim, em definitivo, o Registro de Bem Imaterial do modo de fazer da cerâmica Terena como Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sob coordenação do Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, foi desenvolvido entre 2016 e 2017 o projeto “Artesanato Indígena, Mudanças e Inovações tecnológicas em Mato Grosso do Sul”. Este projeto, realizado de maneira interinstitucional e contando com pesquisadores da Universidade Anhanguera – Uniderp, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, artistas visuais e outros ligados à gestão cultural pública, resultou em vários trabalhos publicados.

Vale apresentar aqui a análise apresentada por Alves (2020) acerca da evolução da atividade ceramista entre indígenas de Mato Grosso do Sul. O pesquisador faz esta análise observando as três etnias que atualmente desenvolvem cerâmicas tradicionais em Mato Grosso do Sul – Terena, Kadiwéu e Kinikinau:

Hoje os principais polos de produção de arte oleira indígena em Mato Grosso do Sul se concentram em quatro municípios. Miranda e Aquidauana produzem cerâmica Terena. Em Porto Murtinho predomina a cerâmica Kadiwéu. A aldeia São João, na reserva Kadiwéu de Porto Murtinho, reúne também ceramistas da etnia Kinikinau. Em Campo Grande, artesãos Terena e Kadiwéu vêm se concentrando e constituindo núcleos oleiros. (ALVES, 2020, p. 11).

Observa-se assim que as atividades ceramistas tradicionais das etnias estudadas pelo pesquisador têm maior presença nos municípios de Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho e Campo Grande, sendo que esta produção tem escoamento principalmente nas cidades turísticas do estado:

Os artefatos produzidos são distribuídos por postos de comercialização estatais e privados, das principais cidades turísticas do estado. Ao longo do trabalho de levantamento de campo, realizado entre 2010 e 2014, os principais postos foram visitados. As observações mais relevantes aconteceram nas unidades da Casa do Artesão, localizadas em Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, no Memorial da Cultura Indígena da Prefeitura Municipal de Campo Grande e no Centro de Referência da Cultura Terena da Prefeitura Municipal de Miranda. Também foram importantes as observações realizadas em pequenos estabelecimentos comerciais especializados localizados em Campo Grande, Corumbá e Bonito, bem como em lojas de postos de gasolina distribuídos ao longo da BR 262 entre Campo Grande e Corumbá. (ALVES, 2020, p. 10).

Quanto à cerâmica produzida pelos Terena, objeto de nossa pesquisa, é ressaltada pelo autor sua origem de função utilitária, voltada para o atendimento a necessidades internas do grupo, tais como armazenamento, preparo e consumo de alimentos:

Nas origens os produtos cerâmicos Terena tinham caráter utilitário e atendiam, exclusivamente, às necessidades da própria etnia. Eram valores de uso tão somente, utensílios que, por sua resistência, ajustavam-se ao atendimento de necessidades básicas das famílias indígenas. Eram instrumentos que se aplicavam ao armazenamento de água, à preservação e ao cozimento de alimentos, bem como ao próprio ato de alimentação. (ALVES, 2020, p. 19).

Com isso, a relevância comercial observada era limitada até os anos 1960, sendo que Alves observa que neste período apenas poucas famílias desenvolviam as atividades ceramistas, havendo também pouca procura destes itens por parte dos turistas (2020, p. 16-17), fato que passará por mudanças à partir dos anos 1970:

Contudo na década de 1970 ocorreu a intensificação do comércio de produtos cerâmicos Terena, idêntico ao observado em relação aos similares Kadiwéu. A mesma curiosidade é despertada no sentido de se entender as causas desse fenômeno.

[...] os Terena, desde o contato inicial com a sociedade capitalista, passaram por um processo de integração progressivo. No presente eles vivem situações de contato das mais diversas. Algumas aldeias continuam afastadas, mas as trocas com as cidades são intensas. Outras já ganharam a condição de aldeias urbanas. Há, ainda, os contingentes que se deslocaram para as cidades e que ocasionalmente, reconcentram-se em bairros periféricos, mas não sob a forma de aldeias urbanas. Essas diversas alternativas são visíveis, claramente, em municípios como Miranda, Aquidauana e Campo Grande. (ALVES, 2020, p. 17).

Esse crescimento na procura pode estar aliado a vários fatos, entre eles podemos destacar o crescimento populacional ocorrido no último meio século, principalmente em Campo Grande, capital do estado criado no final dos anos 1970 e “seu principal polo urbano”, que deixou de lado as características de “acanhada cidadezinha do interior”, saltando de cerca de 100 mil habitantes nos anos 1970 (ALVES, 2020, p. 19) para mais de 900 mil habitantes atualmente, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Some-se a isso “os levantes sociais indígenas pós 70, que proporcionaram as bases para o desenvolvimento do movimento indígena, possibilitando, entre outras, a abertura para a valorização das identidades étnicas” anos depois (SANT’ANA, 2009, p. 48).

Com esse crescimento populacional, somado à procura de itens cerâmicos pelos turistas, ocorre uma ressignificação destes, pois, segundo Alves, “cinco décadas atrás, os utensílios cerâmicos ainda se resumiam à moringa, à panela, ao pote, ao vaso, à jarra, à tigela, ao instrumento utilizado durante as refeições, chamado *xulukiho*” (2020, p. 19), no entanto, atualmente ocorre a “miniaturização” destes itens, facilitando o seu acondicionamento e transporte nas bagagens dos turistas, além da confecção de peças zoomorfas que remetem animais presentes na fauna e cotidiano dos indígenas, assim como de peças decorativas e adaptadas a outras funções (ALVES, 2020, p. 22-23).

Vale registrar também uma novidade recentemente introduzida na cerâmica Terena foi observada em pesquisa realizada por Francelina Albuquerque Chaves, pesquisadora com ascendência Terena. Chaves observou a cerâmica produzida pela artesã Rosenir Batista e sua família, na aldeia Cachoeirinha, onde “algumas peças passaram a ganhar a coloração preta, oriunda de um mineral de cor escura e brilhosa, chamado ‘pedra canga’” (CHAVES, 2015, p. 72). Segundo Chaves, a artesã Rosenir observa que o uso da pedra canga em substituição ao barro vermelho:

[...] assegura um diferencial ao artefato. Ela afirma que o mineral é difícil de ser encontrado e que nem todas as artesãs o utilizam. O mineral é quebrado e triturado em pilão. Ao pó é adicionado água, mistura usada para dar a tonalidade preta à peça, obtida após a aplicação de duas demãos. A líder artesã informa que uma única demão confere à peça cerâmica a cor marrom. (CHAVES, 2015, p. 41).

Imagem 22: Peças de Cerâmica Terena com cores preta e vermelha produzidas por Rosenir Batista e expostas à venda na Casa do Artesão



Fonte: Douglas Alves da Silva – Casa do Artesão, Campo Grande/MS, 28 de outubro de 2020 (acervo fotográfico do autor)

Mais à frente, no mesmo trabalho, Chaves defende essas mudanças:

Observações criteriosas revelaram neste trabalho que novos padrões foram inseridos no artesanato Terena, passando a figurar, em algumas peças, a cor preta, decorrente da pintura com o pó da pedra canga, encontrado e coletado na área da aldeia. Esse achado enriquece consideravelmente os registros atuais, já que sinaliza o dinamismo existente entre as artesãs, que buscam novas possibilidades e aumento nas vendas. (CHAVES, 2015, p. 64-65).

Para Alves, essa tonalidade que varia do marrom ao preto, como observado acima, provavelmente resulta do manganês presente na pedra canga, que contrasta com o tradicional vermelho da hematita presente no barro vermelho (ALVES, 2020, p. 26).

Segundo Chaves:

Foi observado no Centro Referencial da Cultura Terena, peças com pigmentação escura. São produzidas apenas pelo núcleo familiar da artesã Rosenir. A artesã Jaqueline, prima de Rosenir, por influência desta também tem utilizado esse recurso, além da artesã Valentina. Rosenir relata que queria um diferencial em suas peças, por isso começou a usar a coloração preta. (CHAVES, 2015, p. 49).

Essa busca de “um diferencial” nas peças produzidas pelas artesãs citadas por Chaves vem a somar com outras adaptações e ressignificações citadas anteriormente, como a produção de peças decorativas que fazem alusão aos animais e ao cotidiano das comunidades indígenas, a peças decorativas e mesmo à miniaturização de utensílios para fins também decorativos e não domésticos, visando com isso atender o crescente mercado consumidor.

Dados apresentados por Brito (2020) entre os anos de 1990 a 1994, revelam um substancial crescimento do comércio de peças cerâmicas Terena na Casa do Artesão de Campo Grande, onde a autora observou um salto de 36 peças comercializadas em 1990 para 695 peças em 1994 (BRITO, 2020, p. 53). Quanto à rede comercial montada pelos Terena, a mesma pesquisadora acrescenta:

Quanto à comercialização, a rede montada pelos Terena envolvia mais opções do que aquela existente entre os Kadiwéu e Kinikinau. Assim, além de venderem seus produtos diretamente nas cidades próximas (Miranda, Aquidauana, Anastácio, Sidrolândia, Nioaque e Campo Grande), de porta em porta, também o faziam em locais previamente construídos com essa finalidade, contando com infraestrutura municipal: em Aquidauana, por exemplo, havia um rodízio entre as aldeias durante a

semana para ocuparem a área reservada pela Prefeitura Municipal para essa finalidade. Em Campo Grande, contavam com uma área urbanizada em frente ao Mercado Municipal. (BRITO, 2020, p. 52-53).

Esse espaço situa-se em frente ao Mercado Municipal de Campo Grande e é muito conhecido entre os campo-grandenses que compram itens comercializados pelas mulheres Terena, que vão desde alimentos produzidos nas aldeias, como milho, tomate, feijão, outros frutos do extrativismo como guavira, pequi, palmito e mesmo peças cerâmicas produzidas na aldeia. Em Miranda foi criado o já citado Centro Referencial da Cultura Terena que comercializa peças oriundas da Aldeia Cachoeirinha.

No entanto, Brito ainda levanta a reflexão acerca da subsistência dos Terena:

Em que pese o crescimento do comércio das cerâmicas também entre os Terena, tal atividade, somada àquelas outras presentes nas reservas e lembradas anteriormente, não era suficiente para garantir a sobrevivência desse grupo em condições de dignidade. A *changa*, ou seja, o trabalho volante em fazendas próximas das reservas ou em atividades agrícolas relacionadas às usinas de álcool em Mato Grosso do Sul, por exemplo, no caso principalmente dos homens; o emprego doméstico na região para as mulheres. (BRITO, 2020, p. 54, grifo nosso).

Algo que também é observado por Sant'Ana, a qual no entanto alerta sobre a fluidez e continuidade destas migrações que ocorrem de maneira contínua:

Vários autores ressaltaram o trânsito dos Terena entre os diferentes espaços (TIs/cidades) ao longo da história, destacando, nesse processo: o trânsito e comércio nas cidades desde os tempos da Colônia; as viagens, já no século XX, motivadas pelos trabalhos em refinarias ou nas fazendas; as viagens com o intuito de uma formação escolar; as mudanças por motivos relacionados a conflitos (religiosos, familiares, políticos) nas TIs; bem como os fluxos mais “definitivos” para as cidades, com a formação de núcleos e uma ampla rede familiar. Esses diferentes fluxos apontam que o processo não é estanque e de mão única, ao contrário, o processo de trânsito faz parte de um contínuo que alterna momentos de fixação com mudanças constantes. (SANT'ANA, 2009, p. 44).

Esse e outros motivos apontados por Brito e Sant'Ana acabam favorecendo a migração indígena para o ambiente urbano, como o caso da formação de núcleos Terena em Campo Grande observado por Vietta. É destacada por essa pesquisadora a presença Terena na capital de Mato Grosso do Sul, proveniente, segundo a mesma, da busca por outras oportunidades sociais e econômicas, haja vista que observavam nas terras natais e seus entornos oportunidades comerciais sem alta lucratividade além de que, “a baixa

escolaridade e a mão de obra não especializada os direciona para trabalhos árduos e mal remunerados”, fazendo com que membros do grupo migrassem para grandes centros em busca de “oportunidades mais generosas, além do investimento na formação escolar e profissional”, maior proximidade ao atendimento da saúde pública, ou mesmo o distanciamento de “crises familiares e políticas” (VIETTA, 2015, p. 99).

A prefeitura municipal de Campo Grande, por meio de seu Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC), fomentou um projeto de pesquisa que também cabe registro em nosso trabalho. A citada pesquisa, ocorrida em 2012, três anos após o registro do modo de fazer a cerâmica Terena como Patrimônio Estadual, foi conduzida pela Antropóloga Katya Vietta. A citada pesquisa visava demonstrar a presença e relevância do processo produtivo tradicional da cerâmica pelas mulheres Terena no município de Campo Grande, bem, como a consequente disponibilidade deste produto ao mercado consumidor neste município:

Em Campo Grande habitam diversas ceramistas terena, porém dificuldades para acessar à matéria-prima e escoar a produção levou a maioria delas a abandonar o ofício, o que também significa abandonar a transmissão das técnicas de coleta dos barros e das madeiras, de fabrico e de queima das peças e dos demais saberes associados a estas práticas. (VIETTA, 2015, p. 98).

Destacamos o comércio direto dos Terena no espaço citado anteriormente, em frente ao Mercado Municipal, na Praça Oshiro Takimori. A “Feira Indígena” ou mesmo “Feirinha”, como é conhecida na região, tem sua ocupação pelos Terena remontada ao ano de 1967, com melhorias fomentadas pela prefeitura de Campo Grande no ano de 1988, quando foram construídos três quiosques para adequar a estrutura solicitada pelos Terena (VIETTA, 2015, p. 100).

Vietta observou em sua pesquisa que existia também em Campo Grande a presença de ceramistas Terena em atividade, apesar das variadas dificuldades apontadas na manutenção de sua atividade tradicional dentro do ambiente urbano da capital do estado:

Ao longo da pesquisa conheci as ceramistas Teresa, Sabina, Élide, Sueli, Márcia, Ilda, Maurícia, Maria, Maria Euzébio, Adélia e ouvi falar a respeito de Suzana, Lucila, Eva, Ramona e Alvina, mas há outras, para as quais me foi indicado apenas o bairro onde residem. Suzana trocou a produção da cerâmica pelo comércio na feira. Maria e sua irmã preferiram trocá-la pela estabilidade de empregos fixos, assim como Maurícia que hoje é diarista. Às dificuldades para obter a argila ou as madeiras adequadas para a queima do barro, além do desconhecimento das redes

comerciais locais, fizeram com que Ilda, Maurícia, Maria Euzébio e Adélia deixassem de trabalhar com o barro quando mudaram para Campo Grande. Eva e sua filha Ramona eventualmente se envolvem com a produção de peças, mas não tive oportunidade de conversar com elas. Desconheço a origem delas e de Alvina, mas as demais nasceram e viveram parte de sua vida na TI Cachoeirinha. (VIETTA, 2015, p. 109).

Observa-se assim que as artesãs entrevistadas são também provenientes a Aldeia Cachoeirinha, já apontada como o principal polo produtor de cerâmica Terena do estado. A dificuldade de se obter a matéria prima adequada para a confecção da cerâmica é um grande empecilho, porém, algumas artesãs, com ressalvas, têm feito uso do barro encontrado em Campo grande, apesar de sua qualidade não ser satisfatória, como descrito por Vietta:

Algumas ceramistas já se utilizaram de barreiros localizados em Campo Grande. O barro cinza – único existente nesta região – pode ser encontrado nos bairros União, Moreninhas e Nova Lima, junto à nascente localizada na reserva ambiental da Água Bonita. Para a maioria das ceramistas, estes depósitos contêm um barro "sujo" e de pouca consistência. Mas de acordo com Ilda Antonio Francelino, pelo menos “*o barro encontrado na Moreninhas é bom. É que o pessoal está acostumado com o barro de Miranda [Cachoeirinha]. O barro da aldeia é bem pretinho, esse daqui [da Moreninhas] parece que tem ferrugem*”. (VIETTA, 215, p. 105, grifo do autor).

No que diz respeito ao comércio das peças, Vietta destaca o Memorial da Cultura Indígena, importante espaço de salvaguarda cultural, assim como de organização político-social e de comércio do artesanato Terena, que está localizado dentro da Aldeia Urbana Marçal de Souza:

O *Memorial da Cultura Indígena*, localizado na Marçal de Souza, Rua Terena s/n, foi inaugurado em 1999, juntamente com a “aldeia urbana”. A arquitetura, inspirada na ema (animal importante na cosmologia terena), é comumente descrita como simulando “duas ocas” (ou casas circulares). O prédio maior representa o corpo, o espaço menor a cabeça e o corredor que os interliga, o pescoço do animal. O prédio maior, fechado e parcialmente envidraçado, abriga no térreo a exposição e o comércio. O mezanino é reservado para as oficinas de artesanato e depósito de material. O prédio menor é aberto, abrigando diferentes eventos sociais e culturais promovidos pela população local ou por órgãos públicos. A área é de 340m², sendo 280m² no primeiro piso e 60m² de mezanino. O acervo do *Memorial* contempla peças Terena, Kadiwéu e Guarani. Seus preços são estipulados pelos próprios artesãos e 10% do valor final é revertido à casa para custear a sua manutenção. (VIETTA, 2015, p. 126, grifo do autor).

A organização social e política são de grande relevância para que a sociedade avance em direção a políticas públicas que favoreçam e valorizam os conhecimentos tradicionais indígenas, algo que felizmente vem acontecendo, mesmo que a passos lentos, neste século:

Assim, em 2003 organizou-se o Núcleo de Produção Cerâmica Terena, relacionado à Associação de Artesãos Indígenas, situado em Campo Grande; em 2004 surgiu a Associação dos Ceramistas Kinikinau; e em 2005 foi criada a Associação de Mulheres Indígenas Terena de Cachoeirinha. A essas organizações, junto aos seus “amigos” (incluindo-se aí as universidades), como lembra o líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, cabe à tarefa, hoje, de fazer valer os direitos de cidadania dos grupos indígenas na luta por condições cidadãs de vida. (BRITO, 2020, p. 72).

Em consonância com Brito, Vietta observa que o papel dessas ações está diretamente ligado à praticidade de se ter “uma solução mais à mão para alavancar diferentes lutas políticas e culturais dos povos indígenas”, o que, no entanto, nem sempre faz com que as “expectativas e aos investimentos pessoais e financeiros” sejam satisfatórios, que podem, como nos alerta Vietta, levar ao “descrédito ou a inoperância de muitos” líderes desses espaços (VIETTA, 2015, p. 124). Essa possibilidade de ausência de credibilidade pode vir a acarretar na descontinuidade de ações, prejudicando assim o grupo.

Vale ainda lembrar a importância que a atividade ceramista confere às artesãs Terena, tanto dentro quanto fora de sua comunidade (VIETTA, 2015, p. 108), pois essa atividade continua sendo realizada pelas mulheres, as quais são detentoras e transmissoras desse conhecimento tradicional, o qual, apesar de seu atual caráter comercial, continua seguindo ritos e regras rituais típicos de conhecimentos ancestrais que continuam ainda hoje sendo transmitidos de geração para geração (SEBASTIÃO, 2018, p. 140-149).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos uma descrição analítica do processo de registro da cerâmica Terena enquanto patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul. O registro, ocorrido de forma definitiva no ano de 2009, faz referência ao conhecimento tradicional das artesãs Terena – o modo de fazer a cerâmica. Tal conhecimento que estas mulheres passam de geração para geração, ficou marcado na cultura Terena, sendo também reconhecido oficialmente por sua relevância na formação histórica e cultural sul-mato-grossense.

Podemos dizer, com base nesse processo analisado, que a cerâmica Terena está presente na identidade regional do estado de Mato Grosso do Sul e no imaginário dos sul-mato-grossenses. As peças podem ser encontradas em lojas de artesanato regional espalhadas pelo estado, em variados municípios e em variados modelos e tamanhos. Também é possível encontrar peças dessas cerâmicas expostas em museus, o que ressalta tanto suas qualidades artísticas quanto sua relevância e reconhecimento para a cultura local.

Pretendemos que os resultados obtidos por meio desse trabalho sejam utilizados como material de apoio aos professores, principalmente na disciplina de História do Ensino Básico, colaborando com o processo de ensino-aprendizagem no estudo de temáticas étnico-raciais, educação patrimonial, cultura, patrimônio cultural e mesmo aspectos da história regional do estado de Mato Grosso do Sul, assim como fonte de dados relativos à temática abordada.

Esta proposição também se ampara no atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante à temática étnico-racial, de acordo com a Lei nº 11.645/2008 que deu nova redação ao Artigo 26-A, adicionando a história e cultura indígena à afro-brasileira que já havia sido inserida ali anos antes por meio da Lei 10.639/2003. A citada Lei nº 11.645/2008, em seu Artigo 26-A, determina:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Observamos, no entanto, no que diz respeito ao ensino da cultura e história dos povos indígenas, a existência de uma certa generalização na forma com que este conteúdo vem sendo abordado em sala de aula, quando apoiado apenas nos livros didáticos, os quais podem tratar as culturas indígenas de forma a não explorarem sua pluralidade.

Como lecionar sobre os povos indígenas, se é fácil constatar que a imensa maioria do professorado na Educação Básica desconhece a população indígena em nosso país e nem sabe quantos brasileiros se autodeclararam índios no censo IBGE/2010? Como tratar dos povos indígenas, se no senso comum e no ambiente escolar apenas se conhecem os índios da Região Norte e do Xingu?

[...]

Como superar a visão comumente exótica sobre os povos indígenas em sala de aula, para substituí-la por uma abordagem crítica? Essas e outras questões permeadas de desinformações, equívocos, ignorância generalizada e, portanto, preconceitos contra ‘os índios’ são grandes desafios para o ensino da história indígena e para as reflexões sobre esse tema. (SILVA, 2012, p. 213-214).

Estas importantes questões levantadas por Silva (2012) nos mostram a fragilidade ainda existente na abordagem de tão importante conteúdo, propagando conceitos pré-estabelecidos, desinformações e equívocos, afastando professores e alunos de discussões mais críticas e profundas sobre a temática. Sobre esta generalização equivocada, Silva continua:

Onde estão os índios? A imensa maioria da população brasileira – até mesmo pessoas mais esclarecidas – responde que não sabe. O pouco conhecimento está associado basicamente à imagem do indígena tradicionalmente veiculada pela mídia: um ‘índio genérico’, com biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos habitantes da Região Amazônica e do Xingu: cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas, falantes de uma língua estranha. (SILVA, 2012, p. 215).

Apesar dos estereótipos apontados na reflexão apresentada pelo autor, o mesmo reconhece os avanços, ainda que lentos e tardios, em benefício da população indígena. A própria adequação da LDB por meio da Lei nº 11.645/2008 é exemplo desses avanços (SILVA, 2012, p. 217-218), ainda que com ressalvas:

No âmbito da escola/educação formal, em seus vários níveis, pode-se constatar muita ignorância que resulta em distorções a respeito dos indígenas. A Lei 11.645 de março de 2008, que tornou obrigatório o ensino de história e culturas indígenas nos currículos escolares no Brasil, ainda que careça de definições mais completas, possibilita a superação dessa lacuna na formação escolar. (SILVA, 2012, p. 219-220).

De encontro ao que propomos neste trabalho, a capacitação e promoção de formações constantes que atinjam quadros técnicos e pedagógicos, deve ser algo que pode colaborar não apenas com a efetiva implementação da lei, mas também para combater as citadas ignorâncias, distorções e estereótipos que levam ao racismo ainda latente em nossa sociedade.

Somado a isso, Silva também propõe a realização de pesquisas, com produções e publicações científicas que abordem esta importante temática com a relevância que lhe é necessária (2012, p. 220). Sobre essa abordagem, Silva e Rebolo (2017) observam aqui a importância do trabalho conjunto do professor e da escola, os quais:

[...] fortalecer os diálogos e as negociações no sentido de viabilizar a compreensão e o entendimento do processo de construção das diferenças dentro da diversidade cultural presentes em sociedades plurais, na tentativa de superar preconceitos culturais, além da apropriação das reivindicações e das lutas por reconhecimento da diferença e da cultura empreendida pelos movimentos sociais e, principalmente, (re)conhecer o 'outro' e respeitá-lo como sujeito nesse espaço intercultural. (SILVA; REBOLO, 2017, p. 189).

Neste ponto, devemos depositar nossas esperanças no trabalho docente, como posto por Candau:

Acreditamos no potencial dos educadores para construir propostas educativas coletivas e plurais. É tempo de inovar, atrever-se a realizar experiências pedagógicas a partir de paradigmas educacionais "outros", mobilizar as comunidades educativas na construção de projetos político-pedagógicos relevantes para cada contexto. (CANDAU, 2016, p. 807).

Mais à frente, a mesma autora continua:

Para o desenvolvimento de uma educação intercultural, é necessário trabalhar o próprio "olhar" do/a educador/a para as questões suscitadas pelas diferenças culturais, como as encara, questionar seus próprios limites e preconceitos e provocar uma mudança de postura. (CANDAU, 2016, p. 815).

Em suma, precisamos aliar escola e sociedade, capacitar corpo técnico e docente para superar eventuais preconceitos, generalizações e estereótipos, valorizando assim a pluralidade. Entendemos que novos materiais precisam ser produzidos, de forma a explorar as particularidades de cada região do país, com vistas a atrair o estudante para uma temática que muitas vezes se encontra próxima, promovendo com isso o ensino de uma cultura indígena de grande presença numérica na sociedade sul-mato-grossense, o que poderia aproximar os educandos da temática a ser estudada.

O exemplo que nos utilizamos para nossa proposta inicial vai neste caminho: o Mato Grosso do Sul tem representatividade numérica (segunda maior população indígena em nível estadual), tem pluralidade étnica (ao menos nove diferentes etnias) e cultural (a pluralidade dessas culturas é salutar, tendo línguas, costumes, práticas cotidianas que se destacam, além de suas diferentes práticas artesanais).

Danças, músicas, cerimônias rituais, pinturas corporais, cerâmica, artesanato, linguagens, além dos costumes, do modo de fazer seus artefatos, entre outros aspectos, variam de etnia para etnia, sendo algo único de cada cultura e que deve ser salvaguardado para a posteridade. (SILVA; FIGUEIRA; LACERDA, 2019, p. 1561).

Essa pluralidade toda nos abre uma grande variedade de possibilidades, com múltiplas formas de abordagens, explorando particularidades culturais que podem levar a dar suporte efetivo ao processo de ensino-aprendizagem. No caso Terena, temos ainda o fato de que esta etnia é detentora de um conhecimento tradicional oficialmente reconhecido como patrimônio cultural do estado em questão (Mato Grosso do Sul). Neste sentido,

[...] ainda que seja possível verificar um avanço na escola atual, no que diz respeito às práticas escolares e às diferenças culturais, também é necessário e relevante promover o estímulo para produção de mais trabalhos que abordem temáticas relacionadas às práticas escolares e ao trabalho dos professores em uma perspectiva que contemple a diversidade cultural. (SILVA; REBOLO, 2017, p. 181).

Este material não pretende substituir ou depreciar outros, mesmo os livros didáticos disponibilizados na educação básica. Esta proposta visa subsidiar novas discussões sobre a temática indígena e incentivar novas pesquisas e edição de novos materiais que abordem o protagonismo das etnias indígenas presentes no estado de Mato Grosso do Sul e sua disponibilização para professores e alunos da educação básica.

Em suma, esse é apenas um de vários passos que foram ou que precisam ser dados rumo a um processo educativa mais democrático, em direção à valorização dos conhecimentos adquiridos e repassados pelas comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: Manuel Ferreira Lima Filho; Jane Beltrão; CorneliaEckert. (Org.).

Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 262-285.

ALVES, Gilberto Luiz. Utensílio, objeto de arte e mercadoria: a cerâmica indígena em Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz. (Org.). **Temas Indígenas Sul-mato-grossenses.** Curitiba/PR: Appris, 2020, p. 9-35.

AZARA, Felix. **Viajes por la America del Sur de Don Félix de Azara, Comandante de la Comisión de Limites Española en la Sección del Paraguay, desde 1789 hasta 1801.** en los cuales se dá una descripción eográfica, política y civil del Paraguay y Rio de la Plata: la historia del descubrimiento y conquista de dichos países, con numerosos detalles sobre la historia natural y sobre los Pueblos Salvajes, que habitan en la expresa rejión, á la que se acompaña una exposicion de los medios empleados para sujetar y civilizar a los naturales de la citada seccion de la América. Bernardino Rivadavia, Prólogo de Florencio Varela. Biblioteca del Comercio del Plata, 2 tomos, Montevideo, 1850. Disponível em: <<https://ia800908.us.archive.org/19/items/viajesporlaamer00rivagoog/viajesporlaamer00rivagoog.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BALDUS, Herbert. Lendas dos Índios Tereno. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. IV, 1950.

BITTENCOURT, Circe Maria, LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena.** Brasília/DF: MEC, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, **Decreto nº 84.198/1979**, de 13 de novembro de 1979. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL, **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, **Lei nº 6.757/1979**, de 17 de dezembro de 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6757.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL, **Medida Provisória nº 610**, de 9 de setembro de 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/610.htm>. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL, **Medida Provisória nº 870**, de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1.058**, de 27 de julho de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1058.htm#art1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. Revisitando as propostas e as recomendações do PCBAP para a adoção de políticas públicas voltadas às etnias indígenas de Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz. (Org.). **Temas Indígenas Sul-mato-grossenses**. Curitiba/PR: Appris, 2020, p. 37-75.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1978.

BURKE, Peter. **O que é Cultura?** Trad. Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2008.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufragios y Comentarios**. 3. ed. Madrid: Edición de Roberto Ferrando, 1985.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às Regiões Centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Alagôos/Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. Trad. de André Dione Fonseca; Eduardo de Melo Salgueiro. **Revista Fronteiras**, v. 13, nº 24, p. 15-29. Dourados/MS: UFGD, jul./dez. 2011.

CHAVES, Franceline Albuquerque. **A Produção da Cerâmica Terena da Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Campo Grande/MS: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2015.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado, 3ª ed. São Paulo/SP: UNESP, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Im-D_mGVbTEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1999.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e**

Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-mato-grossense (1830-1910).

Dourados/MS: Ed. UFGD, 2011

GUERRA, Susana Cordeiro Guerra, RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Na mídia:** IBGE sai em defesa do orçamento do Censo 2021, 23/03/2021. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30350-ibge-sai-em-defesa-do-orcamento-do-censo-2021>>. Acesso em 02 abr. 2021

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das Coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: **Revista Patrimônio**. Museus. Iphan. N. 31, 2005, p. 220-233.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília/DF: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília/DF: IPHAN, 2000.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Histórico, conceito e processos**. Brasília/DF: IPHAN, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Processo nº 39/100.925/03 da Fundação de Cultura de MS**, de 15 de outubro de 2003 (Assunto: Solicita contratação a fim de recuperar os ícones com ênfase nos processos tradicionais de produção cerâmica, Programa Fome Zero, Termo de Cooperação Técnica nº 1.763/2003). Campo Grande/MS, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. **Processo nº 39/101.260/03 da Fundação de Cultura de MS**, de 22/12/2003 (Assunto: Tombamento da Cerâmica Terena). Campo Grande/MS, 2003.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidades e Práticas Agrícolas:** premissas para o desenvolvimento local em Comunidades Terena de MS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Campo Grande/MS: UCDB, 2006.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **As estratégias de inserção dos índios Terena:** da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Tese (Doutorado em História). Assis/SP, UNESP, 2006.

NORA, Pierre; Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 10, dez. 1993, p. 07-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Matrimônio e solidariedade tribal Terena: uma tentativa de análise estrutural. **Revista de Antropologia**, São Paulo/SP, VII, p. 31-48, 1959. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110390/108940>>. Acesso em:

06 jul. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna**. Prefácio de Darcy Ribeiro. 2. edição revista. Rio de Janeiro/RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

OLIVEIRA, Eder Alcântara. **História dos Terena da Aldeia Buriti: memórias, rituais, educação e luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados/MS, UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados/MS, v. 1, n. 2, jul/dez 2007.

RICHARD, Nicolás, COMBÈS, Isabelle. O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul. In. CHAMORRO, Graciela, COMBÈS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2015, p. 231-248.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: Emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, abr. 2015.

SANT’ANA, Graziela Reis de. **História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas/SP: UNICAMP, 2009.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. **O Protagonismo das Seno Têreno: Mulheres Terena**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo/SP: PUC/SP, 2018.

SCHMIDEL, Ulrich. **Viaje al Río de la Plata: (1534-1554)**. notas bibliográficas y biográficas por el Teniente General Don Bartolomé Mitre; prólogo, traducciones y anotaciones por Samuel Alejandro Lafone Quevedo, Publicación original: Buenos Aires, Cabaut y Cía., 1903, Edición digital basada en la de Buenos Aires, Cabaut y Cía., 1903. Alicante, Espanha: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/viaje-al-rio-de-la-plata-1534-1554/>>. Acesso em 02 dez. 2020.

SILVA, Douglas Alves da. **Marçal de Souza Tupã-Y: uma voz que nunca se calará**. Monografia (Especialização em Culturas e História dos Povos Indígenas), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS: UFMS, 2015.

SILVA, Douglas Alves da; FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento; LACERDA, Léia Teixeira. Apontamentos sobre a história da educação brasileira e a valorização da cultura indígena em Mato Grosso do Sul. In: **Anais do VIII Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Educação de Mato Grosso do Sul “Perspectivas para a política educacional e a formação docente”**. Dourados/MS: UFGD, 2019, p. 1552-1564.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidade, exigências e desafios com

base na Lei 11.645/2008. In: **Revista História Hoje**. vol. 1 n. 2, ANPUH, Dez. 2012, p. 213-223.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. In: **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 179-190, jan./mar. 2017.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: Manuel Ferreira Lima Filho; Jane Beltrão; Cornelia Eckert. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, (p. 262-285)

SPHAN, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 31, Brasília/DF: SPHAN/Pró-Memória, 1980. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2020.

TAUNAY, Visconde de. **Entre os nossos índios**. São Paulo/SP: Ed. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. 2ª reimpressão. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO, **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. Cultura material, território e identidades dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz. (Org.). **Temas Indígenas Sul-mato-grossenses**. Curitiba/PR: Appris, 2020 (p. 77-92).

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção**. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados/MS, 2003.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI**. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

VIETTA, Katya. Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio intangível. **Cadernos do Lepparq**, Pelotas-RS, v. XII, n. 24, p. 97-132, jul./dez. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/issue/view/416/showToc>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro/RJ, Livraria São José, 1958.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras Clave:** um vocabulário de la cultura y la sociedad. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires/Argentina: Nueva Visión, 2003.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, Cultura e processos educativos em História:** percursos e reflexões. Campo Grande/MS: Life Editora, 2018.

APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

INTRODUÇÃO

Proposta de organização de material expositivo baseado nos levantamentos obtidos por meio da pesquisa de mestrado “Análise do registro da cerâmica dos povos Terena como Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul”, exigência institucional do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ProfEduc/UEMS).

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa apresentar e disponibilizar subsídios aos docentes da disciplina de história na abordagem étnico-racial, principalmente no que diz respeito à etnia Terena, sua cultura e a salvaguarda e conhecimento do patrimônio cultural sul-mato-grossense.

OBJETIVOS

Geral: organizar e disponibilizar material expositivo composto de fotografias e gravuras que retratem o modo de fazer a cerâmica Terena, conhecimento tradicional das artesãs dessa etnia registrado como patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul, com textos explicativos que fomentem o aprendizado na temática abordada.

Específicos:

- proporcionar material de apoio aos docentes;
- apresentar saberes tradicionais da população indígena Terena de Mato Grosso do Sul;
- fomentar o processo de ensino-aprendizagem da educação básica.

METODOLOGIA

Com base nos dados levantados por meio da pesquisa de mestrado, pretendemos organizar acervo fotográfico composto por fotografias que demonstrem as etapas do processo produtivo artesanal da cerâmica Terena, conhecimento tradicional das mulheres desta etnia. Além das fotos, poderemos utilizar também gravuras produzidas com base nas fotografias já citadas.

Somadas às imagens que retratam as etapas do processo produtivo, podem ser adicionadas também outras que retratam a beleza e os detalhes de peças produzidas por

estas artesãs, apresentando assim as características únicas deste bem cultural.

Junto às imagens, devem ser adicionados textos expográficos que proporcionem o conhecimento da temática ao público que a exposição será disponibilizada. Assim, após a curadoria das imagens a serem incluídas, juntaremos a elas os textos, os quais serão formatados em slides a serem impressos para posterior exposição.

Pretende-se fazer esta exposição em material de fácil manuseio e expografia, desta forma pretendemos imprimir as imagens e textos em *ploter* colorido que deverá ser aplicado em placas de PVC de tamanho não superior ao A2 (591mm x 420mm). Esta medida e materiais se justificam por sua durabilidade e possibilidade de fácil transporte, manuseio, acondicionamento e armazenamento. Além disso, o material pode ser exposto tanto apoiado em mesas escolares e suspenso em vigas de tetos escolares quanto em expositores próprios para tal finalidade.